UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação “Território e Expressões Culturais no Cerrado”

CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS

A RELAÇÃO ENTRE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E VULNERABILIDADE SOCIAL NA POPULAÇÃO JUVENIL DE JARAGUÁ (GO)

Anápolis
2022

CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS

A RELAÇÃO ENTRE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E VULNERABILIDADE SOCIAL NA POPULAÇÃO JUVENIL DE JARAGUÁ (GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais no cerrado.

Orientadora: Profa. Dra. Janes Socorro da Luz

Anápolis, 17 de Outubro de 2022

CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS

A RELAÇÃO ENTRE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E VULNERABILIDADE SOCIAL NA POPULAÇÃO JUVENIL DE JARAGUÁ (GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* – Territórios e Expressões Culturais do Cerrado da Universidade Estadual de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, Linha 1- Dinâmicas territoriais no Cerrado.

Orientadora: Profa. Dra Janes Socorro da Luz

Banca Examinadora

_____

Profa. Dra. Janes Socorro da Luz
Presidente – Orientadora/ UEG-TECCER

_____

Prof.Dr. Marcelo de Mello
Membro/ UEG-TECCER

_____

Profa. Dra. Milena D'Ayala Valva

Membro/ PPG TECCER/UEG

_____

Prof. Dr. José Carlos de Souza
Membro/ Externo / PPGEO/UEG

Anápolis, 17 de Outubro de 2022

O SENHOR é o meu pastor; nada me faltará.

Salmos 23:1-2

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por me permitir realizar o sonho de cursar um Mestrado. Mesmo desenvolvido em período de pandemia, tive a oportunidade de agregar muitos conhecimentos.

Agradeço também à minha família, à minha avó Flora que, mesmo não estando mais conosco, sempre me deu forças e segurança através das orações. Aos meus pais Edilúcia e Sebastião e ao meu irmão Vinicius, que torcem e me motivam a continuar estudando. E às minhas tias e tios que sempre se fazem presentes no meu dia a dia, torcendo por mim.

Também tenho muita gratidão aos professores desse programa TECCER, onde tive contato com os melhores docentes, que contribuíram muito para eu melhorar como ser humano e como profissional. Em especial ao Marcelo de Mello e Janes Socorro da Luz que me ajudaram desde o pré-projeto até a fase final da dissertação. Um agradecimento especial também para o José Carlos que agregou muito com suas considerações na qualificação. Muita gratidão e admiração por esses excelentes profissionais.

A minha professora da graduação Arlete Mendes pelas sugestões apresentadas e considerações no processo de amadurecimento da dissertação.

Agradecer também aos meus amigos (as) Arielly Nunes, Nicole Avelar, Jéssica Cardoso, Leila Crhistina, Maria Helena, Relton Gustavo, Roberta Rocha, Débora Rafaela, Breno Mathias, Larissa Matos, Lorena, Savya e (Fabiana Matias e Paula Vilela – in memoriam) pelo apoio, palavras amigas que me incentivaram a continuar a caminhada. Enfim todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para que essa pesquisa acontecesse.

Agradecer também a diretora do CEPI São José Joelma Loely por permitir a pesquisa na instituição e aos Jovens que foram o alvo central da análise desenvolvida.

Aos meus colegas da turma que do mestrado que levarei para a vida toda Thiago , Alex, Dyellyngton e Mirelle, Carlos e Rafael.

RESUMO

A segregação residencial e as vulnerabilidades sociais são frutos das desigualdades inseridas no modo de produção capitalista, que ocorre também em cidades de porte inferior, ou seja, cidades pequenas. Nesta pesquisa, utilizou-se a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no contexto de Jaraguá, Estado de Goiás, onde a renda é o fator que limita usufruir de espaços da cidade. O intuito da pesquisa foi avaliar as condições de vulnerabilidades socioeconômicas, a segregação residencial e a percepção dos jovens que residem em bairros periféricos de Jaraguá. Justifica-se pela necessidade em relacionar o cenário atual da cidade, marcada pela desigualdade e pelo capitalismo, à situação de vulnerabilidade do sujeito, que fica exposto à violência, ao tráfico, às habitações precárias. A pesquisa tem o caráter interdisciplinar, com aporte teórico das diversas áreas das ciências humanas, como: Geografia, Sociologia, Psicologia, entre outras. No decorrer da pesquisa, utilizou-se autores que contribuíram para uma análise profunda das relações existentes dentro do espaço urbano, assim como os contrastes produzidos pelos agentes produtores desse espaço. E ainda, verificou-se a falta de infraestrutura pública, lazer e habitações dignas, onde a precarização é observada através da paisagem.

Palavras chave- Segregação Residencial. Vulnerabilidades sociais. Cidades Pequenas. Jovem

ABSTRACT

Residential segregation and social vulnerabilities are the result of inequalities inserted in the capitalist mode of production, which also occurs in smaller cities, that is, small towns. In this research, the definition of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) was used in the context of Jaraguá, State of Goiás, where income is the factor that limits the use of spaces in the city. The purpose of the research was to evaluate the conditions of socioeconomic vulnerability, residential segregation and the perception of young people residing in peripheral neighborhoods of Jaraguá. It is justified by the need to relate the current scenario of the city, marked by inequality and capitalism, to the vulnerable situation of the subject, who is exposed to violence, trafficking, precarious housing and environmental fragility. The research has an interdisciplinary character, with theoretical contribution of the different areas of the human sciences, such as: Geography, Sociology, Psychology, among others. In the course of the research, authors were used who contributed to a deep analysis of the existing relationships within the urban space, as well as the contrasts produced by the agents producing this space. And yet, there was a lack of public infrastructure, leisure and decent housing, where precariousness is observed through the landscape. It was concluded that individuals go through basic needs, since they live where they have conditions, and these neighborhoods are lacking in employment, professional courses, culture, and in fact, increase social and economic vulnerability.

Keywords- Residential Segregation. Social vulnerabilities. Small towns. Young

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

1. **O espaço urbano e a juventude nas cidades pequenas do Brasil e do Estado de Goiás: Entre Vulnerabilidades e Segregações** *13*

1.1. As relações urbanas no contexto das cidades pequenas *19*
1.1.1. AS CIDADES E SUAS ESCALAS.....24
1.1.2. A cidade pequena e suas especificidades *26*

1.2. Cidades pequenas do território Goiano *30*
1.2.1. As cidades pequenas e a realidade juvenil na dimensão local.....*32*

2. A cidade de Jaraguá e sua Juventude: Uma análise do conceito de segregação e suas diferentes tipologias e identificação das áreas de maiores vulnerabilidades 37

2.1. A Juventude e as diversidades sociais territorializadas 37
2.1.1. O jovem, o território e as vulnerabilidades 45
2.1.2. Cidade, segregação e vulnerabilidades, a vulnerabilidade como produto de processos segregadores 49
2.1.3. A in(existência) de serviços e equipamentos públicos na reprodução das vulnerabilidades territorializadas 54

3. Análise dos sujeitos da pesquisa- população Juvenil do Centro de Ensino em Período Integral São José que se localiza na cidade de Jaraguá 57

3.1. A escola como espaço de superação ou manutenção das vulnerabilidades.....58
3.2. Os Jovens de Jaraguá em situação de vulnerabilidade social- como se percebem ao (sobre)viver em bairros em situação de vulnerabilidade social e estigmatizados 63
3.3. O que os olhos nçao vêem o coração não sente: O que dizem os jovens sobre a moradia, renda, raça, e espaços que frequentam no seu bairro. 69

CONSIDERAÇÕES FINAIS 93

REFERÊNCIAS 95

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como principal objetivo a análise de questões sociais, como a segregação residencial e vulnerabilidade social da população juvenil do Centro de Ensino em Período Integral São José, que se localiza em Jaraguá, estado de Goiás. No decorrer do texto será utilizada apenas a expressão Jaraguá, que se refere à cidade do Estado de Goiás, tendo em vista que o Brasil possui duas cidades como o mesmo nome. A unidade escolar estudada atende alunos oriundos, principalmente, dos bairros: Santa Fé, São José, Jardim Atlântico, Vila Solidariedade e Vivendas, onde a segregação residencial é uma realidade vivenciada pelos alunos que estudam e residem nos bairros citados acima.

A segregação não é um processo recente, ela perpassa diferentes épocas e se concretiza pela diferenciação entre as classes sociais em função da forma como ocupam o espaço, como residem, a falta de direitos, ausência de serviços públicos, assim como a desigual distribuição da renda, refletida na forma de morar e na localização das residências no espaço urbano, o que caracteriza a segregação residencial de modo mais amplo. Esse fenômeno colabora para a perpetuação das vulnerabilidades sociais, que acontecem em decorrência do processo de acumulação do capital, agentes produtores do espaço urbano, falta de políticas públicas, entre outros.

Nessa perspectiva, as populações que possuem renda maior compartilham de melhores condições, tanto do ponto de vista da qualidade das construções e adequação dos materiais, como da escolha das melhores localizações. Enquanto isso, quem não possui essa alternativa é levado a morar onde há possibilidade, geralmente em bairros afastados em que o preço do solo urbano é mais barato, porém, sem oferecer condições ideais de ocupação, como a oferta de serviços, equipamentos públicos e infraestrutura adequados.

Uma constante que indica que a ausência do Estado em relação aos equipamentos públicos aumenta é a disparidade de uns bairros em relação aos demais. Além disso, a falta de políticas sociais realça ainda mais esse problema. Quando são construídas moradias para as pessoas de baixa renda em locais afastados, casas pequenas sem muita infraestrutura.

Morar em bairros onde a pobreza prolifera é uma realidade que assola a vida de muitas pessoas no mundo, principalmente nas cidades brasileiras, onde a condição de desigualdade afeta as pessoas de diferentes formas, acarretando um processo de segregação em diversos níveis e escalas. Por sinal, o desenvolvimento industrial e econômico contribuiu para segregação e, conseguintemente, a exclusão através da segregação residencial e das formações de realidades heterogêneas. Com isso, surgem disparidades econômicas, desigualdades que são percebidas no espaço urbano cotidianamente (HARVEY, 2012).

Tais disparidades constroem um abismo socioeconômico entre os indivíduos e, em uma mesma cidade, seus habitantes vivem realidades completamente distintas, considerando aspectos socioeconômicos e socioespaciais. Em tese, as pessoas não têm o mesmo direito ao usufruir da cidade.

Todavia, o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito, entre outros, à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer e segurança. No entanto, nem todo cidadão tem acesso, principalmente, à participação política, de decisões, de serem ouvidos e respeitados.

Nesse sentido, pode-se afirmar que:

> O direito à cidade é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. A interpretação do direito à cidade deve ocorrer à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos. (AMANAJÁS; KLUG, 2018, p.29.)

Percebe-se que há uma limitação de determinadas parcelas dos cidadãos em participar das decisões da cidade, desfrutando de equipamentos que o “Estado”, bem como os agentes produtores do espaço urbano, ofertam de maneira díspar em relação aos demais grupos.

Deve-se considerar que as ações dos agentes produtores do espaço urbano na cidade são intencionais, pois seguem determinações impostas pelo planejamento interno ou pelos interesses dos que investem no poder. Com isso, no que tange a questão da localização, onde são estabelecidos os serviços, equipamentos e infraestrutura, por sua vez, essa lógica segue o caminho de onde há maiores investimentos. Nesse aspecto, Milton Santos (2000) afirma que: “Os Estados nem sempre coincidem com a sociedade civil, mas ao contrário referiam-lhe

os impulsos, e frequentemente desrespeitam os indivíduos, sob as justificativas e disfarces mais diversos" (SANTOS, 2000, p.20).

Para além, Lefebvre (1991) discute sobre o direito de usufruir igualmente na cidade dos meios públicos oferecidos, como moradias dignas, participações políticas, meios de transportes de qualidade, lazer e boas condições de sobrevivência. Essas discussões influenciaram na presente pesquisa, que destaca a relação entre a segregação residencial e a vulnerabilidade social da população juvenil na cidade de Jaraguá, a partir de um recorte que considera uma unidade escolar em específico, localizada na parte periférica da cidade.

Em termos mais amplos, envolvendo a questão teórica e metodológica, a pesquisa utiliza as categorias do território e da paisagem, além dos conceitos de espaço urbano, segregação residencial e a vulnerabilidade social. Trata-se de uma revisão que considera a leitura a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Outrossim, vê-se a necessidade de construção uma análise acerca da falta de equipamentos públicos, das condições das moradias, asfalto, quadras, postos de saúde, iluminação, entre outros. Ao considerar as questões que envolvem o direito a cidade, necessita-se compreender também o processo de segregação residencial e a segregação socioespacial. De acordo com Almeida:

> A organização espacial de uma cidade é o resultado da forma diferenciada com que os agentes, apropriam-se do espaço urbano, o que a torna fragmentada tanto em função dos usos do solo como também em relação às classes sociais, pois segundo as regras do jogo capitalista, a terra constitui-se numa mercadoria, e, assim, sua apropriação esta condicionada ao poder aquisitivo dos diferentes agentes. (ALMEIDA, 1996, p.31).

É o resultado da ação dos agentes produtores do espaço urbano, que dará forma ao espaço da cidade como um espaço segregado e segregador. Para Castells (2000) o conceito de segregação é definido como: "a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia" (CASTELLS, 2000, p. 250).

Essa discrepância social reflete na condição de vida dos cidadãos espacialmente localizados. Nessa direção, a segregação socioespacial é um processo que envolve espaço e tempo e se realiza em várias escalas, sendo que a renda orienta a possibilidade de apropriação do espaço, no entanto essa apropriação se dá de forma desigual. Inclusive, conforme Carlos (2007):

> [...] a prática social é especializada e a ação envolve espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis a partir do plano do lugar. Na cidade, revela-se como justaposição entre uma morfologia social (promovida pela diferenciação das classes na sociedade) e pela morfologia espacial (produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços da vida, através do uso). O desenvolvimento histórico da propriedade no seio do processo de reprodução aponta a reprodução do valor de troca – e o que dela se diferencia, o que ela subordina e como orienta o uso como possibilidade de apropriação realizando-se como diferença. (CARLOS, 2007, p. 49)

Outro aspecto que deve ser analisado, diretamente ligado à segregação residencial é o descrédito, onde bairros são mal vistos e estigmatizados em decorrência dos problemas que enfrentam, principalmente com relação à violência e à infraestrutura. “Na atualidade, a palavra ‘estigma’ representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social.” (MELO, 2000, p.1).

Isso ocorre porque a sociedade estabelece um modelo e tenta catalogar as coisas, as pessoas e os lugares de acordo com os atributos considerados comuns ou naturais pelos seus membros. Dessa forma, cria-se um padrão que deve ser seguido e, caso isso não ocorra, tais pessoas, lugares e coisas que não se encaixam neste paradigma são mal vistos, mal falados e até perseguidos, o que dá origem assim, aos estigmas sociais.

Haja vista a temática abordada em decorrência da realidade presente em uma parcela da população juvenil de Jaraguá, o recorte espacial da pesquisa tem por referência o Centro de Ensino em Período Integral São José, localizado em área periférica, marcado por estigmas e preconceitos. Bem como, os bairros em que reside grande parte dos alunos da escola, ou seja, os bairros: Santa Fé, São José, Jardim Atlântico, Vila Solidariedade e Vivendas.

Esses locais são alvos de matérias nos jornais da cidade e de regiões circunvizinhas devido à violência, ao tráfico e até mesmo à violência na escola, como veremos em uma matéria de jornal eletrônico que relatou o seguinte: “Aluna é esfaqueada por colega durante briga em escola, em Jaraguá (GO)” (SANTANA, 2018). Essa notícia evidencia apenas um dos problemas decorrentes das desigualdades sociais e das vulnerabilidades existentes nestes bairros.

Outra reportagem que chama atenção relata o seguinte: “Homem é atingido por golpe de facão durante briga no Jardim das Vivendas”. Fonte: Folha de Jaraguá (2020).

A falta de segurança dos jovens e estudantes, inclusive dos professores, permite que se faça uma reflexão acerca dos estigmas que são criados nestes bairros e alunos do CEPI São José.

As vulnerabilidades sociais e a segregação residencial existentes nesses bairros são o cerne deste estudo, pois estes além de serem afastados do centro da cidade onde são localizados os hospitais, secretaria de saúde, educação, prefeitura, grande quantidade de lojas e mercados diversificados, são considerados periféricos, pois surgiram por meio da expansão física da cidade de Jaraguá. Tal fato se deu de forma desorganizada, dificultando a vida dos cidadãos que residem e usufruem desse espaço. Esses bairros são alvo de vários estereótipos e negação por parte de alguns dos moradores jaraguenses.

A pesquisa destaca, a fim de delimitar a área em estudo, a análise de imagens dos bairros, gráficos das respostas dos entrevistados e da construção e produção de mapas de localização da escola, dos bairros, bem como dos principais locais onde os jovens frequentam. Também dados obtidos no trabalho de campo, com o intuito de identificar a existência e/ou ausência de equipamentos públicos como: hospitais, postos de saúde, creches, escolas, áreas de lazer, análise da média de renda, dados da violência juvenil, entre outros.

A discussão, dessa forma, desenvolve-se ao longo de três capítulos que compõem o presente trabalho. O primeiro capítulo, intitulado como “O espaço urbano e a juventude nas cidades pequenas do Brasil e do Estado de Goiás: Entre Vulnerabilidades e Segregações”, traz uma reflexão sobre o espaço urbano e sua constituição nas cidades brasileiras, os problemas decorrentes desse processo e, especificamente, das relações urbanas que ocorrem dentro das pequenas cidades. Ou seja, mesmo sendo de impacto menor do que das grandes e médias cidades, há uma semelhança.

Assim, realiza uma análise desses processos que ocorrem simultaneamente, não necessariamente em cidades com grandes escalas. Um exemplo disso é a falta de moradia, que também ocorre em cidades consideradas pequenas, fazendo apontamentos sobre a importância das cidades pequenas na dinâmica regional do estado de Goiás. Outro ponto de destaque é a caracterização

do termo juventude, uma vez que os jovens constituem o público alvo da pesquisa, bem como a exemplificação dos fenômenos de vulnerabilidade social e econômica, além da segregação que também ocorre em diferentes contextos.

Por sua vez, o segundo capítulo, intitulado: “A cidade de Jaraguá e sua juventude: Uma análise do conceito de segregação e suas diferentes tipologias e identificação das áreas de maiores vulnerabilidades”, discute a categoria Juventude, que tem sido estudada há algum tempo pelas várias áreas das ciências sociais e humanas. Nesse aspecto, o capítulo tem como pressuposto compreender as principais identidades, juntamente com as realidades vividas e experimentadas pelos jovens no espaço urbano de Jaraguá (GO).

O terceiro capítulo, intitulado como “Análise dos sujeitos da pesquisa - população juvenil do Centro de Ensino em Período Integral São José que se localiza na cidade de Jaraguá” , traz dados obtidos na pesquisa com os jovens que residem nos bairros Santa Fé, Vila São José, Vila Solidariedade, Vivendas e Jardim Atlântico, bem como apresentação de notícias acerca da violência que assola esses bairros e os equipamentos públicos ineficientes e sucateados. Aborda também sobre a comprovação das vulnerabilidades sociais, territorializadas em bairros afastados, onde a renda implica em moradias precárias e falta de investimento efetiva comparadas as áreas centrais ou avenidas. É ressaltado também o material cartográfico para localização e leitura da frequência ou infrequência dos principais espaços de lazer na cidade. Percebe-se que a forma desigual de um grupo específico de renda inferior que experimenta a cidade é marcada pela desigualdade, violência e estigmatização.

1. O ESPAÇO URBANO E A JUVENTUDE NAS CIDADES PEQUENAS DO BRASIL E DO ESTADO DE GOIÁS: ENTRE VULNERABILIDADES E SEGREGAÇÕES

Este capítulo traz uma reflexão sobre o espaço urbano e sua constituição nas cidades brasileiras, bem como os problemas decorrentes desse processo. Foca-se nas relações intraurbanas das pequenas cidades. Apresenta uma análise desses processos que ocorrem simultaneamente e não somente em cidades grandes, um exemplo disso é a falta de moradia, que também ocorre em cidades consideradas pequenas. Caracteriza o termo jovem que é o público alvo da pesquisa, fazendo apontamentos sobre a importância das cidades pequenas na dinâmica regional do Estado de Goiás. E ainda, aborda a exemplificação da vulnerabilidade social, econômica e a segregação que ocorre em diferentes contextos.

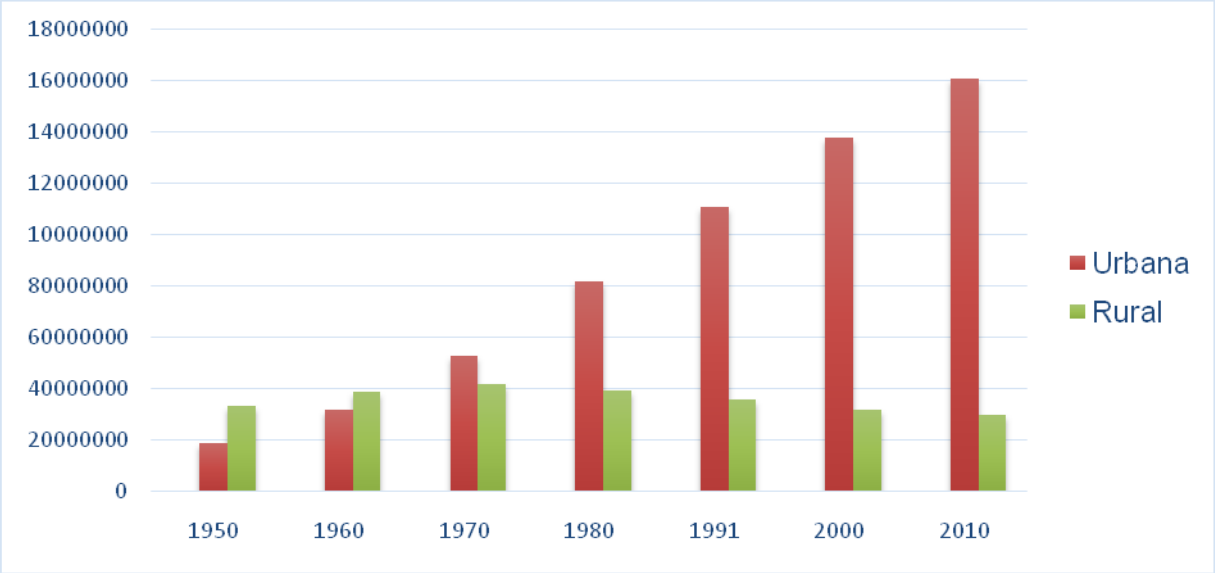
1.1. AS RELAÇÕES URBANAS NO CONTEXTO DAS CIDADES PEQUENAS

O surgimento da maioria das cidades está ligado à expulsão das pessoas que moravam no campo e, por consequência, impulsionadas pela industrialização e concentração fundiária. E o resultado disso foi a grande massa de população que as cidades não conseguiram absorver adequadamente.

A industrialização e, consequentemente, a urbanização brasileira, são consideradas tardias em relação aos países europeus. Os processos ocorreram a partir do século XVIII. Trata-se de um processo que se desenvolveu rapidamente a partir da década de 1970, quando ocorreu a urbanização e o êxodo rural, devido à mecanização do campo, às indústrias e à busca de melhores condições de vida. Esses fatores contribuíram para o crescente número de cidades e sua expansão. Surgiram processos como moradias precárias, segregação residencial e vulnerabilidade social.

Esse processo de transformação de país agrário para urbano se concretizou precisamente após a metade do século XX, fenômeno esse considerado tardio (Figura 1). E, essas mudanças, corroboraram para um aumento expressivo de cidades e territórios formados por diferentes tamanhos e quantidades (SILVA, SPOSITO, 2009).

Figura 1- Distribuição da população brasileira em urbana e rural de 1950 a 2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

A política urbana, ao definir as áreas de intervenção, labora sobre “a possibilidade de promover a contenção, o controle e a dinamização nas diferentes áreas” (SOUZA, 2004, p. 118), ajustando-as às estratégias de desenvolvimento urbano específicas para cada uma delas, conforme objetivos de desenvolvimentos gerais perseguidos para as grandes regiões do país, com o intuito de minimizar as desigualdades regionais.

Existe certa intencionalidade dos agentes produtores do espaço urbano em valorizar algumas áreas em detrimento de outras. Essa preocupação alinha uma série de interesses: dos governos, da economia e dos especuladores, entre outros que se interessam em valorizar locais onde os lucros são maiores, o que afeta os diferentes sujeitos da cidade.

Segundo dados do IBGE (2010), no Brasil de 5.565 municípios, 4.957 são sediados por cidades pequenas, com menos de 50.000 mil habitantes, ou seja, 89,1% do total geral. Enquanto em Goiás, dos 246 municípios, 226 tem por sede cidades com menos de 50.000 mil habitantes, o que equivale a 91,9% da população total.

No caso do Estado de Goiás, em específico, discute-se a pertinência do limiar de 50.000 habitantes empregado pelo IBGE, considerando que o limiar de até 20.000 habitantes representaria com mais precisão a realidade local. Neste caso, no Estado de Goiás teríamos 194 cidades com população de até 20.000 habitantes.

Portanto, esses dados nos mostram que são pertinentes os estudos acerca das cidades pequenas e pesquisas nas áreas das Ciências Humanas, Geografia e áreas afins (FERNANDES, 2018).

Para uma maior clareza, entre as pequenas cidades e as metrópoles há diferenças no papel e significado. Estas diferenças fazem com que determinadas pequenas cidades polarizem outras e, quando são polarizadas pelos pólos microrregionais, são entendidas como cidades locais (OLANDA, 2008, p. 188).

Os estudos das cidades pequenas contribuem para o aprofundamento da pesquisa e uma maior discussão da temática, o que dará um embasamento para diferenciar essas cidades e não cair no senso comum. Nesse mesmo sentido, Jurado Silva e Sposito (2009, p. 205) ressaltam que:

> Apesar das relações espaciais das pequenas cidades serem demarcadas por um patamar econômico diferenciado daquele encontrado nos grandes centros, é necessário evidenciar suas particularidades e os significados que representam no quadro urbano. As pesquisas que giram em torno de metrópoles e cidades médias são mais frequentes que em pequenas cidades. Porém, ao analisar uma cidade considerada pequena cabe ao pesquisador identificar as especificidades e singularidades sem generalização. Assim, as distinções podem variar tanto na escala demográfica e nas dinâmicas econômicas, quanto ao próprio papel político que esses centros exercem na divisão territorial do trabalho, etc.

Dessa forma, tanto as cidades grandes como as pequenas apresentam carências de equipamentos públicos em seus bairros, o que também influencia na dinâmica e hierarquia urbana. Essas cidades que não possuem poder de influência, tornam-se dependentes de outras, circunvizinhas, que se tornam pólos microrregionais. Tais pólos, conforme destaca o estudo do IBGE, denominado Região de Influência das Cidades (REGIC, 2018) se configuram como centros de zona ou cidades locais. Por sua vez, Santos (1994, p.51), ao analisar tais cidades afirma:

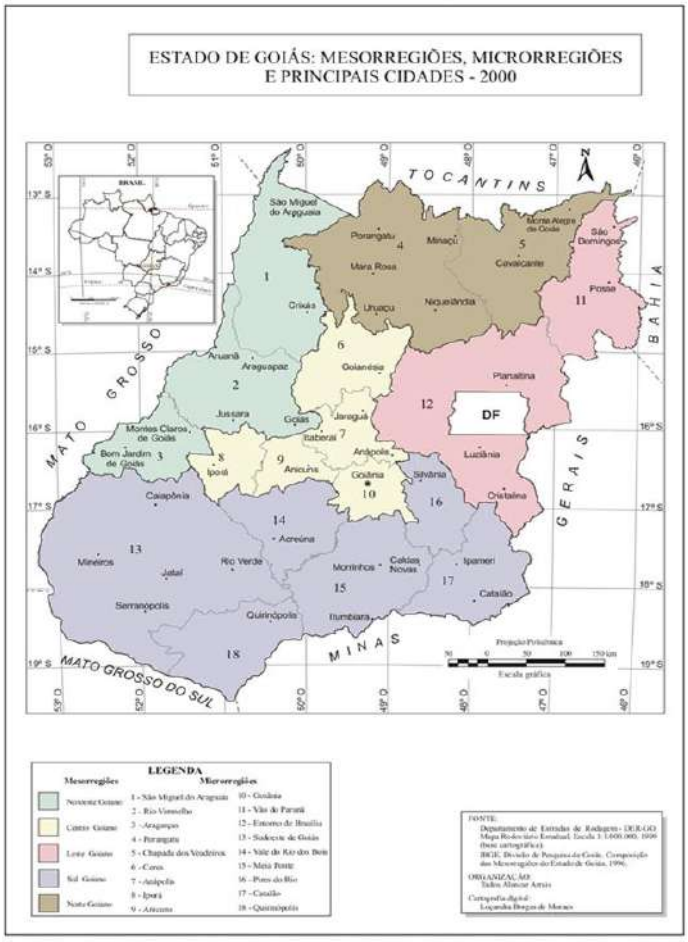
> As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primaria, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados.

Nesse aspecto, faz-se necessário destacar que as transformações que ocorreram nas pequenas cidades não atingiram todas igualmente. No conjunto das

cidades locais, existem as que apresentam uma diversidade maior de atividades, que as tornam centros microrregionais.

O Estado de Goiás divide-se em 5 mesorregiões e 18 microrregiões, que se apresentam "como um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração" (CODEVASF, p. 10, 2021). A cidade de Jaraguá, foco desta pesquisa, localiza-se na mesorregião do Centro Goiano e microrregião de Anápolis que, por sua vez, é composta por 20 municípios. Ver Figura 2:

Figura 2- Microrregiões do Estado de Goiás



Fonte: Observatório Geográfico de Goiás, IESA, UFG. Disponível em: Gehttps://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/estado_goias_mesorregi_es_2000.pdf

E, ao considerar o contexto de inserção regional das cidades pequenas, Silva (2013, p. 62) observa que:

> Ao se pretender averiguar o tamanho, seja da malha urbana, seja do contingente populacional, necessita-se fazer uma medição, uma aferição do tamanho da cidade e/ou do contingente populacional. Para isso, recorre-se aos dados das instituições de estatísticas, que geralmente priorizam em seus estudos o sistema hierárquico das cidades, utilizando terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes, tomando como base os dados referentes ao tamanho populacional.

Essas cidades contribuem para aquelas que influenciam na questão do ensino superior, na oferta de atendimento médico-hospitalar como, por exemplo, hospitais, tratamentos e médicos especializados, exames, entre outros serviços. E, nesse contexto, a cidade de Jaraguá, apesar de não ser o ser a base da microrregião da qual participa, destaca-se por ser um dos pólos confeccionistas de jeans e que terceiriza serviços para cidades circunvizinhas, como Jesúpolis e São Francisco, configurando-se como um centro sub-regional. Essa atividade industrial movimenta a economia da cidade, que se expandiu nas últimas décadas, criando suas próprias marcas, pois a cidade era marcada pela questão da falsificação e do trabalho informal (LUZ, 2009).

Assim, a atividade industrial têxtil contribuiu para a economia local e regional:

> O Estado de Goiás ocupa a sexta posição no ranking nacional de empresas de confecção. ‘‘O setor têxtil surge com um leque de possibilidades para o fortalecimento da economia do Estado. Em Goiás, destacam-se algumas cidades voltadas para a produção de moda, como Taquaral, Pontalina, Itaguaru, Jaraguá, Catalão, Itaguari, Aparecida de Goiânia, Goianésia, Trindade, dentre outras. (CODEVASP, p.32, 2021)

Refletir acerca das cidades pequenas é importante, principalmente, considerando as escalas intra e interurbana. O verdadeiro sentido de cidade tende a ser mais bem apreendido pelas relações estabelecidas por ela, e não por uma análise neutra e descolada da realidade (MOREIRA JUNIOR, 2010).

Cada cidade possui uma singularidade, desde sua dinâmica demográfica, seu produto interno bruto, sua contribuição para outras cidades e seu papel desempenhado junto a elas. Nesse sentido, a formação das cidades, enquanto produto da ação social, é resultante dessas transformações. Inclusive as cidades pequenas, conforme destacado. Os autores a seguir ressaltarão esses impactos:

> [...] muitas cidades pequenas passaram por transformações com o enfraquecimento do habitat rural e se tornaram apenas lugares de moradia dos trabalhadores do campo. Tais lugares, que antes estavam ligados a um determinado “ciclo” econômico perderam seu dinamismo com as sucessivas

> crises econômicas que marcaram a história do país (JURADO DA SILVA, SPOSITO, 2009, p. 214).

Nessa direção, a opção por viver em cidades cria demandas que antes não faziam parte do dia a dia dessas localidades. A falta da moradia digna aflige todas os tamanhos das cidades brasileiras, sejam elas grandes, médias ou pequenas.

Para Spósito (2004), assim como para outros autores, o conceito de periferia urbana no Brasil precisa ser revisto, tendo em vista que esses espaços vêm passando por profundas transformações no seu conteúdo socioespacial, tais como: os conjuntos habitacionais implantados pelo poder público para grupos de menor poder aquisitivo, loteamentos clandestinos produzidos pelas práticas de autoconstrução, condomínios fechados e implantação de shopping centers para grupos de maior renda. No Brasil, ainda é nítida a relação entre o processo de segregação socioespacial e a formação de periferias nas cidades.

Problemas na infraestrutura e no acesso aos serviços públicos, bem como a violência, são comuns nas periferias das pequenas, médias e grandes cidades brasileiras. Diante de tais problemas, estigmas são construídos em torno de determinados bairros da cidade, produzindo uma realidade na qual a vulnerabilidade dos jovens se faz presente.

1.1.1. As cidades e suas escalas

Nas áreas das Ciências Humanas e afins, são recorrentes os estudos sobre a cidade, tanto na escala interurbana como intraurbana. Cada vez, percebe-se mais o esforço dos pesquisadores em defini-la e caracterizá-la, seja ela de porte pequeno, médio ou grande.

Dessa forma, estudar e definir a cidade no mundo atual faz com que percebamos a dinâmica, a importância e a realidade materializada. Esse fator distingue as cidades para além do aspecto demográfico, considerando também sua funcionalidade, os equipamentos públicos, a economia que é gerada, entre outros.

Pensar na cidade, em suas definições e conceituações, leva a perceber que ambas possuem suas peculiaridades e processos diferentes. Partindo desse pressuposto, pode-se analisar a dinâmica das pequenas cidades.

Uma cidade pequena possui relações e importâncias tanto quanto as médias e grandes, estabelecendo uma ou mais relações entre si. Porém, dependem

de outras cidades para serviços médicos hospitalares especializados, ofertas de serviços, faculdades e até espaços de lazer como shopping, cinema entre outros. De acordo com o Oliveira Júnior (2022, p. 72):

> [...] muitas das cidades pequenas procuram inserir-se em redes não necessariamente contíguas, isso ocorrendo, por exemplo, através da mercantilização da atividade turística, quando possível, ou da instalação de equipamentos e artefatos que possibilitem gerar e manter fluxos interurbanos a partir de territórios menos imediatos. A instalação desses equipamentos decorre muitas vezes da capacidade de atração dessas cidades para os investimentos de capitais que se desconcentram das metrópoles. Porém, esses capitais apenas se transformam em investimento quando da obtenção de incentivos públicos, oferecendo em troca geração de emprego e renda e promessa discursiva de desenvolvimento para o município.

Dessa forma, as escalas são representações conceituais que nos permitem analisar as dimensões espaciais essenciais para a organização territorial capitalista. E são produtos das forças sociais contraditórias, associadas às relações de capital, pois as diferentes formas de organização territorial interagem para territorializar o capital em cada escala geográfica (LIMA; SIMÃO; MONTE-MÓR, 2014). A multiplicidade das escalas espaciais se sustenta na mobilidade. Nesse aspecto, segundo Pinto (2009, p. 58):

> Esta garante as interrelações dos lugares, unificando-os em um mesmo espaço. Com a mobilidade quebra-se a rigidez dos estratos espaciais demarcados pelas escalas, uma vez que o desenvolvimento urbano não é o simples crescimento das cidades ou a formação de uma rede urbana. Porém, é necessário que o desenvolvimento seja encarado como um meio de desenvolver condições que melhore a qualidade de vida e a justiça social, atingindo melhores oportunidades para a sociedade, reduzindo iniquidades, promovendo o bem comum, e não se limitando ao crescimento de taxas de evolução econômica, pois aí está a ideologia do desenvolvimento urbano. Essa virtualidade espacial proporciona movimentações urbanas, que por sua vez redesenham novas configurações espaciais, cada vez mais complexas e mais integradas. As interações espaciais acionadas pela flexibilidade das escalas promovem alterações na escala do tempo urbano, não somente na escala espacial.

Assim, verifica-se que as condições do desenvolvimento capitalista no Brasil, tardio e periférico, acaba degradando as barreiras estruturais. Porém, é preciso transformar isso qualitativamente com foco no crescimento econômico local e desenvolvimento de seu povo. Uma política de desenvolvimento territorial efetiva deve pensar no espaço de forma mais complexa, e as regiões não devem ser

analisadas como meras entidades espaciais, pois elas não são coesas (LIMA; SIMÃO; MONTE-MÓR, 2014).

No Brasil, o setor das confecções é formado por pequenas e médias indústrias, que corroboram como uma das principais atividades que mais geram empregos e renda. A dinâmica regional de Jaraguá é marcada pelas confecções de jeans e também ligada ao acabamento de roupas, o que contribui para empregar um grande contingente de pessoas. A cidade também possui uma posição estratégica, já que é cortada pela BR 153, o que favorece o transporte de cargas e a visita de muitos compradores.

A sociedade local deve ser entendida como parte de uma sociedade cosmopolita e, por isso, não pode ser considerada de forma isolada, como única responsável por seus problemas e possíveis soluções (LIMA; SIMÃO; MONTE-MÓR, 2014). Nesse contexto de mudanças e de transformações sociais, econômicas e tecnológicas que o crescimento exige, percebe-se uma grande preocupação em estabelecer padrões de responsabilidade social em suas atividades. Porém, o sujeito consegue estabelecer conexões com o espaço vivido, fazendo com o que ele entenda fenômenos e aja dentro da realidade social, não podendo ser culpado por isso (MEUERE *et al*., 2021).

Para entender o caso da cidade de Jaraguá e a relação dos jovens com a cidade, é importante ter em vista o contexto em que ambos se inserem. Assim, é preciso considerar sua localização na microrregião de Anápolis, as relações mantidas entre as cidades circunvizinhas e o destaque como um polo têxtil, que gera renda, empregos e movimenta a economia.

1.1.2. A cidade pequena e suas especificidades

Falar sobre espaço geográfico de uma cidade é algo que deve ser frisado não apenas por seu número de habitantes, mas também pelo que tange a qualidade de vida, desenvolvimento, qualidade econômica, relação dos sujeitos com o espaço urbano, uma vez que mesmo pequena, ela tem sua particularidade, além do papel de relevância no contexto regional e nacional.

Desse modo, Gomes (2010) explica que tem sido comum nos estudos sobre as pequenas cidades no Brasil considerar somente o aspecto quantitativo para defini-las. Ou seja, é o número de população de uma cidade que permite determiná-la como pequena ou não. Outra tendência de definição da pequena cidade é

considerá-la apenas na perspectiva de sua influência no contexto local. Em outras palavras, isso significa pensá-las sob a ótica da hierarquia urbana, onde as pequenas cidades são vistas como aquelas que não têm centralidades, sendo, portanto, consideradas dentro do sistema urbano como um segmento inferior (GOMES, 2010).

Embora essa realidade possa ser constada em relação a algumas cidades, também é possível perceber que outras estão inseridas em um processo de articulação territorial, que contempla outras determinações, inclusive de caráter internacional. Dessa forma, ganham grande significado no cenário urbano estadual (GOMES, 2010).

Com a análise do estudo, fica evidente que a expressividade das alterações no âmbito da sociedade contemporânea tem gerado novas formas de habitar e de vida, já que o espaço geográfico se encontra em constante transformação. Tal cenário deriva de múltiplas determinações, entre elas, a magnitude econômica que os maiores centros exercem na gestão territorial do país (SILVA; SPOSITO, 2009).

No caso brasileiro, essa referência é explícita quando se constata que grande parte das pesquisas se baseia na análise de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, por exemplo. Assim, cidades que apresentam menor expressão política e econômica são relegadas a um segundo plano ou nem sequer chegam a ser estudadas (SILVA; SPOSITO, 2009).

Na realidade, essa tendência de valorização dos centros mais dinâmicos tem sido comentada por parte de alguns pesquisadores preocupados com a complexidade e a diversidade do fenômeno urbano brasileiro. Desse modo, apesar das pequenas cidades terem tido atenção reduzida, o estudo desses centros se faz necessário para a análise das contradições da rede urbana, bem como para a melhor compreensão do universo urbano nacional (SILVA; SPOSITO, 2009). Diante de tal importância, de maneira sucinta, segundo os ensinamentos dos autores, são consideradas como pequenas cidades:

> As pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial. Considerando a cidade como sendo

> resultante das transformações tecnológicas, políticas, culturais e econômicas instantâneas. Lugar de habitação e de relações sociais, que está em constante movimento devido à atuação dos que dela se apropriam e que ao utilizar suas técnicas, produzem e reproduzem o espaço na busca do aperfeiçoamento e de resposta às suas aspirações (GOMES; SILVA; TAVARES, 2012, p. 05-06).

Ainda segundo os autores, acredita-se que a partir destas concepções serão abertos caminhos para analisar os processos e estruturas da pequena cidade, além de fomentar uma discussão conceitual sobre a mesma, sem pretensões de se criar um conceito acabado e inalterável, porém, crendo na contribuição desta reflexão para a base epistemológica geográfica urbana (GOMES; SILVA; TAVARES, 2012).

As cidades pequenas fazem parte de um expressivo contingente do total de municípios brasileiros. Nessa perspectiva, torna-se indispensável explicitar que o estudo das pequenas cidades poderá contribuir para o temário da análise da Geografia Urbana e, pela ótica da intervenção pública, para a elaboração de políticas relacionadas ao desenvolvimento territorial (ALVES; SILVA, 2015).

Para isso, a simplificação e a generalização devem ser afastadas da interpretação das cidades pequenas, visto que a realidade encontrada nas cidades com essa denominação pode ser objeto de estudos aprofundados, no que tange à própria análise das suas especificidades e particularidades (SANTANA; SILVA; OLIVEIRA, 2020).

Portanto, a pequena cidade deve ser analisada e compreendida a partir das relações que são estabelecidas no contexto urbano-regional em que se encontra. Dessa forma, sugere a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade, não perdendo de vista sua lógica de construção e reprodução como espaços, também, de produção e reprodução do capital (GOMES, 2010). A partir dessa proposição, observa-se que são grandes as limitações produzidas a partir da definição legal e cidade. Nesse cenário, Silva; Sposito (2009, p. 204-205) elucidam que:

> [...] pode-se desconsiderar todas aquelas afirmações que têm sido tomadas correntemente, como é o caso de se dizer que as pequenas cidades têm se constituído como lugares pacatos e seguro, uma vez que mesmo sendo assim, a mesma possui seu patamar econômico diferenciado e ajudam explicar a realidade urbana no Brasil. Por outro lado, salienta-se que as cidades pequenas também apresentam importantes diferenciações entre si, e isso decorre da própria lógica instaurada historicamente pelo movimento da sociedade. Assim, as distinções podem variar tanto na escala

> demográfica e nas dinâmicas econômicas, quanto ao próprio papel político que esses centros exercem na divisão territorial do trabalho, etc. Em outras palavras, o que se quer demonstrar é que as cidades pequenas oferecem o qualificativo inicial para a caracterização do urbano e da cidade porque, núcleos dessa magnitude, não apresentam dimensões populacionais muito complexas, o que permite avaliar com melhor clareza como se expressam as principais demandas da população.

A cidade é influenciada pelos habitantes ao mesmo tempo em que são agentes modificadores. Os habitantes têm suas ações influenciadas pelas alterações decorrentes no espaço urbano, seja em seu modo de vida, atividades econômicas e acesso às funções, ou seja, nas relações que constroem cotidianamente (NOGUEIRA, 2015).

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes e suas histórias. Portanto, ela muda em conjunto com a sociedade que a compõe e essas transformações são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações.

A cidade depende também das relações diretas entre pessoas e grupos que compõem a sociedade, se situando num meio termo, um meio caminho entre aquilo que se chama de ordem próxima e a ordem distante, se diferenciando, como dito pelos agentes e resultados específicos que a produz (GOMES; SILVA; TAVARES, 2012).

Nesse sentido, as cidades pequenas não são isoladas, pois possuem seus centros de consumo, de comercialização, de serviços, de transporte e de distribuição, podendo ainda se posicionar como centros de pequena escala de manufaturas, de difusão de inovações e interação social (GOMES, 2010).

Esta compreensão aponta que estudar pequenas cidades significa estabelecer a reciprocidade e implicações entre as diversas situações envolvidas, sendo necessário, portanto, entender que a cotidianidade que se instaura hoje no âmbito das pequenas cidades, não pode mais ser concebida isoladamente, sem que se considere uma relação estreita com as formas de organização e de existência da sociedade (GOMES, 2010).

Os agentes que fazem e refazem a cidade são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos (REIS; KARNOPP;

SILVEIRA, 2017). Esses agentes contribuem para reorganizar e expandir a cidade, através da valorização das áreas de interesses, construção de moradias populares e especulação de áreas centrais (TABARIN, 2017).

O Estado participa das decisões no que tange a produção do espaço urbano regulamentando, impondo taxas, leis e impostos, valorizando áreas onde beneficiam os produtores imobiliários, diferenciando áreas para distintos grupos sociais, por vezes promovendo a segregação residencial (TABARIN, 2017).

Os produtores imobiliários, segundo CORRÊA (1989), participam produzindo habitações de diferentes preços e em diversos locais, visando a lógica capitalista do lucro, de acordo com a renda da família. No passado, as pessoas de baixa renda eram excluídas desse processo, mas atualmente o mercado imobiliário também se destina à criação de moradias para pessoas de renda inferior, com incentivo do Estado através de financiamentos. Porém, essas moradias são construídas em locais afastados, longe de equipamentos públicos. (TABARIN, 2017). Com a especulação fundiária, os proprietários fundiários como agentes produtores do espaço urbano “atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades” (CÔRREA, 1989, p. 16).

Os agentes do espaço urbano se apossam e controlam a terra urbana. Mesmo que utilizem estratégias diferentes e possuam os mesmos interesses de produzir e reproduzir as relações capitalistas, visam o acúmulo de capital (BARBOSA; GOMES, 2016). Para isso, promovem a construção, financiamentos, comercialização, organização, incorporação e controle das propriedades e dos terrenos. Dessa forma, possuem cada vez mais acesso aos meios de adquirir capital.

É importante considerar o âmbito social e dos processos de sua construção, visto que, por meio da compreensão deste, pode-se então chegar a uma análise crítica da sociedade que se constrói sob as bases capitalistas, pela dimensão de seus problemas que são semelhantes aos das cidades grandes (FRAGA, 2010).

1.2. CIDADES PEQUENAS DO TERRITÓRIO GOIANO

Estudar sobre esse tema remete a tese de que os moradores de uma cidade ou região, por natureza, deixam de existir como seres isolados, passando a

ser um membro daquele grupo. Com isso, os indivíduos não são mais por si só, eles passam a ser também pelo grupo social que integram.

Nesse sentido, seja a cidade pequena ou grande, a mesma também possui disposições legais e bens acolhidos pela sociedade e Estado, focando em seu desenvolvimento. Diante disso, será exposto sobre as pequenas cidades dentro do contexto urbano, ou seja, consonantes com as cidades regionais e as metrópoles.

Tratar sobre o assunto que tange as cidades pequenas permite entender "não apenas a hierarquização dos centros, mas também as relações humanas e econômicas, as funções e os equipamentos urbanos e as dinâmicas que envolvem essas localidades" (FERNANDES, 2018, p. 17).

Além dessas pequenas cidades, Goiás possui uma grande quantidade e diversidade de pequenos aglomerados espalhados por todo seu território, desde os mais elementares, a exemplo dos lugarejos, até aqueles que possuem oferta de bens e serviços básicos.

> [...] para definir que uma cidade é pequena, o primeiro aspecto que se destaca é o quantitativo, ou seja, o patamar mínimo e máximo de habitantes que ali residem. Em alguns países extensos, como o Brasil, a conceituação e a classificação das pequenas cidades variam de um Estado para o outro e até entre as regiões de um mesmo Estado. (IBGE, 2017).

No que tange ao aspecto quantitativo, conforme foi destacado antes, o IBGE considera o parâmetro de até 50.000 mil habitantes, um aspecto que gera questionamentos em função da extensão e disparidades do território nacional.

O panorama goiano reflete essa problemática, pois ao mesmo tempo em que consideramos a presença de cidades pequenas, existem duas regiões metropolitanas que se articulam à dinâmica, ou seja, as localidades goianas ligadas à Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno de Brasília e as ligadas à Região Metropolitana de Goiânia, além das cidades médias.

Por sinal, no território goiano, a história do desenvolvimento do Estado de Goiás esteve muito presente e ligada à política de governo estadual, como a construção de Goiânia para que se tornasse capital de Goiás e, após esse fato, a construção de Brasília, que foi uma política do Governo Federal de acordo com as políticas desenvolvimentistas. Esses dois marcos na história brasileira foram

decisivos, já que contribuíram positivamente para a representatividade que Goiás tem hoje (SIQUEIRA, 2009).

De modo mais geral, o cenário regional conta com cidades situadas na parte nordeste do estado, onde as questões de infraestrutura são complexas. Trata-se de cidades pequenas inseridas em áreas de produção moderna, entre outros aspectos. Vale lembrar que em parte significativa das cidades do estado, como Rio Verde, Jataí, Itumbiara, Goiatuba, Santa Helena, entre outras, “o agronegócio está presente de forma marcante, atraindo investimentos de grandes empresas, como é o caso da Perdigão na cidade de Rio Verde” (SIQUEIRA, 2009, p. 108).

Muitos aglomerados, nesse sentido, também têm sua gênese vinculada à implantação de redes de transportes, seja ao longo de rodovias, seja também da antiga Estrada de Ferro Goiás (SOUZA; CASTILHO, 2014, p. 533-535).

Segundo Siqueira (2009, p. 109):

> O Estado de Goiás tem, nos últimos, anos apresentado um crescimento significativo nesse campo, através de um sistema novo, composto por cadeias produtivas mais completas, interligando a indústria de insumos, tratores, fertilizantes, defensivos, atraindo investimentos de grandes grupos para o Estado. Esse crescimento faz com que aconteça uma melhora expressiva na renda per capita do cidadão goiano, elevando-a a patamares nacionais e superando regiões tradicionais como a Sul e Sudeste.

As cidades possuem suas particularidades e singularidades, que as tornam únicas para desempenhar suas funções, pois cada cidade constitui-se de diversas realidades socioespaciais e desempenham papéis econômicos diferentes.

1.2.1. As cidades pequenas e a realidade juvenil na dimensão local

O estado brasileiro, por meio da Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, reconhece o relevante papel das famílias na sociedade e a elas estabelece especial proteção. Não obstante, a Letra Fundamental vigente também impõe à sociedade e ao Estado o dever de assegurar a satisfação de seus direitos, com observância à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Todavia, independente se a cidade é grande ou pequena, o jovem deve ser inserido no contexto de desenvolvimento local onde vive, colaborando com o aumento da economia, fazendo valer o seu direito inerente. Com essa situação,

resta comprovado o reconhecimento da relevância do papel dos incentivos pertinentes e a concessão referente a esse setor. Para tanto, é importante destacar que:

> [...] existe diferença entre urbanização e a cidade propriamente dita, a primeira é entendida como um fenômeno, cuja essência gera hábitos urbanos, enquanto a segunda é considerada um objeto que se circunscreve a um território, envolvendo limites sob domínio de um poder político (MANFIO, 2019, p. 29).

A cidade é fruto da construção do homem, pois resulta da integração social, do conhecimento de técnicas que permitem a manipulação de recursos naturais e da cultura em suas diversas manifestações. Portanto, “a cidade consiste num espaço de concentração de casas, prédios, serviços e movimentos, que implicam numa realidade de vida urbana diferente que a do campo” (MANFIO, 2019). Destarte, de acordo com o que dizem Paula; Pires (2013, p. 88):

> A cidade pode ser entendida como obra e produto das relações sociais, que são construídas e materializadas no espaço urbano. Tais relações, no entanto, denotam a complexidade da cidade, fruto dos vários processos que nela se instauram e que, por sua vez, resulta do fato de que também são distintos os sujeitos e agentes sociais que a produzem. Ao se falar sobre a relação entre cidade e vida cotidiana, evidencia-se que a cidade é um lugar complexo, de produção social, de vida pública e coletiva. Entendida sob esta perspectiva, a cidade pode, portanto, ser pensada como um território ou como territórios, territorialidades.

Como a cidade é um produto da sociedade, as cidades não são iguais. Elas se diferem em relação a elementos como: tamanho, função, complexidade dos serviços ou estrutura, formas e culturas. Quanto ao tamanho e à complexidade dos serviços, as cidades podem ser classificadas, de acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em metrópole, cidades médias e cidades pequenas (MANFIO, 2019). Contudo, em conformidade com o que pensam Paula; Pires (2013, p. 88-89), ao se identificar com algum espaço urbano:

> [...] determinados grupos sociais se apropriam dele, concreta ou abstratamente, produzindo lugares específicos para tipos específicos de convivência, tornando-o cada vez mais fragmentado. Nesse raciocínio, as experiências cotidianas de sujeitos desiguais tidas com o espaço urbano criam mecanismos fortemente marcados por processos de distinções, desigualdades e diferenciações no uso e apropriação da cidade. Dentre esses sujeitos, destacam-se os jovens. São sujeitos sociais que, como tais, constroem um modo de ser jovem, ou seja, constroem a sua condição juvenil de acordo com os espaços, tempos e contextos em que vivem. Essa condição juvenil refere-se ao modo como a sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão

> histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos parâmetros referidos às diferenças sociais.

Nessa perspectiva, as metrópoles podem parecer atrativos para muitos, como fácil acesso a atividades culturais, mais possibilidades para a continuação da educação e melhores oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, essa facilidade e essas oportunidades não são dadas de formas homogêneas, como também acontece nas cidades pequenas.

Nesse estudo, o Jovem é o sujeito da pesquisa, os estudos acerca dos jovens e juventudes estão cada vez mais em alta do que concernem as vivências, práticas, produção do espaço urbano e redes de sociabilidades.

> Dentre esses vários sujeitos, o jovem aparece como um dos produtores do espaço urbano e da cidade. Ao desenvolver suas práticas cotidianas, carregadas de símbolos, desejos e frustrações, ele cria territórios por meio de estratégias territoriais distintas permeadas de relações sociais, as quais representam interesses e apropriações diferenciadas em relação ao espaço. (Paula, 2019, p. 3048).

O jovem também enfrenta a exclusão, a segregação residencial, a falta de oportunidades, sofre com a falta de equipamentos públicos, faltas de lazer, entre outros problemas. Portanto, os sujeitos sofrem com a dificuldade do primeiro emprego, de cursos profissionalizantes, faltas de oportunidades e enfrentam deslocamentos diários para cidades que podem dar esse suporte.

Porém, como elucidado, as pequenas cidades apresentam uma população reduzida e, em alguns casos, condições mínimas de serviços para atender a população local, muitas vezes, estando orientadas pela economia agrícola. Pensando nisso, Manfio (2019, p. 30-31) diz que:

> São, então, núcleos urbanos que representam uma extensão menor se comparada a centros de outro porte e atendem ao pressuposto da realização da vida, da produção do espaço e da reprodução capitalista, na divisão territorial do trabalho em escala internacional. Apequena cidade resulta de inúmeros processos formativos: a) de um habitat concentrado do primário e do secundário; b) de um núcleo de povoamento, onde sua população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços; c) de um núcleo dotado da função de sede municipal; d) por um centro local que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia. Numa outra visão da cidade pequena, pode-se dizer que elas são espaços de residência, de lazer, do comércio e do serviço existentes, lócus dos órgãos da administração pública, da igreja e da escola e das agências bancárias. Além

> disso, elas guardam uma riqueza de detalhes e sentimentos, muitas vezes, pouco percebida nos grandes centros urbanos.

Em outras palavras, jovens, adultos, entre outros, são produtores do espaço urbano. Essa produção se dá, no entanto, pela projeção concreta desses sujeitos no espaço urbano, por meio da materialização de suas práticas espaciais, exercidas na cidade em que vivem.

Cidade essa que, cada vez mais, se apresenta fragmentada, porque disputada por diversas lógicas de uso, permeadas por espaços de vivência restritos, que simulam a apropriação e são o resultado das territorialidades.

Desse modo, é impossível compreender a produção do espaço urbano e da cidade na qual vivem os jovens sem conhecer esses sujeitos, suas práticas espaciais, suas redes de sociabilidade e suas territorialidades (PAULA; PIRES, 2013).

Inclusive, para Manfio (2019), os habitantes das pequenas cidades têm grande conhecimento a respeito da população do município e das manifestações sociais ligadas à vida rural. Muitas dessas pequenas cidades estão vinculadas à função agrícola ou à dependência de serviços de cidades média ou metropolitana.

Nesse sentido, a pequena cidade é vista como um núcleo de povoamento, no qual a população está dividida em diferenciadas proporções, em atividades ligadas ao setor urbano e atividades agrárias. Assim, ela pode ser caracterizada como uma transição, como uma maior integração do rural-urbano, sem que haja um rígido limite entre eles (MANFIO, 2019).

Quem mora nas pequenas cidades se sentem privilegiados por estarem no interior e afirmam que não pretendem sair de lá. Mas eles querem mais e falta apenas que as empresas enxerguem essa oportunidade, ainda mais com a crise vivida nos últimos anos. Mediante isso, é fundamental que se comece a explorar novas formas de construir negócios, dando mais oportunidade à população que ali fixa suas raízes (MORAES, 2016).

Convém considerar que cada uma das cidades de origem dos jovens possui condicionantes, características e particularidades que as tornam bastante similares, mas não iguais. Desta feita, Paula; Pires (2013, p. 90-92) explicam:

> Assim, ao se buscar compreender as representações dos jovens sobre sua cidade de origem, algumas visões foram expressas: a primeira está

> associada à imagem de uma cidade com poucas oportunidades de emprego, estudo e lazer; a segunda reflete a imagem de uma cidade desprovida de uma melhor infraestrutura, indicando que o poder público precisa ter uma atitude mais proativa em relação às necessidades dos cidadãos, no que tange a asfaltamento adequado, hospitais melhores equipados, equipamentos de lazer etc.; e a terceira está associada à ideia de que as cidades são pequenas, portanto, são calmas, tranquilas, acolhedoras e com baixos índices de violência, ou seja, são seguras. Cabe sublinhar que essa percepção da cidade com qualidade de vida é resultado de uma visão construída pelos jovens ao compararem sua respectiva cidade com as cidades grandes, no que tange aos altos índices de violência, à poluição ambiental, aos problemas relacionados ao trânsito, ao fluxo de pessoas e mercadorias etc.

É importante destacar que nas cidades pequenas também se concentram unidades e setores industriais, ao mesmo tempo em que se estabelecem diariamente contatos comerciais diversos entre indústrias e mercado consumidor, localizado tanto no país como no exterior (MANFIO, 2019).

Em se tratando dos jovens que moram em pequenas cidades, “ao usar o seu tempo livre, vão demarcando territórios na cidade, por meio de suas práticas espaciais, e se tornando produtores do espaço urbano no qual vivem” (PAULA; PIRES, 2013).

Contudo, é importante ressaltar que a relação que os jovens estabelecem com a cidade onde moram é de dependência e se dá pela carência de melhores oportunidades de trabalho, de serviços, de equipamentos urbanos e de alternativas de locais e atividades para o uso do tempo livre. De acordo com PAULA; PIRES, (2013, p. 98): “Isso, evidentemente, tem forjado um modelo de vida urbana, totalmente distinto do que os jovens idealizam, condicionando, dessa forma, os modos de vida desses sujeitos que estão cada vez mais reclusos em casa”.

Morar em bairros onde a pobreza prolifera é uma realidade que assola a vida de muitas pessoas no mundo, principalmente nas cidades brasileiras, onde essa condição de desigualdade afeta as pessoas de diferentes formas, em todas as etapas da vida de um indivíduo. No próximo capitulo a análise será feita considerando a juventude da cidade de Jaraguá e sua relação com o espaço urbano frente ao processo de segregação residencial e a vulnerabilidade social.

2. A CIDADE DE JARAGUÁ E SUA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE SEGREGAÇÃO E SUAS DIFERENTES TIPOLOGIAS E IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE MAIORES VULNERABILIDADES

A Juventude vem sendo estudada por diversas ciências nos últimos anos, não há um consenso sobre a definição dessa categoria. Alguns autores das ciências humanas colaboram para a literatura, como: psicólogos, geógrafos entre outros que contribuem com esses estudos. Dessa forma entendemos o jovem como participante e produtor do espaço urbano, onde ele cria suas respectivas territorialidades, culturas e, quando há possibilidades, participam das decisões da cidade. Também nesse capítulo será discutido a diferença do jovem com uma renda maior e o jovem vulnerável economicamente, exposto à segregação residencial, compreendendo as principais identidades, juntamente com as realidades vividas e experimentadas pelos jovens no espaço urbano de Jaraguá.

2.1. A JUVENTUDE E AS DIVERSIDADES SOCIAIS TERRITORIALIZADAS

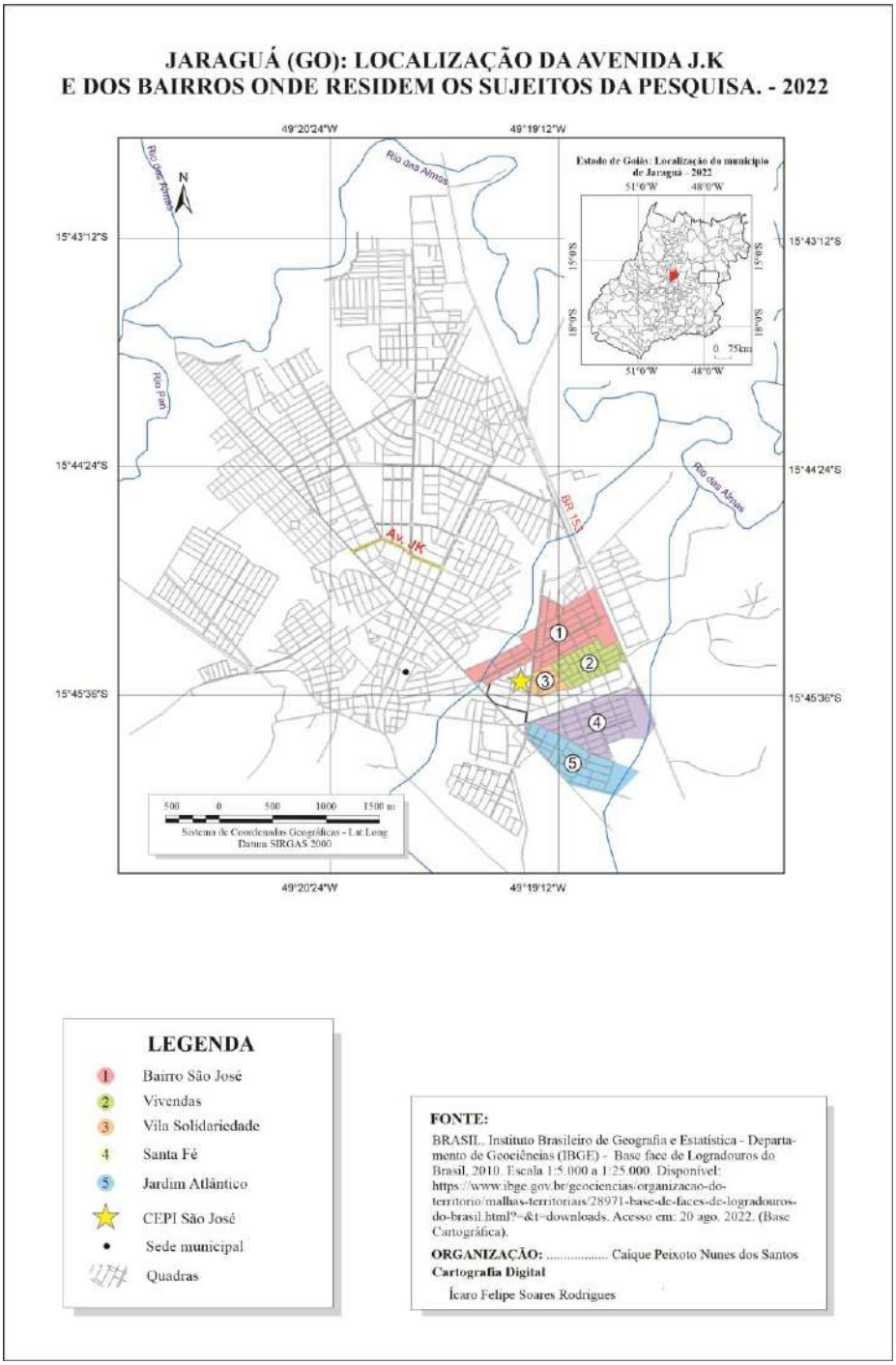
A pesquisa busca compreender como os jovens da cidade de Jaraguá - GO se apropriam dos espaços e das principais manifestações culturais presentes na cidade como: praças, campos de futebol, bibliotecas municipais, museus, bares e a Serra de Jaraguá. Os poucos espaços existentes são longe dos seus bairros de origem, ou insuficientes. Entende-se que estes jovens são protagonistas e criadores de espaços próprios e que os mesmos socializam, transformando territórios e criando identidades. Assim, ressaltamos as dificuldades de acessos a equipamentos públicos, espaços culturais e lazer que não são oferecidos igualmente para todas as classes sociais, tornando-as inacessíveis aos que possuem poder aquisitivo baixo.

Empiricamente é perceptível a diferença entre o jovem que possui renda alta e o que não possui. A forma como eles se divertem e usufruem dos espaços de lazer é desigual. Por exemplo, nos finais de semana, esse jovem que é carente não tem opções que não sejam privadas como bares, distribuidoras ou shoppings, que são localizados em outras cidades como Goiânia, uma cidade grande, e Anápolis, uma cidade média. Ainda sobre a capital goiana:

> Goiânia é uma metrópole que possui vários espaços públicos e privados destinados ao lazer de seus habitantes (sejam eles jovens ou pertencentes a outra faixa etária): bares, boates, shopping centers, parques, cinemas (PAULA, 2019, p. 9).

Porém, mesmo com essa desigualdade, os jovens estabelecem identidades nos espaços que frequentam, criando suas territorialidades e demarcando algumas áreas da cidade, como a Praça do Coreto e a Avenida JK (figura 3), onde existe uma grande concentração de comércios. São áreas centrais e distantes dos bairros estudados, com uma forte presença do público jovem nos finais de semana, pois esses espaços possuem diversas opções de lazer (bares, pizzaria, show ao vivo, etc.)

Figura 3- Localização da Avenida JK



É importante salientar que a juventude caracteriza um momento singular na vida do indivíduo, não observada somente em seu caráter de desenvolvimento físico e psicológico. Portanto, ser jovem é encontrar um universo repleto de possibilidades, que também tangencia as dificuldades comuns a qualquer novidade ou as atitudes necessárias para ter o seu lugar no mundo (DIAS, 2020).

Dessa forma, ao apresentar a concepção de juventude deve ficar claro que esta não busca definir ou defender apenas uma classe, mas sim procurar

compreender a juventude a partir das ambivalências (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011).

Para esse fim é importante compreender quem são os jovens que estudamos, conhecer os contextos, seus valores e projetos de vida. O ter o seu lugar no mundo permite a essas pessoas construírem verdadeiros núcleos políticos com influência comportamental, além de suas vidas reconstruírem porções do planeta (DIAS, 2020).

A faixa etária que compreende os jovens é uma fase da vida em que o indivíduo quer desfrutar de seus direitos e principalmente da cidade, porém a sociedade atual é marcada por diversas desigualdades, seja ela de renda, acesso a moradia, emprego e até acesso a necessidades básicas. Para Dayrell (2003), essa etapa deve ser entendida hoje como o momento de intensas experimentações e de caminhos de construção de oportunidades, de inserção na sociedade.

A população de territórios mais vulneráveis sofre dificuldades com acesso aos serviços públicos e outros recursos culturais socialmente valorizados. Essa fragilidade também se concretiza na escola onde o jovem, que é a faixa etária estudada, vivencia e sofre com as dificuldades de viver em áreas afastadas (RIBEIRO; VÓVIO, 2017). A escola em questão, Centro de Ensino em Período Integral São José, se tornou por muitos anos evitados pelo público da cidade.

Nesse sentido, o aprofundamento da concepção de território evidencia claramente os conflitos e as contradições existentes no mundo, pois o território é produzido a partir das intencionalidades de quem o produz substancialmente na dimensão simbólica (SAQUET; SILVA, 2008). Neste trabalho, considera-se que os jovens vivem em uma fase especial das suas vidas, enfrentando um momento em que a segregação residencial e, consequentemente, as vulnerabilidades sociais também os afetam.

Logo, sem a existência de um apoio, bem como a falta de perspectivas de ascensão, esta fase da vida pode ser marcada pela violência, exclusão, formação de gangues e o mundo das drogas. Nessa perspectiva, Abramo (1997, p.32) afirma que:

> [...] e nessa formulação, como encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, e ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semi-invisíveis, apesar da sempre

> crescente visibilidade que a juventude tem alcançado na nossa sociedade, principalmente no interior dos meios de comunicação.

Diante da realidade, muitos jovens são afetados pela exclusão social e vulnerabilidade na cidade de Jaraguá (GO), onde se encontram desempregados, sem esperanças e/ou trabalham em condições de informalidade. Tornam-se notícia frequente nos meios de comunicação, no que diz respeito a homicídios, mortes precoces, inserção do tráfico e no mundo das drogas. Inclusive, de acordo com dados censitários do (IBGE, 2010), 11,4% da população entre 10 e 17 anos não frequentava a escola.

As ideias de desenvolvimento e território têm estado, em relação de proximidade e mesmo até de simbiose, dentro da matriz comum de valores conservadores, não importando o fato de que grupos diferentes de especialistas se ocupem preferencialmente com um e com outro conceito (SCHREIBER, 2012).

A cidade, enquanto espaço fragmentado, mesmo quando balizada pela plena autonomia política como horizonte essencial, apresenta-se sob a forma de diferentes desafios quotidianamente e nas mais diferentes escalas (DIAS, 2020, p. 918).

O espaço urbano é o local onde se mesclam diferentes culturas, pessoas e identidades. Essas questões estão inseridas em um mundo globalizado e excludente, já que se vive num sistema capitalista, onde excluídos e marginalizados são impedidos ou não possuem acesso ao lazer e muitas vezes a cultura por exemplo. Segundo Bortolo (2010, p.41):

> O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engrenadas por agentes que produzem e consomem o espaço.

Nesse sentido, o espaço urbano é um local de disputas de espaço, direitos e formado por grupos distintos e classes sociais, onde se encontram diferentes movimentos, sejam eles ligados à moda, à cultura popular que passa de geração em geração e que também são influenciadas quando em contato com outras culturas.

A globalização trouxe um impacto para as sociedades e principalmente sobre a identidade cultural. Desta forma, Martins e Carrano (2011, p. 47) dizem que:

> Os espaços da cidade são praticados por diversos grupos juvenis que têm como uma de suas características a perda do contato com um território específico e próprio a ser defendido. À desterritorialização das culturas juvenis segue-se a multiplicidade de espaços urbanos. As muitas cidades presentes na cidade podem modificar-se por novas identidades que se constituem na temporalidade do nomadismo urbano das juventudes.

A grande diferença de classe e oportunidades gera sujeitos que têm dificuldade em ingressar em uma sociedade, muitas vezes isso está ligado a desestrutura familiar, ausência de políticas públicas para juventude e oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Também existe a forma como estes jovens se percebem como cidadãos, dentro do seu direito de usufruir, de ter lazer e produzir na cidade.

Ocorre que a noção de sujeito se relaciona com a própria condição que constitui o ser humano, ou seja, um ser que é igual a todos os demais como espécie, igual a outros por pertencimento ao mesmo grupo social e diferente de todos como um indivíduo singular. Nesse aspecto, o ser humano é uma construção e não um dado (DIAS, 2020). Ao entender que o ser humano é uma construção devemos entender o contexto em que as relações acontecem.

Dessa construção, o sujeito se forma ativo, agindo no e sobre o mundo. Essa ação se produz ao mesmo tempo em que é produzido no seio das relações sociais nas quais se insere. A originária essência do ser humano não está dentro de si, mas sim fora, na posição excêntrica do mundo das relações sociais (PEREIRA; DEL RIO HORN, 2009).

Considerando estes contextos deve-se entender que a sociedade moderna é marcada, então, pelos diversos signos e padrões estabelecidos que permeiam a sociedade globalizada, bem como o consumo universalizado. Os bens então entram como parte integrante de identificação e demarcação dos demais grupos que criam diversos territórios dentro de uma única cidade (MARTINS E CARRANO, 2011).

Nesse sentido, é preciso compreender que o pleno desenvolvimento ou não das potencialidades do ser humano dependerá da qualidade das relações do meio social onde ele está inserido. Quando cada jovem nasce, a sociedade já tem uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu desse sujeito, ou seja, não foi produzida por ele (DIAS, 2020).

Isso se deve porque os jovens de hoje em dia são cada vez mais massificados com a questão do consumismo, característica marcante do capitalismo.

Pois, para fazer parte de um determinado grupo, o jovem precisa ter um telefone do ano, uma roupa de marca e participar de locais de alto poder aquisitivo. Considerado esses exemplos, pessoas que estão na moda, ou que possuem estilo.

> Diante desses aspectos, cabe ressaltar que a condição juvenil vem se construindo em um contexto de profundas transformações socioculturais ocorridas no mundo ocidental nas últimas décadas, fruto da ressignificação do tempo e espaço e da reflexividade, dentre outras dimensões, o que vem gerando uma nova arquitetura do social (DAYRELL, 2007, p. 1108).

Ser jovem potencializa as intenções subjetivas de questionar, indagar, ir contra, não aceitar, ser resistente, enxergar o mundo de outros ângulos, ser ousado e não ter medo. O jovem dissociado do simplório termo de sonhador banal, que o mistifica como um mero sujeito de potencial para a sua inventada vida adulta, exerce uma gama de significados próprios e ações reais que valorizam ainda mais as diferenças entre ele e os adultos (GARCIA; PINTO; MICHELLI, 2011).

Portanto,

> [...] uma das razões que empreende uma ação criadora e duradoura, sob uma perspectiva histórico-territorial na juventude, é que o processo identitário resultaria de uma construção social, em busca de traços simbólicos e verdadeiramente identitários, que são potencializados por meio de estratégias de desenvolvimento territorial (DIAS, 2020, p. 920).

A questão econômica é um fator decisivo na demarcação de áreas e territórios na cidade, pois o direito de viver e usufruir da cidade são negados às camadas populares de baixa renda (CUNHA; AUGUSTIN, 2014). A questão da renda, no âmbito do recorte pesquisado, será demonstrada no terceiro capítulo através da análise dos dados gerados pelos questionários aplicados, que servem de base para a elaboração dos gráficos. E, a título de ilustração, no último censo demográfico, foi constatado que a média da renda mensal dos trabalhadores formais de Jaraguá é de 1,6 salários mínimos.

Deste modo, a baixa renda, a falta do direito à cidade e a falta de participação das decisões, impedem o Jovem que não mora em sua residência própria, uma vivência de realidade inferior à de jovens de renda alta. A participação popular é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar,

usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis (JUNIOR; BODNAR; BIANCHI, 2021).

A interpretação do direito à cidade deve ocorrer à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos (OLIVEIRA; BORGES, 2018). Nesse sentido, o direito da cidade vai além do simples morar, mas sim de participar das decisões, opinar, vivenciar a cidade de forma justa e sem discriminação. Assim, a questão econômica dificulta o acesso das camadas populares de renda baixa, promovendo a segregação e as diversas vulnerabilidades sociais existentes, pois esses jovens carentes são excluídos.

Pode-se afirmar então que é a partir da segregação que ocorre a diferenciação de localidades existentes na cidade e entre os grupos sociais, estando ligadas então as lógicas econômicas estruturais (NERI, 2008). No entanto, a segregação ocorre de maneiras distintas, ocasionando a exclusão, que ocorre de diferentes formas dentro do espaço urbano. Dessa forma, Junior (2010, p. 134) relata que:

> [...] em função das características do momento atual, todas as cidades brasileiras exibem, com diferença de grau e de intensidade, problemáticas parecidas, pois os processos excludentes que estão em marcha não atingem apenas as cidades grandes e médias, ou seja, fenômenos como a segregação urbana vem ocorrendo independentemente do porte da cidade.

Diversos aspectos socioeconômicos são dimensões que vão interferir na produção de cada jovem como sujeito social, independentemente da ação de cada um. No mesmo instante, na vida cotidiana, esse jovem entra em um conjunto de relações e processos que formam um sistema de sentidos, que dizem quem ele é e o rotulam como deveria ser (PIRES, 2013).

Na realidade do mundo complexo, cada movimento interativo pressupõe uma redefinição comunicacional do indivíduo a novas demandas de interação que emergem. Demanda por novas formas de interação, diálogos e o desafio semântico que cada uma delas apresenta (PIRES, 2013).

À medida que há contatos com diferentes culturas e vivências, ocorre o aculturamento ou assimilação de culturas de outros lugares. Desta forma, contribui com o raciocínio que tange as diversas identidades e territorialidades produzidas no espaço urbano, que se desenvolve sobre as diferentes heterogeneidades.

2.1.1. O jovem, o território e as vulnerabilidades

A juventude é um segmento, uma etapa da vida que vem sendo estudada em várias pesquisas, no que diz respeito à sociabilidade, cultura e dilemas do cotidiano e em relação aos problemas sociais. O que se pode perceber é que cada jovem constrói a sua própria experiência e há uma grande diversidade presente na conceituação da juventude, a qual se expressa por meio das classes sociais, culturas, identidades, valores, gênero, entre outros.

Caracterizar o jovem não é uma tarefa fácil, porém diversos autores das Ciências Humanas corroboram para esse estudo. No entanto, essa definição não pode se pautar na questão de idade ou biológica. É preciso analisar as singularidades que cada jovem, ou seja, o jovem branco, o jovem negro, o jovem com poder aquisitivo e o que não possui. Portanto, a análise que deve ser feita não deve ser generalizada (CAVALCANTI, 2013).

Algumas definições e considerações sobre a juventude surgiram ao longo do tempo para tentar distinguir essa etapa da vida das demais. Para a Organização das Nações Unidas, a juventude corresponde à fase da vida situada entre os 15 e os 24 anos e, no Estatuto da Juventude, aprovado em 2013 no Brasil, a juventude define-se como a fase situada entre os 15 e os 29 anos (PEREIRA; ZUFFO; MOURA, 2019).

No caso específico de Jaraguá, de acordo com dados censitários (IBGE, 2010), na faixa entre 15 e 29 anos, temos 11.170 jovens, com um crescimento de 13,6% entre 2000 e 2010. Com base nesses dados, reforça-se a importância do estudo acerca dos jovens da cidade. Dessa forma, para uma melhor análise da categoria juventude, Cavalcanti (2013, p. 79) contribui com a seguinte afirmação:

> Necessário se faz, assim, entender o jovem em sua complexidade e diversidade, sem estereótipos, preconceitos, padronizações, enfim, entender juventude como uma identidade importante para os alunos, marcada por um momento de se distinguir do adulto e ao mesmo tempo da criança, o que os faz perceber-se semelhante a outros e ao mesmo tempo lhes permite afirmar sua diferença.

Deste modo, entende o jovem como sujeitos pertencentes ao espaço e território, em uma fase de transição entre crianças e adultos. Nessa perspectiva, o jovem sonha em ascender socialmente, usufruir da cidade, consumir, participar das decisões ou pode ser vítima da falta de políticas públicas, da violência, do

desemprego e das oportunidades, sendo suscetíveis à diversas vulnerabilidades existentes.

Definir a categoria jovem é um exercício complexo, pois corresponde a construções sociais nem sempre presentes nas sociedades, nem manifestadas da mesma forma ao longo da história de uma dada sociedade. O jovem é entendido como um sujeito imaturo (SILVA, 2013).

Esta designação refere ao período que compreende a infância e a fase adulta, uma fase em que responsabilidades podem ser aplicadas a ambos os sexos e podem haver variações no período de idade de acordo com a cultura e o território onde se vivem (SILVA, 2013).

Dito de outro modo, “enfocar o território somente pela via de seus recursos relacionados a necessidades biológicas e mercadológicas, a um uso meramente racional de seus espaços, não compreende toda a complexidade territorial em sua multidimensionalidade micro e macrossocial” (FEITOSA *et al.,* 2018, p. 199).

Por isso, o território deve ser concebido a partir da integração de suas múltiplas dimensões: natural, econômica, política e cultural, na medida em que este abrange toda a história humana, como um dos componentes ontológicos de sua formação (CUNHA; AUGUSTIN, 2014).

Pois ela é referência para não dicotomizar o olhar lançado sobre as relações entre o homem e os ambientes, mas percebê-las potencializadoras da ação ou produtoras de desigualdades sociais. Aproveitando o aludido acima, Scott *et al*. (2018, p.609) ressalvam que por vulnerabilidade social entende-se:

> [...] o resultado negativo da relação entre disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais oriundas do Estado, do mercado e da sociedade. Essa relação adviria de uma insuficiência de oportunidades no contexto em que o indivíduo está inserido e de sua dificuldade em lidar com isso. Essa situação tornaria as oportunidades oferecidas pelo Estado e pela sociedade mais distantes e inalcançáveis para uma determinada população, interferindo negativamente em seu desenvolvimento. A vulnerabilidade social das pessoas, famílias ou comunidades é então entendida como uma conjugação de fatores que pode afetar o nível de bem-estar das pessoas, famílias ou comunidades e que resulta em uma exposição maior ao risco. Trata-se, assim, de uma noção multidimensional, pois a vulnerabilidade pode afetar pessoas, grupos e comunidades em diferentes planos de seu bem-estar, de formas diferentes e em diferentes intensidades, estando relacionada à capacidade dos envolvidos de controlar os recursos requeridos para o aproveitamento de oportunidades propiciadas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. A vulnerabilidade social extrapola a dimensão material, ou seja, a falta de

> recursos financeiros, devendo ser analisada com base na inter-relação entre os diversos fatores que compõem a estrutura social. Isso quer dizer que a vulnerabilidade social perpassa desde a inserção do sujeito no mercado de trabalho, a qualidade de suas relações sociais, os serviços a que tem acesso ou dispõe e as formas de proteção proporcionadas pelo Estado e que interferem na sua qualidade de vida e bem-estar.

Devido à desigualdade existente, os jovens que pertencem às famílias de classe média podem obter facilmente o padrão de qualificação exigido pela sociedade, enquanto os jovens de classes mais baixas e de periferias encontram inúmeras barreiras e dificuldades para que possam se qualificar, e assim ascender socialmente (LAREAU, 2007).

Ainda segundo o autor, existem programas governamentais de incentivo, mas a realidade é que ainda não comportam a demanda, muitas pessoas nem sequer chegam a ter conhecimento dos projetos existentes e muito menos conseguem valer seus direitos (LAREAU, 2007). Isso existe na tentativa de mudar a realidade fragilizada de muitos indivíduos que vivem em situação de risco. Seguindo esses pensamentos, Oliveira *et al.* (2020, p.111) explicam que:

> Por vulnerabilidade social entende-se determinadas condições de sujeitos expostos a fatores de risco, como violência, uso de drogas e experiências relacionadas a privações afetivas, de rompimento de vínculos e condições socioeconômicas que desfavoreçam o desenvolvimento biopsicossocial e espiritual do indivíduo. Pode ser elencado ainda dificuldades no âmbito escolar, precárias condições de saúde, falta de informação e relações afetivas precárias com o próprio indivíduo, seus familiares e a sociedade. Além disso, fatores de riscos e estressores sempre estiveram presentes em qualquer tempo e lugar, o que mudou, na verdade, foi a construção social do que se entende por risco, sobretudo na adolescência e juventude. Os fatores de risco na juventude não devem ser compreendidos somente como falta de condições socioeconômicas, de desigualdade social ou falta de estruturação de políticas públicas. Fatores que abranjam a fragilização de vínculos, sentimentos de não pertencimento, presença de violência nos ambientes que faz parte, perda dos direitos fundamentais, alto índice de reprovação escolar, falta de perspectivas profissionais e de projetos para o futuro, assim como a inserção precoce ao trabalho infantil, entre outros, também devem ser levados em conta.

Vivencia-se, então, duas situações: jovens que não carecem de se preocupar tanto com responsabilidades e jovens que trabalham o dia todo para ajudar no sustento da família e que, em grande parte, quando não estudam à noite, desistem dos estudos, pois a rotina se torna muito cansativa. Essa diferença é evidenciada pelo processo de segregação. O conceito de vulnerabilidade abrange

uma série de qualificações, cujas definições apresentam especificidades. Pensando nisso, Feitosa *et al.* (2018, p. 199-200) elucidam:

> Entretanto, estas concepções, fomentadas em diversas áreas do conhecimento, trazem em comum o fato de que a vulnerabilidade está sempre ocorrendo no território onde as pessoas vivem. Neste sentido, o estudo da vulnerabilidade, e sua espacialização em determinado território, possibilita a identificação das áreas a apresentar possíveis impactos ambientais, constituindo-se em ferramenta importante ao planejamento ambiental e ordenamento territorial. Esse processo relaciona-se à necessidade humana de deixar marcas no território, seja de maneira mais rudimentar ou sofisticada, criando assim referências capazes de proporcionar orientação, preservação da identidade frente a si e aos demais, bem como permitindo ao sujeito dotar de sentido o espaço.

Diante disso, surge o conflito entre teoria e prática, quando na verdade elas deveriam estar integradas no processo de aprendizagem para que se possa produzir conhecimento, delimitação do espaço e posição social (PIOVESAN, *et al*, 2014). Destarte, no que tange sobre territórios, Feitosa *et al.* (2018, p. 201) retratam que:

> [...] os territórios definem-se alicerçados nas identificações, nos vínculos afetivos, na participação do sujeito para a construção dos lugares, na história patrimonial, na história de vida das comunidades, nas relações de vizinhança, além de outros aspectos que estão na interface entre o micro e o macrossocial. Desta maneira, no território encontram-se os fatores que geram risco e perigo para os sujeitos, o que nos permite afirmar a espacialização da vulnerabilidade, e ao mesmo tempo os elementos necessários para que estas situações adversas sejam enfrentadas e, se não superadas completamente, ao menos minimizadas. Fica explícito, portanto, que a afetividade que emerge em territórios vulneráveis pode ser o fio condutor de estratégias de enfrentamento e proposição de políticas e ações de proteção, uma vez que, dentro da concepção dialética e integral do ser humano, intervir nos espaços é também reconfigurar o campo, gerando novos afetos que potencializem os sujeitos e aumentem a autoestima, a autoeficácia e garantam a perspectiva de futuro, de modo que os sujeitos possam se implicar positivamente com os lugares e com a coletividade.

Conforme foi exposto, a realidade dos jovens compreenderá como os mesmos se apropriam dos espaços que existem na cidade e como esses espaços os influenciam. A falta de equipamentos públicos, opções, cursos profissionalizantes e cursos de graduação contribuem para serem suscetíveis as vulnerabilidades sociais. Como delimitam e territorializam, criam identidades dentro da cidade a partir das possibilidades de renda.

Neste ato, Cançado; Souza; Cardoso (2014, p. 10) ensinam que o termo “vulnerabilidade juvenil” em detrimento de outros, como “adolescentes em situação

de risco” ou “adolescentes em situação de exclusão social”, se dá na ótica do projeto pela distorção desses do entendimento da grave e complexa problemática em que estão envolvidos.

A discussão da associação entre adolescência e “problemas/perigo” é decorrente tanto de fatores de natureza biológica, como da autonomia relativa e ambígua que os jovens desfrutam na família e na sociedade. É uma preocupação presente nas literaturas médica, sociológica e na mídia (CANÇADO; SOUZA; CARDOSO, 2014, p. 10). Deste modo,

> A vulnerabilidade torna-se mais acentuada para grupos específicos, como negros, indígenas e migrantes, que ainda são discriminados no mercado de trabalho e em outras esferas da sociedade” (CANÇADO; SOUZA; CARDOSO, 2014, p. 11),

As estratégias de disputa por oportunidades são herdadas de uma sociedade colonizada, escravocrata e marcada pela desigualdade. A consideração de aspectos como baixa escolarização, relações familiares violentas ou conflituosas, ausência ou insuficiência de recursos financeiros e serviços de saúde, além de poucas perspectivas profissionais e de futuro, constituem-se, portanto, fatores individuais, coletivos e contextuais que configuram o que se chama de vulnerabilidade social (SCOTT *et al.*, 2018).

Dessa forma, ao discutir o conceito de vulnerabilidade social: “pretende-se sair de análises de posições, morfologias estáticas, e reconhecer processos contemporâneos, remodelações de relações sociais nas quais, sublinhamos, a cultura e a subjetividade" (SCOTT *et al.*, 2018).

Assim, a vulnerabilidade social está associada às informações que se acolhe do meio social e, como se acessa os serviços públicos para assegurar os direitos sociais, tais como, educação, trabalho, saúde, moradia, participação, dentre outros, rompe-se com normas violentas, buscando qualidade de vida e bem-estar social (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019).

2.1.2. Cidade, segregação e vulnerabilidades, a vulnerabilidade como produto de processos segregadores

O espaço urbano é produzido por diversos agentes sociais. Tais agentes interferem direta ou indiretamente na organização espacial da cidade. Este espaço é resultado de práticas de agentes capitalistas, que utilizam mecanismos legais e ilegais para atender seus interesses (SIQUEIRA; MELLO, 2019).

Ressalta-se ainda a necessidade de evidenciar que a ação destes agentes é concreta no espaço da cidade, resultando em diferentes configurações espaciais, que atendem aos interesses das classes dominantes (SIQUEIRA; MELLO, 2019).

Em relação às cidades, Véras (2010, p. 35) elucida que “esta é moldada pelo interesse do capital, utilizando o solo urbano como o empresário empregou a máquina, a serviço da acumulação”. Dispondo de seu salário para sobreviver, a classe trabalhadora deve disputar, com outras funções, os espaços da cidade para moradia, para circulação, educação, saúde, lazer, transporte.

A segregação urbana só pode ser satisfatoriamente entendida se for articulada explicitamente (e não apenas implicitamente ou subentendida) com a desigualdade, bem como com a dominação social.

Assim sendo, Santos e Toledo (2020, p. 97) trazem descrito que:

> Quando se trata sobre a relação da produção de desigualdade com a dominação social pode-se traçar um paralelo com a teoria do desenvolvimento e dinâmica do capitalismo na compreensão das sete esferas de atividades. Pode-se traduzir assim a dominação social com a necessidade do capital de construir regras (arranjos institucionais e administrativos) para garantir o desenrolar de seu processo produtivo, criar simbolismo para legitimar suas ações (concepções mentais do mundo), recriar as relações sociais acerca do consumo (relações sociais), e mercantilizar (introduzindo mais uma esfera de atividade em nossa análise) a reprodução da vida cotidiana e da espécie. Essa correlação também fortalece a tese de que as reflexões e trabalhos que tratam da vida cotidiana devem ter na sua centralidade as desigualdades sociais e, dessa forma, romper com seu método tradicional.

Pensando nisso, Santos e Toledo (2020) trazem descrito que as cidades precisam ser compreendidas como um patrimônio construído sócio e historicamente, ao passo que sua “apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização”, taxando preços de acordo com seus tributos (SANTOS; TOLEDO, 2020, p. 96).

A análise da segregação urbana por região possibilita identificar o surgimento de novas formas de segregação, ao passo que se relaciona com a

totalidade da estrutura urbana, possibilitando estabelecer relações entre as diversas esferas, expondo a complexa desigualdade produzida por elas (SANTOS, 2018).

É importante ressaltar que SIQUEIRA; MELLO (2019) abordam as práticas dos agentes produtores do espaço urbano, considerando o contexto jurídico produzido pelo Estado burguês. Nesse sentido, ainda esclarecem que:

> [...] muitas leis são propositalmente ambíguas, permitindo diversas interpretações que viabilizam o privilégio concedido pelo Estado a alguns agentes produtores do espaço urbano. A partir de análises da realidade, algumas pessoas podem alegar que não existem códigos e legislações que regulem o uso do solo urbano. A sensação de ausência é motivada por seu uso seletivo, de acordo com os interesses dos agentes privilegiados que atuam na cidade, manipulando-as ou, até mesmo, ignorando-as. O resultado obtido ao se manipular ou ignorar as leis de ordenamento urbano é materializado, por exemplo, por meio de adensamentos populacionais descompensados; bem pela especulação imobiliária exacerbada. Outro aspecto importante é manifestado por meio de conflitos urbanos. Um expressivo campo de tensão é constituído em um ambiente de relações assimétricas e polarizadas. De um lado têm-se os agentes econômicos e políticos situados privilegiadamente nas estruturas de Estado. Eles se associam para concentrar o capital reproduzido a partir da comercialização do solo urbano. No outro polo estão os segmentos desprestigiados politicamente. Estes se articulam em busca de acesso a habitação de interesse social. Neste ponto, é importante destacar que a habitação é uma demanda social fundamental.

A herança histórica que as cidades brasileiras vão carregar é descrita por Santos e Toledo (2020, p. 96) como pesada, na soma do Estado patrimonialista à universalização da política do favor. Assim sendo:

> [...] nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre na nossa sociedade. Santos e Toledo (2020, p. 96)

Nesse sentido:

> [...] a desigualdade está ligada na essência a qualquer fenômeno que pode ser observado na sociedade brasileira", pois ela é tão intrínseca na história do seu povo e na estruturação do Estado e instituições que, necessariamente, precisa estar no centro da investigação e explicação (SANTOS; TOLEDO, 2020, p. 97).

A partir desta realidade, o Estado tem consolidado mecanismos garantidores de relações assimétricas: alguns segmentos sociais são privilegiados, enquanto outros são colocados às margens de qualquer possibilidade de acesso a

moradia minimamente digna (SIQUEIRA; MELLO, 2019). Nessa perspectiva, Véras (2010, p. 35) aborda:

> [...] a propriedade privada da terra pesa no custo da habitação, os meios de consumo coletivo são pagos individualmente. O ambiente construído assim, produzido por muitos coletivamente, é apropriado privadamente, com custos que cada um deve pagar com sua respectiva capacidade aquisitiva. Resulta disso uma cidade dividida pelos estratos sociais, encarados como faixas de demanda do mercado e é evidente que, sem políticas públicas que lutem pela igualdade do direito à cidade, se o Estado favorecer as condições para o capital, o acesso ao ambiente construído será desigual, resultando zonas para altas rendas, sobrando aos mais pobres as moradias degradadas, a periferia desequipada, as favelas, os cortiços, os loteamentos irregulares, que pressupõem diferentes estratégias de sobrevivência. Há bairros, obrigando o diário deslocamento pendular casa/trabalho, rotina exaustiva em direção à oferta de empregos, enquanto aqueles de altas e médias rendas acabam por se auto segregar em condomínios fechados, enclaves fortificados com segurança privada e muros. A marca dessa cidade é, assim, a separação do que se convencionou, de um lado os grandes acessos urbanos e do outro a precariedade.

No Brasil e no mundo, os estudos sobre a segregação urbana tradicionalmente abordam o centro versus periferia como principal método de investigação. Não produzem um diálogo entre segregação e estruturas urbanas com as questões que envolvem os aspectos econômicos, políticos e ideológicos, porque nesse modelo é impossível alçar essa formulação (BRANDÃO; FERNÁNDEZ; RIBEIRO, 2018).

O lugar configura-se também como espaço de práticas políticas e culturais sobre o espaço urbano, ou seja, a população segregada socioespacialmente define seus territórios, impondo sobre eles seus modos de vida e é neles onde estão implantadas suas histórias de vida e sua identidade (FREITAS; FERREIRA, 2011).

Segundo Santos e Toledo (2020, p. 97), são seis aspectos que delineiam as reflexões sobre a intrínseca relação da desigualdade com a segregação urbana. São elas:

> [...] negação da forma clássica de segregação sob a forma de círculos concêntricos, tendo os mais ricos no centro e os mais pobres, na periferia; inserção da segregação em uma análise histórica; exposição da relação da segregação com as estruturas social e urbana; evidenciar a relação entre dominação e segregação; abordagem da segregação por região geral da cidade e não mais por bairro e; desenvolver a segregação e não só denunciar, descrever ou medir.

Conceitualmente, deve-se distinguir a desigualdade e o termo exclusão social que se refere à esfera sociocultural, simbólica, moral. Segundo Leal (2011), são excluídos os atores sociais que se encontram fora dos padrões de referência, da homogeneidade convencional. A discussão teórica adequada seria empregar os termos de “inclusão perversa” e não propriamente exclusão.

Uma fenomenologia mostra processos de desigualdade e de exclusão de muitos segmentos do chamado mercado formal do acesso ao ambiente construído, relegando as áreas de risco social e ambiental, como morros e encostas, zonas sujeitas a desmoronamentos, alagamentos, desastres naturais, violência e insegurança, como no caso dos “sem teto” (CARVALHO; GALVÃO, 2006).

A noção de vulnerabilidade tem sido utilizada, frequentemente, não apenas nos meios acadêmicos, mas também em entidades governamentais e organismos internacionais. Trata-se de um termo mais adequado do que pobreza, por este ser mais preso à mensuração de renda monetária ou em medidas fixas, a chamada segregação (DO CARMO; GUIZARDI, 2018).

Desta forma, o espaço urbano em sua essência congrega materialidades e imaterialidades, o que pressupõe ações e relações que envolvem os agentes sociais que o produzem e o consomem, criando-o e recriando-o conforme suas práticas (FREITAS; FERREIRA, 2011).

Assim, o avanço no modelo de análise da segregação de residencial ou bairros para regiões nas cidades, de acordo com Santos (2018), é importante para a melhor compreensão do fenômeno. A segregação por bairro perde seu poder explicativo, já que a grande quantidade de análises distintas acaba levando a observação para um lado abstrato, e conduz o estudo a bairros ideais ou tipologias de bairros

O autor, no intuito de mostrar evidências que comprovam sua teoria, elabora a região de grande concentração das camadas de mais alta renda, uma região composta por diversos bairros das mais distintas classes sociais e evidente nível de vulnerabilidade (SANTOS; TOLEDO, 2020).

Conceitualmente, associa-se a vulnerabilidade à presença de três componentes: exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldades de adaptação diante da materialidade do risco. Com isso, Véras (2010) expõe que:

> [...] a noção de vulnerabilidade social, assim, passa a considerar a insegurança, a exposição a riscos provocados por crises econômicas, à instabilidade das condições de vida dos grupos mais pobres, incluindo as

> estratégias das próprias famílias, sua disponibilidade de recursos para enfrentar suas questões. Incluem-se, também, nessa clarificação do termo, as noções empregadas pela Geografia, de impacto dos desastres naturais e avaliação de risco, enfocando como vulneráveis aqueles residentes em determinados locais, expostos a riscos ambientais, em especial no que tange às enchentes, recursos hídricos, acesso a saneamento e assim por diante. (Véras, 2010, p. 41)

Então, dentro de uma cidade as áreas elitistas são mais valorizadas, possuem maior investimento, já os locais afastados são considerados marginalizados, cheio de estigmas, preconceitos, ou seja, são locais rejeitados. No caso de Jaraguá, as áreas centrais possuem maior quantidade de escolas, praças, asfalto de qualidade, iluminação, entre outros equipamentos públicos. Já os bairros pesquisados sofrem a carência e o preconceito dos moradores de outras áreas.

Ao comandar a produção do espaço urbano, a classe dominante comanda não só a sua produção material e direta, seu valor e seu preço. Comanda também as ações do Estado sobre esse espaço e ainda a produção das ideias dominantes a respeito dele (SANTOS, 2018).

A classe dominante só conseguirá alçar este objetivo pelo desenvolvimento de tecnologias, principalmente, as de mobilidade e de comunicação, que rompem com a ideia que existe entre tempo e espaço, utilizando-se de modelos de organização puramente privados ou criando outras formas organizativas de caráter híbrido, unificando o ambiente público e o privado (LEAL, 2011).

Para fins de compreensão da dinâmica urbana, é preciso, antes de tudo, tomar os agentes sociais na produção do espaço urbano como referência de análise, uma vez que seus interesses, suas escalas de ação determinam processos que, materializados no espaço definem e redefinem a configuração da cidade (FREITAS; FERREIRA, 2011).

2.1.3. A in(existência) de serviços e equipamentos públicos na reprodução das vulnerabilidades territorializadas

No mundo hodierno, o sistema capitalista vigente na maioria dos países é o responsável por processos excludentes que limitam o acesso a imóveis e a direitos básicos, como educação, saúde, lazer. Nesse sentido, faz-se necessário entender

como esse sistema econômico atua e modifica as relações sociais, o trabalho e a vida do homem. Nessa direção, Freire (2010) discorre que a cidade é o local onde acontecem as relações do trabalho e o homem atua a frente do comércio e possibilita, então, a acumulação do capital, as trocas e o consumismo.

Nesse âmbito, a cidade é o espaço concreto onde realça cada vez mais as disparidades econômicas, a ausência de equipamentos públicos e os problemas sociais que tangem os moradores de rua, pessoas sem acesso a moradia digna, ou que vivem em locais segregados e excluídos (MINGIONE, 1998).

O desenvolvimento industrial e econômico contribuiu para exclusão e a formação de realidades heterogêneas. Com isso, surgem as disparidades econômicas e desigualdades que são percebidas no espaço urbano cotidianamente (MINGIONE, 1998).

De acordo com Oliveira (2013), cabe destacar os agentes produtores do espaço urbano. São os proprietários fundiários, que utilizam desse bem apenas para especulação imobiliária. É através dessa concentração que faz com que ocorra um aumento desses terrenos. Segundo Souza e Caetano (2014, p. 63), “as frações do solo urbano representam uma mercadoria extremamente concorrida e, portanto, cada vez mais valorizada”.

Os promotores imobiliários têm a característica de financiar, agenciar a venda de casas, principalmente às famílias mais populares e com menos condição financeira. Por exemplo, o programa “minha casa, minha vida”, que evidencia a lógica capitalista cada vez mais ligada à segregação residencial. Ainda sobre os produtores do espaço urbano, Baltrusis e D’ Ottaviano (2009, p. 140) citam:

> Vistas como sinônimo do caos urbano, as favelas fazem parte da malha urbana da cidade contemporânea, avizinhando-se, muitas vezes, da cidade legal. No entanto, ao contrário do que supõe a grande maioria, as favelas representam “um microcosmo onde se espelha o conjunto de situações socioeconômicas e culturais que caracterizam os habitantes pobres da cidade” (grifo dos autores).

A paisagem de uma cidade é marcada por contrastes, moradores de rua e populações que vivem em moradias populares, à mercê do esquecimento e dos estigmas causados nesses locais mal vistos pela sociedade. Desse modo, a população de alto poder aquisitivo escolhe a parcela de solo onde residir, afastada das mazelas sociais, dos assaltos e da marginalidade. A população carente sofre o

efeito contrário, pois mora onde possui condição de pagar. Nesse aspecto, Silva *et al.* (2016, p. 261) onde dizem que:

> Todas as problemáticas das cidades apontam para uma deficiência que se iniciou com a ocupação irregular da população e se intensificou devido a atuação ineficiente do poder público frente ao planejamento urbano. Devido a ocupação das áreas de riscos, a Defesa Civil deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento urbano, a fim de atingir um planejamento com base em estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional.

As problemáticas que incluem a exclusão, periferização, segregação residencial e mazelas sociais estão presentes nas cidades brasileiras, onde o sujeito fica submisso ao capital e ao Estado. Cabe salientar que isso ocorre em um mesmo espaço, onde existem diferentes valores que os definem por sua localização e visibilidade.

Há distintos preços do solo urbano, ou seja, locais que são mais valorizados e outros menos. Isso ocorre em detrimento da ação do Estado, dos agentes imobiliários, especuladores (AMARAL, 2012).

Deste modo o preço do solo urbano interfere na localização, na questão econômica, pois quem tem alto poder aquisitivo tem o poder de escolha e o que não possui mora onde sua condição financeira o permite. Em Jaraguá, as regiões centrais e avenidas possuem um preço maior, isso é confirmado no valor do IPTU, pois imóveis em áreas maiores e mais centralizadas têm um maior valor.

A especulação fundiária, geradora do aumento do preço da terra, tem duplo efeito sobre as suas atividades. De um lado, onera os custos de expansão, na medida em que esta pressupõe terrenos amplos e baratos. De outro, o aumento do preço dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra. Isso faz com que os salários sejam atingidos, o que gera uma pressão dos trabalhadores que buscam por salários mais elevados e uma maior taxa nos lucros (SILVA; SILVA; JÚNIOR, 2018).

Para Freitas (2014), o direito à moradia digna foi reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana, desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi recepcionado e propagado na Constituição Federal de 1988. Com bem se vê, a constitucionalização do direito à moradia e sua inclusão dentre os direitos sociais.

A redução da desigualdade social e regional está posta como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estipulado pela Constituição de 1988, visando diminuir ou mesmo amenizar o quadro de desigualdade estrutural instituído (PIZZIO; SILVA, 2016).

É nesse patamar que a assistência social vem adquirindo mudanças cruciais para o ápice do seu caráter público, de direito do cidadão e de dever do Estado, passando a compor o tripé da seguridade social a partir da sua inserção no referido texto constitucional. Assim, para o desenvolvimento das ações socioassistenciais, o território e suas especificidades têm sido foco de debates e estudos (PIZZIO; SILVA, 2016).

Diante disso, percebe-se que a perversidade indicada pelo referido autor confirma que o estado faz suas escolhas e investimentos onde lhe traga um retorno maior. Isso se deve, pois, é através de investimentos que cresce a valorização daquele local, remetendo condições de melhorias para os órgãos públicos, os quais aumentam os custos cobrados pelos moradores daquele espaço.

3. ANÁLISE DOS SUJEITOS DA PESQUISA - POPULAÇÃO JUVENIL DO CENTRO DE ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL SÃO JOSÉ QUE SE LOCALIZA NA CIDADE DE JARAGUÁ

O terceiro capítulo apresenta a reflexão sobre o jovem que vive e reside na cidade de Jaraguá, considerada pequena na escala demográfica em termos do IBGE. Desse modo, o universo da pesquisa é uma instituição de ensino estigmatizada pela população, que se transformou em um colégio de tempo integral, localizado em um local onde os bairros circunvizinhos são alvos de diversas notícias nos meios de comunicação, como: rádio, sites e grupos de *WhatsApp*, que relatam sobre a violência. A apresentação de dados foi obtida mediante pesquisa qualitativa, aplicação de questionário e análise de dados da secretaria do Colégio. Esse capítulo destaca que a falta de equipamentos públicos contribui para a segregação diante do

restante dos jovens, a vulnerabilidade social e a exclusão de alguns determinados grupos que possuem maior poder aquisitivo.

3.1. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DAS VULNERABILIDADES

Pensar na juventude, e fazer uma análise da mesma, faz com que recorramos às diversas ciências que ajudam metodologicamente e teoricamente tentar definir esse conceito. Para isso, a Sociologia, Antropologia, e Geografia trazem pesquisas relevantes para o tema.

Desse modo Cardoso e Neto (2001, pág. 2.) confirma que:

> Já faz algum tempo que a categoria *juventude* tem sido objeto de interesse dealgumas ciências sociais e humanas, principalmente da Sociologia, Antropologia, Comunicação Social e Psicologia. A repercussão da juventude nestas disciplinas científicas se deu pela visibilidade social alcançada que boa parte desses grupos; e também pela condição "juvenil" frente à estrutura socioeconômica e aos processos políticos e culturais.

A condição do jovem que vive num mundo desigual, marcado por interesses econômicos, exclusão e falta de acesso a equipamentos públicos, principalmente por parte do poder público e dos agentes produtores do espaço urbano, traz diversos problemas, como sentimento de exclusão, falta de participação efetiva de usufruir da cidade, segregação residencial, vulnerabilidade social e a fragilidade que eles sofrem decorrentes desse processo, que é intrinsecamente ligado à vulnerabilidade e segregação.

Estudar e pesquisar sobre o jovem é de suma importância, pois a partir desse estudo e análise podemos interpretar essa fase da vida, esse espaço de transição, o que os jovens esperam, o que eles reivindicam e quais políticas e ações dão maior dignidade para eles (LOPES *et. al*, 2008.)

Falar do direito à cidade e do direito de jovens é relembrar dilemas da vida cotidiana, do que é morar e viver numa cidade, principalmente em bairros de periferia, estigmatizados, como sofrem os alunos do Centro de Ensino em Tempo Integral São José.

A forma como o Jovem usufrui do território também se perpetua na escola, onde os alunos que estudam em melhores bairros ou escolas particulares

usam o melhor material, o melhor tênis, tomam café da manhã antes de ir. Enfim, muitos possuem condições dignas para se manter na escola, outros poucas ou nenhuma.

Sabemos que nem todos têm a mesma realidade, muitos sequer tem acesso a duas refeições diárias. Dessa forma, PAULA (2013) contribui:

> Esse fato intensifica os processos de segregação e fragmentação, uma vez que essa possibilidade de ocupação e apropriação desigual dos espaços torna os territórios mais ou menos permeáveis, dependendo da classe social a que o jovem pertence, propiciando uma identificação (de pertencimento) distinta entre os jovens com relação à cidade e aos seus lugares. (PAULA, 2013, p.88).

Portanto, o uso da cidade é desigual, a maneira de vivenciar a cidade não se dá de forma heterogênea, pois verificamos que a renda é um fator que implica a exclusão e a participação dentro da cidade, como a vivência em espaços de lazer privados, a falta de condição de usufruir de roupas que a elite usa tênis, celulares entre outros.

A escola é um espaço concreto onde os sujeitos se relacionam, criam vínculos e grupos. É o lugar onde podemos perceber as desigualdades, sejam elas de renda, moradia, falta de acesso a equipamentos, que por uma razão são destinados a alguns locais privilegiados. Deste modo, esses locais perpetuam a vulnerabilidade.

Assim, os seguintes autores corroboram sobre a perpetuação da vulnerabilidade em determinados territórios:

> A vulnerabilidade segmenta os territórios e as comunidades onde essas desigualdades se materializam e permite o questionamento não apenas da pobreza como consequência da baixa renda, mas, principalmente, como essa complexidade de fatores contribui para a reprodução das desigualdades socioespaciais.(PENNA; FERREIRA, 2014, p.31)

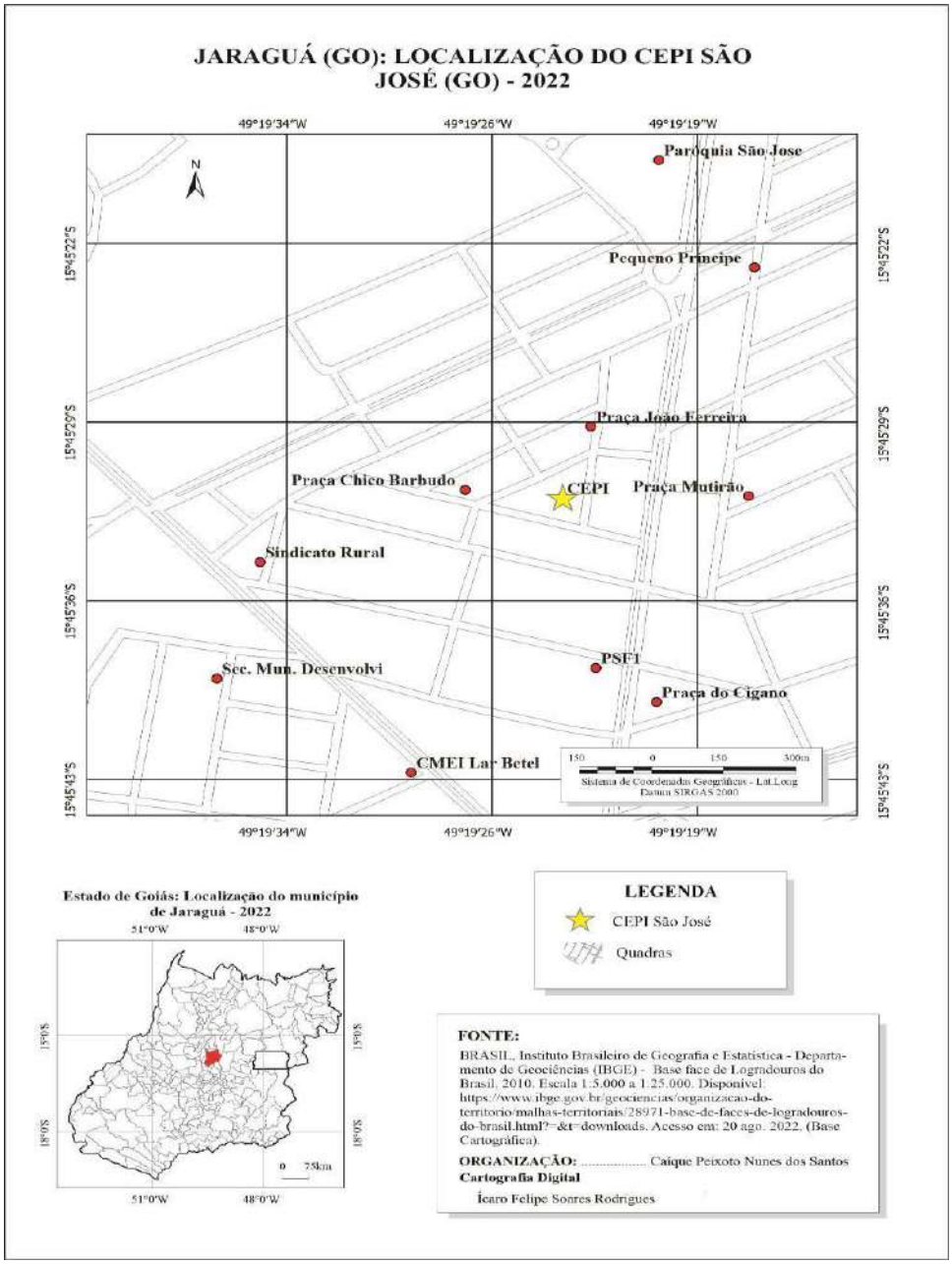
A vulnerabilidade é acentuada devido à concentração de renda, agentes imobiliários, valorização de algumas áreas em detrimento de outras. Dessa forma, este estudo foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa no mês de Maio de 2022 com o CAAE 55114722.50000.8113 ver em anexos, pois houve participação de seres humanos, bem como a utilização de informações pessoais dos alunos que frequentam o Ensino Médio do CEPI São José, Figura 4, onde o total é de 75 alunos e 29 participaram da pesquisa, cerca de 38,67%.

Figura 4- Cepi São José

Fonte: SANTOS, C, 2022.

O modelo do questionário aplicado no Colégio consta no Apêndice A. Estes foram aplicados com os alunos do ensino médio entre os dias 20 a 23 de junho. O questionário contém 6 questões fechadas e 4 questões abertas, que abordam informações sobre: raça, naturalidade, atividade profissional do pai e da mãe, renda mensal familiar, tipo de moradia, locais que eles frequentam nos finais de semana, opções de lazer no próprio bairro e o que eles percebem que faltam no bairro onde residem (ver figura 5).

Figura 5 – localização do Colégio CEPI SÃO JOSÉ



Esse espaço é o recorte espacial da pesquisa, empregado para verificar os impactos da ausência de equipamentos promovidos pelo poder público, decorrente de uma acumulação do capital e do crescimento desigual. A comprovação se dá pela aplicação do questionário e análise da paisagem, além da percepção dos alunos sobre a sua realidade vivida.

A escola deveria ser o local de superação das diversas desigualdades existentes, porém, conforme Ribeiro *et al*., 2021, p.7:

> Apesar do caráter universal da educação pública em nível básico, é notória a diferença em estrutura ao processo de educação disponibilizado em regiões de maior vulnerabilidade, onde quanto mais precária a realidade

> daquela população, mais distantes parecem os conteúdos do currículo escolar em relação à materialidade e necessidades daquele público. Desse modo, quanto mais distanciamento dos conteúdos da educação às necessidades imediatas dos públicos vulneráveis, mais distante parece se tornar também as possibilidades de protagonismo desses sujeitos a partir da educação.

Deste modo, mesmo a escola sendo local de ascensão, inclusão e de aprender conteúdos, muitos dos alunos são obrigados a desistir devido às diversas dificuldades, sejam elas de ordem econômica, falta de alimentos ou por ter que contribuir com as finanças da casa. Segundo a secretaria do Colégio, houve uma redução brusca na quantidade de alunos, devido à transformação de escola regular para CEPI, onde o ensino ofertado é integral.

Tudo indica que os jovens hoje querem sua própria independência financeira, contribuem com a renda familiar, aspiram e possuem sonhos de ascensão social, por isso muitos vão estudar no turno noturno ou em apenas um.

Nem todos os alunos possuem uma moradia própria ou ideal. A luta por espaço e vivência digna é percebida na maioria dos espaços da cidade de Jaraguá. A construção de moradias populares é insuficiente para sanar o déficit habitacional. Essa problemática acontece em todo país.

Nesse aspecto, são percebidos a luta de classes, a luta por espaço e moradia e, consequentemente, o direito de habitação digna que é previsto na Constituição, mas não é obedecido pelo Estado.

Nesse sentido, Carlos (2014, p.476) afirma que:

> [...] hoje as relações que se realizam nos espaços públicos da cidade são marcadas pelos contornos de uma crise urbana cujo conteúdo é a constituição da cidade como espaço de negócios, visando a reprodução econômica em detrimento das necessidades sociais que pontuam e explicitam a realização da vida urbana. Pela presença marcante e autoritária do Estado e de sua força de vigilância. Mas também por pequenas e múltiplas ações que resistem, a indicar sua potencialidade como espaço da presença daquilo que difere da norma e se impõe a ela.

Dessa forma, a autora destaca que o Estado e os agentes produtores do espaço urbano impõem normas e regras que excluem, segregam parcela das populações que vivem em espaços diferentes daqueles privilegiados, não possuem participação e nem voz dentro do lugar que habitam, que é a cidade.

Essa normatização do Estado se dá, por exemplo, na acumulação de propriedades que servem apenas para especulação imobiliária, na construção de moradias populares em áreas afastadas, sem nenhuma condição digna.

Não há uma garantia para sobrevivência, pois o acesso à moradia é dificultado pelos juros exorbitantes para concessão da casa própria. O salário mínimo não da opção para o trabalhador: ou ele se alimenta, ou mora dignamente, ou usufrui dos espaços de lazer. Enfim, a desigualdade de acessos.

As classes segregadas tendem a morar em espaços pequenos, em bairros que são mal vistos por conterem o maior índice de violência, posto que são menos assistidos quanto à saúde, segurança, infraestrutura e educação.

No questionário aplicado na pesquisa é perguntado aos participantes o tipo de moradia em que eles residem: se são quitados, alugadas ou cedidas. Esses dados comprovam que a política habitacional brasileira ainda é ineficiente.

A parcela da população que se encontra em estado de exclusão, muitas das vezes não é reconhecida como cidadãos de direitos e oportunidades. Há cidadãos brasileiros que não possuem sequer os direitos básicos garantidos. Santos discorre sobre a dicotomia entre cidadãos que usufruem dos direitos e os que não os usufruem.

Nessa perspectiva, Santos (2002) faz uma análise na qual a população merece dispor de seus direitos: um teto, comida, educação, saúde, proteção contra o frio, chuva, intempéries, direito ao trabalho, justiça, liberdade e uma existência digna.

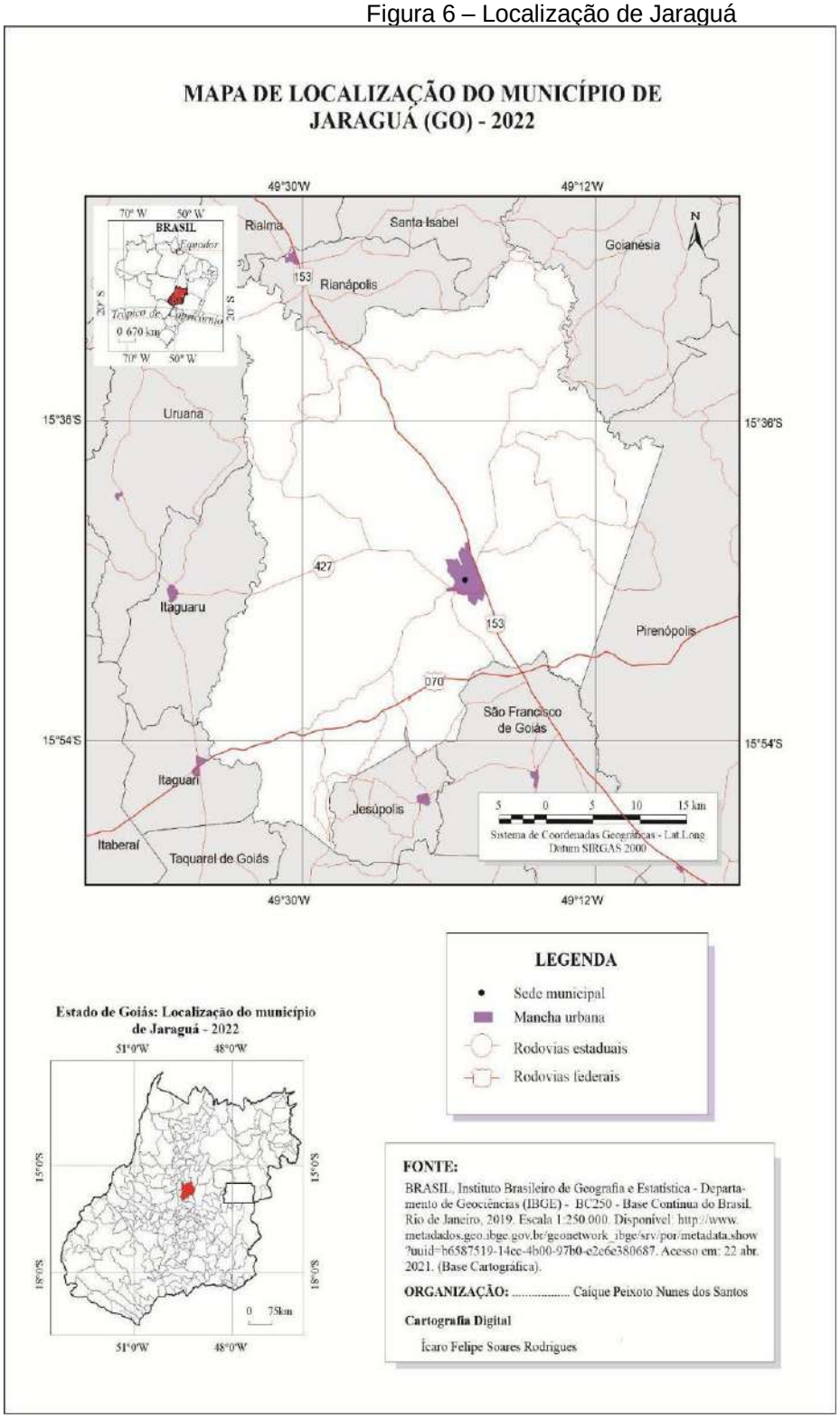
Assim, foi feita uma análise sobre o que se tem e o que se espera do direito dos sujeitos da pesquisa, através da observação de ruas, infraestrutura urbana, lazer e aplicação de questionários com os alunos da 1ª, 2ª e 3ª séries da instituição pequisada, que possuem entre 14 e 18 anos

Nos próximos tópicos faremos uma caracterização dos jovens e dos bairros constituídos por vulnerabilidades sociais e possuidores de estigmas.

3.2. OS JOVENS DE JARAGUÁ EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL – COMO SE PERCEBEM AO (SOBRE)VIVER EM BAIRROS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ESTIGMATIZADOS

Conforme destacou-se antes, a cidade de Jaraguá se classifica como uma cidade pequena, todavia, exerce um papel de centro sub-regional importante, além das atividades tradicionais ligadas à produção agropecuária a cidade se especializou no segmento da indústria de confecção (ver figura 6):

Figura 6 – Localização de Jaraguá



Os bairros onde houve predomínio dos alunos citados na pesquisa são: Santa Fé, Vila São José, Vila Solidariedade, Vivendas e Jardim Atlântico. Esses bairros são alvos de matérias nos jornais da cidade e de regiões circunvizinhas devido à violência, ao tráfico e, até mesmo, à violência na escola. Essa questão será abordada numa matéria de jornal que relatou o seguinte: “Aluna é esfaqueada por colega durante briga em escola, em Jaraguá (GO)” (Fonte G1).

O CEPI São José, há algum tempo, não era opção para os pais devido ao alto índice de violência e à presença de drogas dentro do colégio. Isso pois, geralmente, a sociedade busca um local seguro para a vivência de seus filhos. Essa notícia evidencia apenas um dos problemas que a população destes bairros tem, decorrentes das desigualdades sociais, da segregação residencial e vulnerabilidades sociais estabelecidas dentro da cidade.

Ainda sobre a violência, outra reportagem que chama atenção: “Homem é atingido por golpe de facão durante briga no Jardim das Vivendas” (Fonte: Folha de Jaraguá). Assim, pergunta-se até que ponto os moradores e estudantes possuem segurança dentro dos seus lares? Essas indagações permitem a reflexão de que os estereótipos criados trazem prejuízos ao colégio e à própria população local.

As vulnerabilidades sociais e a segregação residencial existentes nesses bairros são o cerne deste estudo, pois estes são afastados do centro da cidade, considerados periféricos. Eles surgiram através da expansão acelerada de Jaraguá.

Esses bairros são alvo de vários estereótipos e negação por parte dos moradores jaraguenses. A falta de equipamentos públicos por parte do Estado contribui para o aumento da vulnerabilidade social vivenciada pelos moradores, onde há uma acentuação da desigualdade. Há criação de estereótipos quando esses moradores recebem o nome de moradores “da vila”.

Para Melo (2000, p.2):

> O estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito; em situações extremas, é nomeado como "defeito", "falha"ou desvantagem em relação ao outro; isso constitui uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade real. Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade.

Esse preconceito se perpetua durante anos. A preocupação em viver em segurança, longe da violência e da marginalização, porém um sujeito ou bairro estigmatizado sofre a com generalização, com a desvalorização dos bairros e das casas.

Deste modo, os sujeitos se sentem excluídos e não participantes das escolhas de ser um cidadão. Sobre a exclusão, Marisco (2020, p.46) contribui com o seguinte raciocínio:

> A exclusão social se traduz na negação ao indivíduo do acesso à educação, à saúde, ao lazer, a segurança, a cidadania, aos direitos políticos, a habitação, a ambientes salubres, a moradias que atendam os requisitos mínimos de conforto, higiene e segurança, previstos nas normativas urbanísticas, [...].

A ausência de infraestrutura e de acesso da população às melhores oportunidades levam ao crescimento continuo da violência. Para Amanajás e Klug (2018, p. 35):

> A sensação de insegurança leva à restrição do exercício do direito à cidade, dada a percepção da falta de segurança construída no imaginário doshabitantes. A utilização do espaço público por toda a população gera equidade de acesso e permite o usufruto de direitos coletivos.

O jovem, como parte do espaço e sujeito que usufrui ou não dele, devido à exclusão e ao sentimento de não pertencimento, busca caminhos para a violência, tráfico de drogas, entre outros. É um fator verificado nas cidades brasileiras.

Ao buscar dados sobre violências e reportagens sobre os referidos bairros onde moram os alunos do CEPI São José, verificou-se que eles são alvos constantes de matérias como violência e homicídios. Desse modo, serão citadas algumas. “Jaraguá registra três homicídios no fim de semana” (Limiro, 2022) Esse fato ocorreu no dia 15 de janeiro deste ano no Jardim Santo Fé, um dos bairros pesquisados.

Nesta reportagem do Portal 6 o autor escreve: “Os crimes bárbaros estão sacudindo Jaraguá, município da região do Vale do São Patrício. Edilene da Costa Ferreira, de 37 anos, e o filho dela, Emanuel Felipe Ferreira, de 22, foram assassinados a tiros na porta de casa.O crime foi praticado no final da noite de sábado (15), no Setor Santa Fé, e ainda deixou ferida uma adolescente de 16 anos”.

Essa situação demonstra que jovens com um futuro pela frente perdem as oportunidades, suas vidas são ceifadas violentamente. O que nos leva a questionar se mais escolaridade, projetos e a valorização do esporte voltados às crianças carentes e jovens minimizariam essa problemática. Isso, pois, a violência tem se propagado e acompanha o cotidiano da população por um tempo, conforme destaca a reportagem da Folha de Jaraguá (2020), contida na figura 7:

Figura 7 – Reportagem sobre a violência na cidade de Jaraguá

Fonte: Folha de Jaraguá (2020)

Na reportagem o texto apresenta a seguinte informação: “A violência em Jaraguá em 2020 continua em alta, mostrando à guerra fria no submundo do crime A última atualização no mapa da violência evidência o derreamento de sangue na cidade de 50.511 habitantes, nos 10 meses ocorreram 15 homicídios e 02 mortes de bandidos em confronto com polícia e uma morte a esclarecer de um corpo encontrado no município.” (Folha de Jaraguá, 2020).

Dos crimes citados o primeiro ocorreu no bairro Vivendas e o segundo na Vila São José, o décimo primeiro no Jardim Atlântico e o décimo quarto na Vila São José, atingindo um jovem que estava com seus amigos em um bar.

O estudo acerca da violência nas cidades brasileiras e a relação com a juventude demonstra que nas últimas décadas o fato da violência, mortes precoces, ocorrem prioritariamente em territórios onde prolifera a pobreza. (OLIVEIRA, ROSA, 2010). Outro exemplo da realidade local é notado na Figura 7:

Figura– 8 Reportagem envolvendo Jovem em Jaraguá

Fonte: G1 (2022)

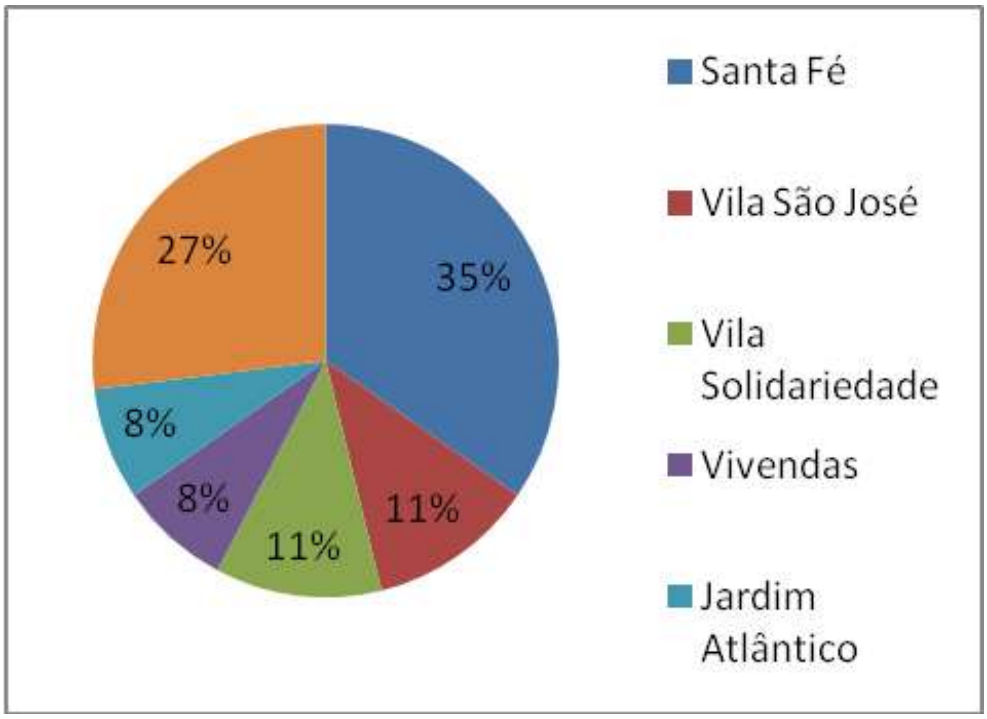
É perceptível a desestrutura familiar, cuja consequência é sentida principalmente na escola, local que é reflexo da vivência desses jovens. São diversas reportagens, que confirmam a relação da juventude com a violência, agressão e mortes.

Dessa forma, no próximo tópico será feito a análise dos dados dos questionários que foram respondidos pelos jovens do ensino médio do CEPI São José, onde haverá respostas acerca das vulnerabilidades sociais que estes são acometidos.

3.3. O QUE OS OLHOS NÃO VÊEM O CORAÇÃO NÃO SENTE: O QUE DIZEM OS JOVENS SOBRE A MORADIA, RENDA, RAÇA, E ESPAÇOS QUE FREQUENTAM NO SEU BAIRRO.

Ao serem questionados sobre o local de residência as respostas foram às seguintes:

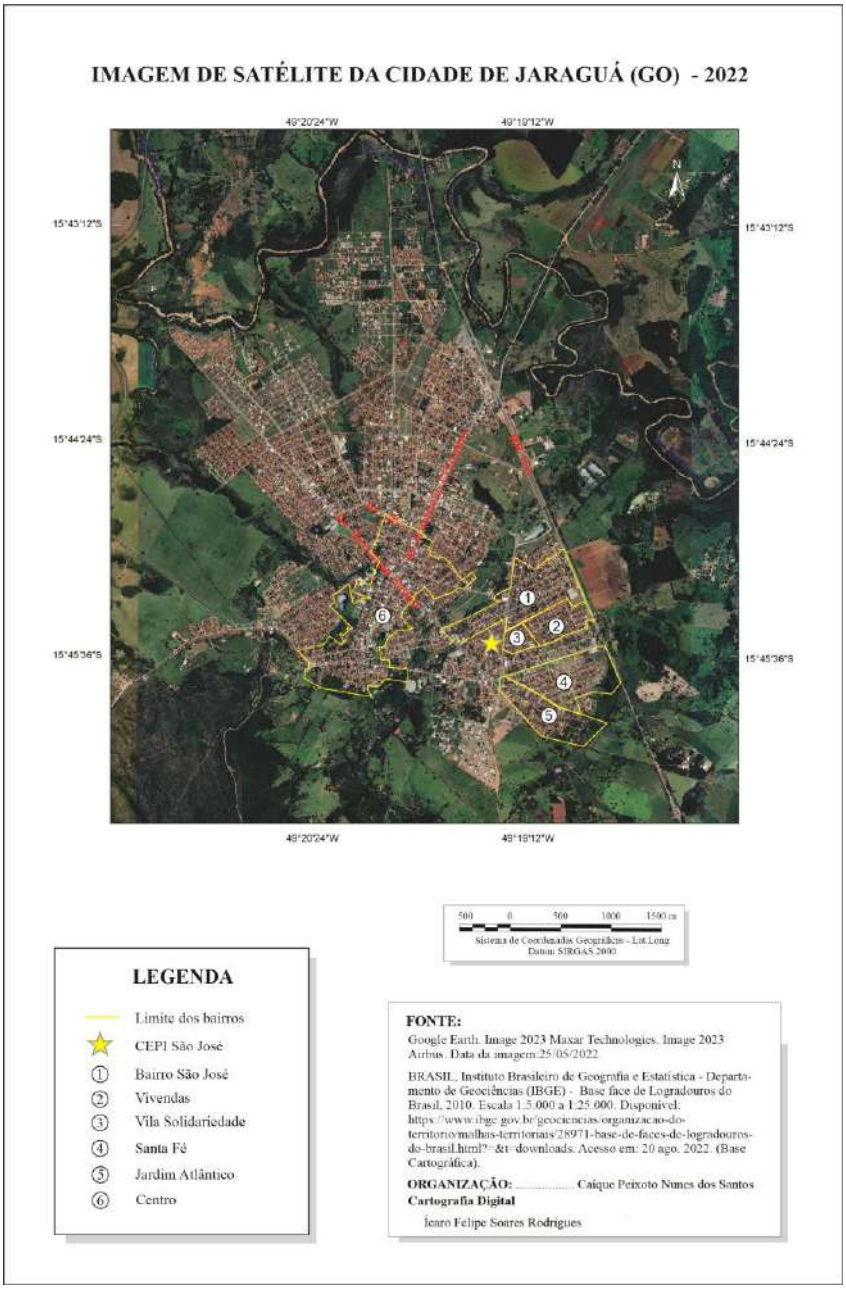
Figura 9 – Bairros onde os jovens do CEPI residem



Fonte: SANTOS, C, 2022.

No CEPI São José foi comprovado que os jovens que estudam no Ensino Médio do colégio moram prioritariamente nas áreas afastadas e longe do centro. Os bairros foram: Santa Fé (35%), Vila São José (11%), Vila Solidariedade (11%), Vivendas (8%) e Jardim Atlântico (8%). Serão abordadas as características, localização e quais equipamentos públicos são oferecidos nesses bairros, que são separados da área central, onde existe apenas um Colégio Estadual.

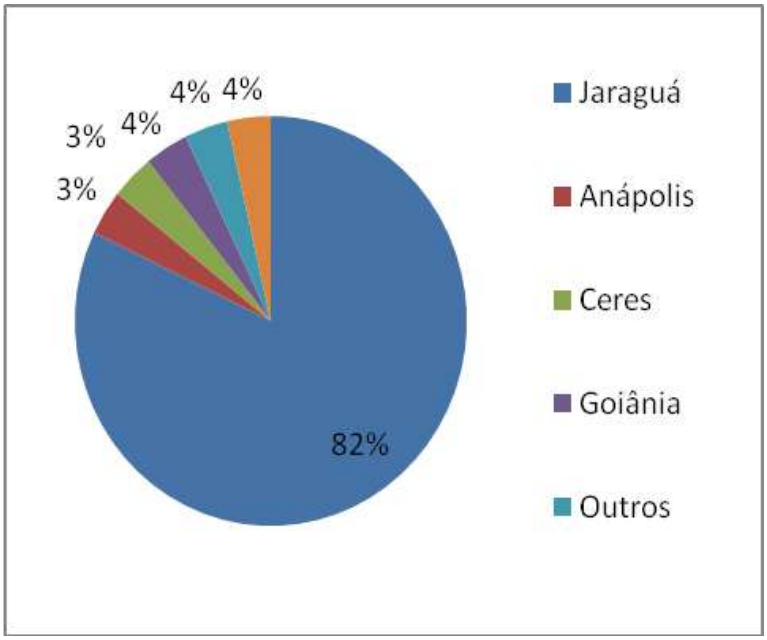
Figura 10- Delimitação dos bairros estudados



O próprio CEPI é condicionante da segregação, pois nem todos os alunos possuem condições para se manter e estudar em uma escola de tempo integral.

Sobre a naturalidade dos alunos da pesquisa, 82% são naturais de Jaraguá e os 18% restantes de Anápolis, Ceres e Goiânia.

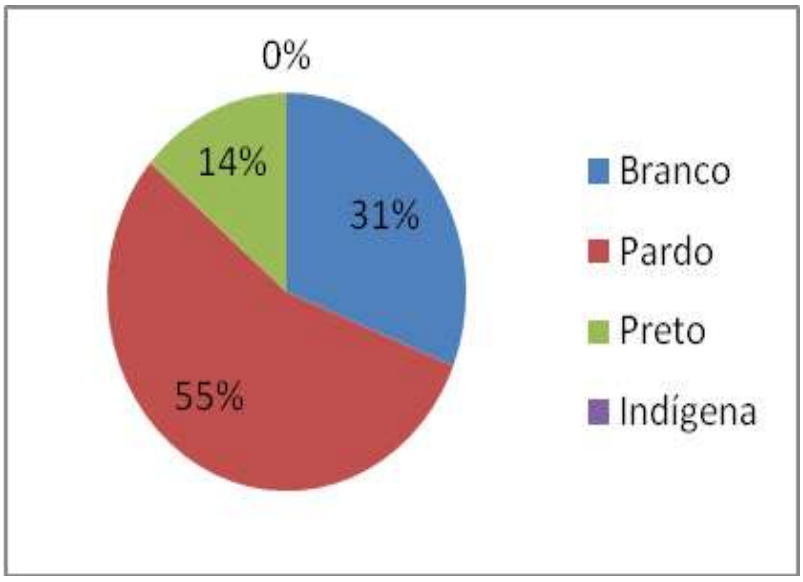
Figura 11 – Cidades onde os alunos nasceram.



Fonte: SANTOS, C, 2022.

Acerca da raça desses alunos tem-se as seguintes respostas:

Figura 12- Cor e raça

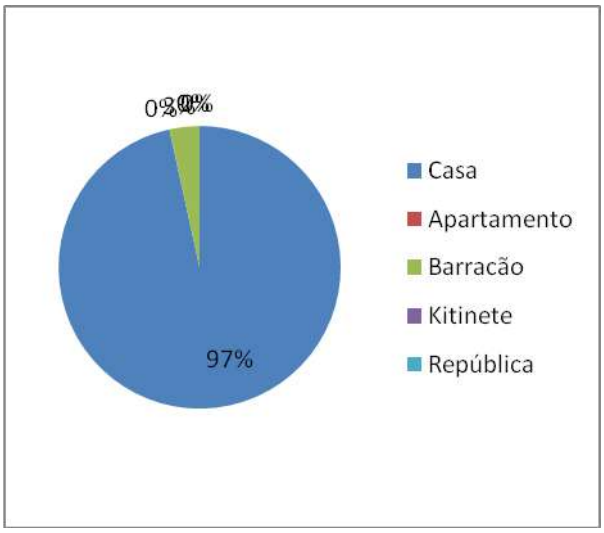


Fonte: SANTOS, C, 2022.

Compreendemos que somados os pardos e pretos temos 69% mais da metade dos alunos que participaram da pesquisa. “Os dados de violência observados no Brasil explicitam a concentração de eventos sobre os jovens negros de famílias de baixa renda, comprometendo sobremaneira o cumprimento do direito à cidade.” (AMANAJÁS; KLUG, 2018, p.35.) No aspecto geral, os preconceitos, violências físicas e psicológicas acontecem mais com jovens da cor negra.

No gráfico abaixo, verifica-se a forma das moradias:

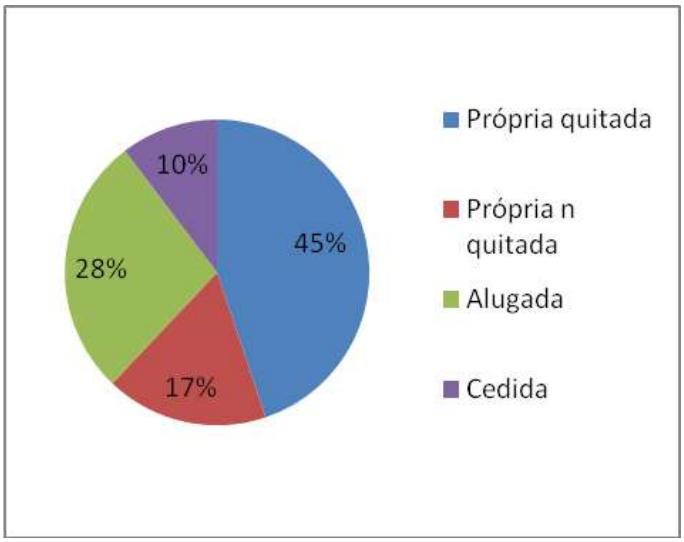
Figura 13- Tipos de moradia



Fonte: SANTOS, C, 2022.

A maioria dos alunos mora em casas e nos bairros citados acima. Analisaremos logo abaixo se a residência é quitada, própria, alugada ou cedida.

Figura 14- Característica da residência própria ou alugada ou cedida.



Fonte: SANTOS, C, 2022.

É notável que 55% das respostas estão entre casas que ainda não estão quitadas, são cedidas ou alugadas, ou seja, devem a moradia. 28% moram de aluguel, ou seja, ainda não possuem a própria casa e 10 % casa cedida.

Segundo Souza e Caetano (2014, p. 63) “as frações do solo urbano representam uma mercadoria extremamente concorrida e, portanto, cada vez mais valorizada”. Pois os bairros como condomínios fechados ou áreas centrais são mais valorizadas e destinadas a quem tem poder aquisitivo.

Os projetos políticos foram feitos para sanar o déficit habitacional. Ele ainda é existente, nos dias atuais. Esses projetos ainda continuam anômalos, ou seja, não segue a constituição cidadã.

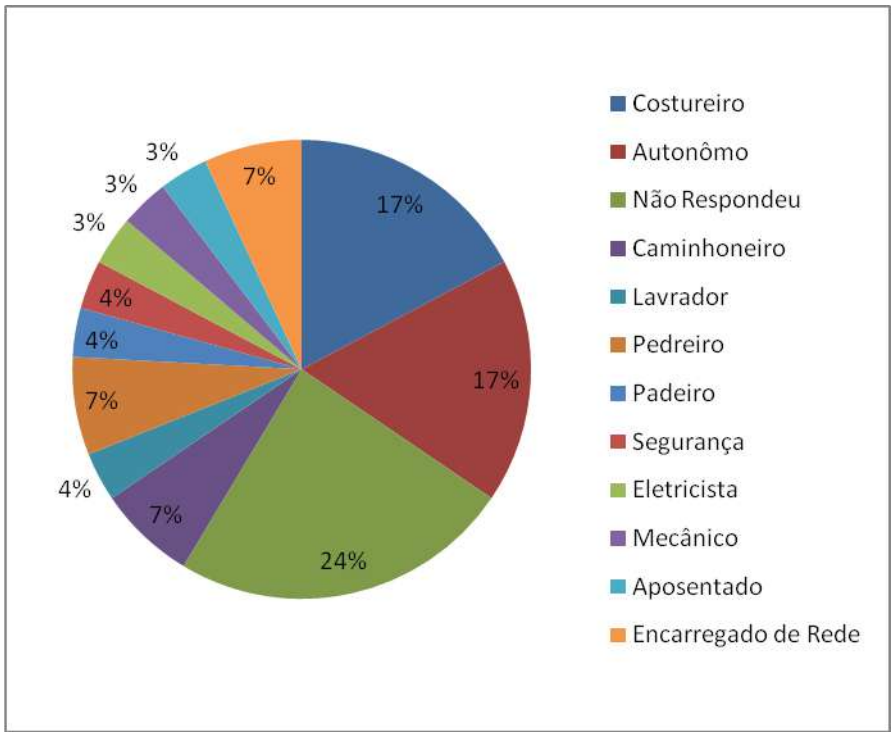
> Neste sentido, a habitação adequada é hoje considerada um direito básico e de todos, ou seja, é universal, voltado para o cumprimento de todos os Estados, que devem internamente propor políticas públicas eficazes de combate a déficits habitacionais. A atenção ao direito de moradia é universal, mas deve, sobretudo, ser praticado em países com menor grau de desenvolvimento econômico e social, nos quais, os direitos humanos são violados com maior frequência (GUEDES, 2018, p. 6)

O sistema capitalista, vigente na maioria dos países do mundo atual, é o responsável por processos excludentes que limitam o acesso a imóveis e a direitos básicos, como educação, saúde, lazer e principalmente a moradia de qualidade. Sobre renda e a aquisição de moradia:

> Renda e moradia caminham juntas. Como no espaço de habitação o mercado imobiliário intensifica o valor do local de moradia, tornando-o muito alto, uma das alternativas é aderir aos financiamentos a longo prazo. Normalmente, os programas de financiamento para pessoas de classe baixa se fixam nas margens das cidades, contribuindo com a segregação dos sujeitos no espaço (SOUZA,2018, p.92).

As respostas dos questionários corroboram para a reflexão que a renda interfere diretamente na aquisição da moradia própria. O aluguel é realidade da vida dos brasileiros, no entanto, quem recebe até um salário mínimo mensal possui dificuldade em viver bem, em ter acesso à alimentação digna. Para saírem do aluguel, os brasileiros se submetem a financiamentos longos e com juros exorbitantes. Tem-se um quadro no qual identificamos a concentração das atividades profissionais, desempenhadas pelos pais dos entrevistados nas áreas que pagam salários menores como pode ser observado na figura 13.

Figura 15– Atividades profissionais do pai



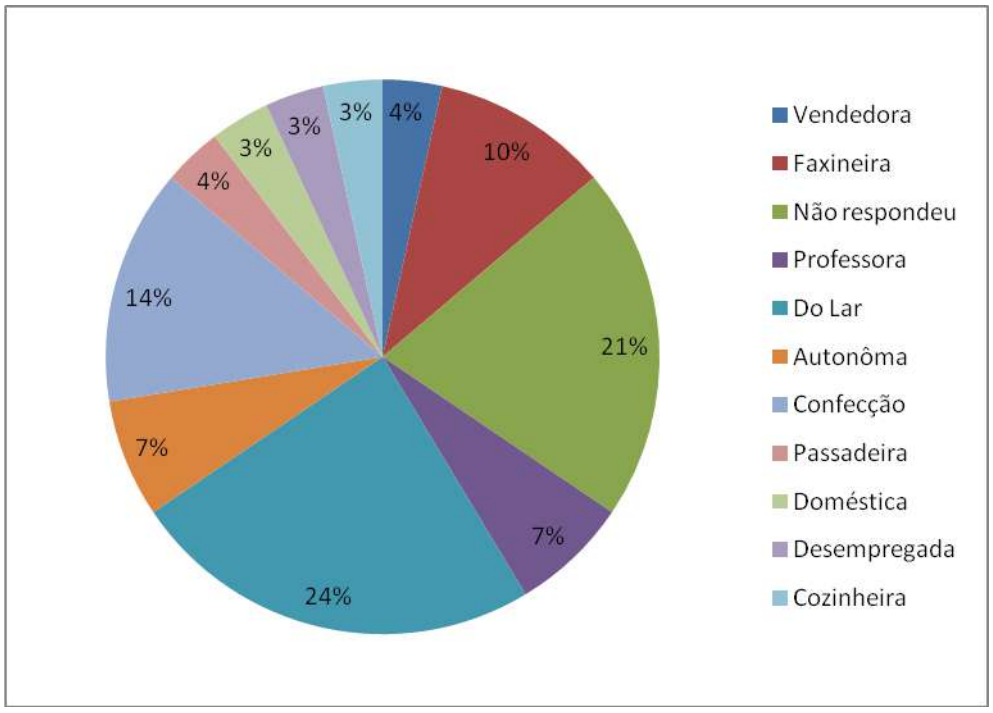
Fonte: SANTOS, C, 2022.

Jaraguá é um pólo confeccionista de jeans gerador de empregos para a população. Desse modo, percebemos que 17% dos pais trabalham na costura e, um percentual idêntico de 17% na informalidade, onde as garantias de qualidade e

direitos trabalhistas são nulas. A informalidade é caracterizada como ausência de direitos como décimo terceiro salário, férias, descanso renumerado entre outros.

A baixa escolaridade e, por conseguinte, os trabalhos de menor renumeração, são reflexos da vulnerabilidade social, onde os indivíduos apresentam condição inferior e desvantagem na sociedade. Uma realidade que também aparece quando questionamos sobre as atividades da mãe dos pesquisados (Figura 14)

Figura 16– Atividades profissionais da Mãe



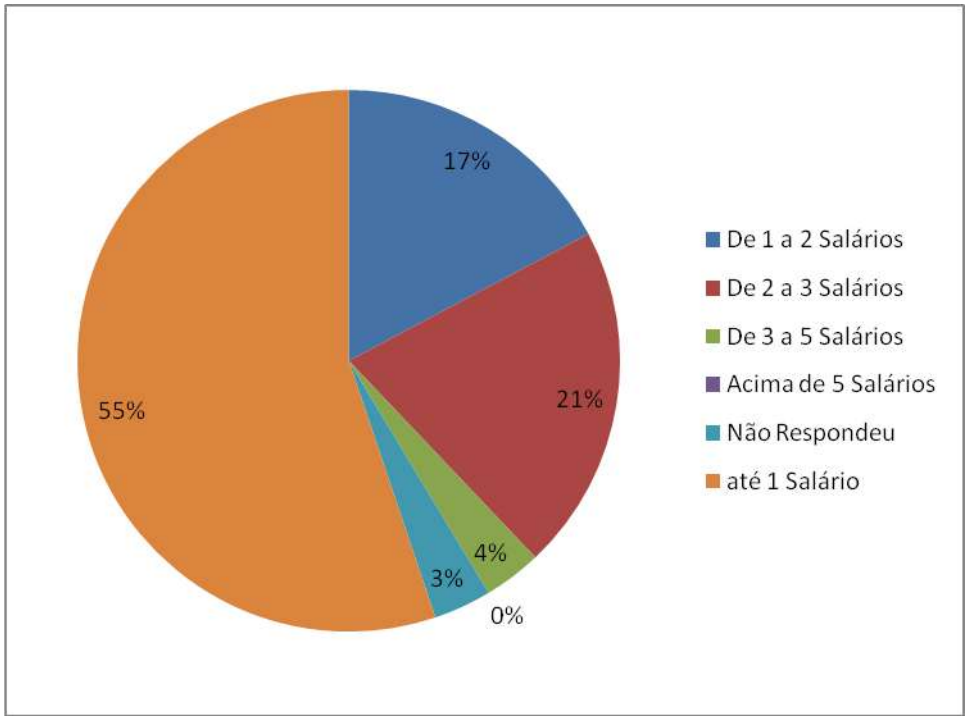
Fonte: SANTOS, C, 2022.

Sobre as atividades profissionais exercidas pelas mães dos entrevistados, a maioria das respostas é: vendedora, faxineira, do lar, autônoma, confecção, passadeira entre outros. Vale ressaltar que não aparece nenhuma das profissões que são elitizadas no país, como: Medicina, Odontologia e Engenharias. Esses dados comprovam que o bairro carrega consigo a perpetuação da desigualdade, o retrato da realidade da maioria dos cidadãos brasileiros.

Acerca da renda familiar dos sujeitos da pesquisa, verifica-se que a renda familiar da maioria dos alunos não ultrapassa três salários mínimos. No entanto,

55% recebem até um salário, ou seja, apenas sobrevivem, tendo dificuldades no acesso à educação, no próprio bairro, hospital próximo e cultura (ver figura 15).

Figura 17- Quantidade de salários mínimos por família



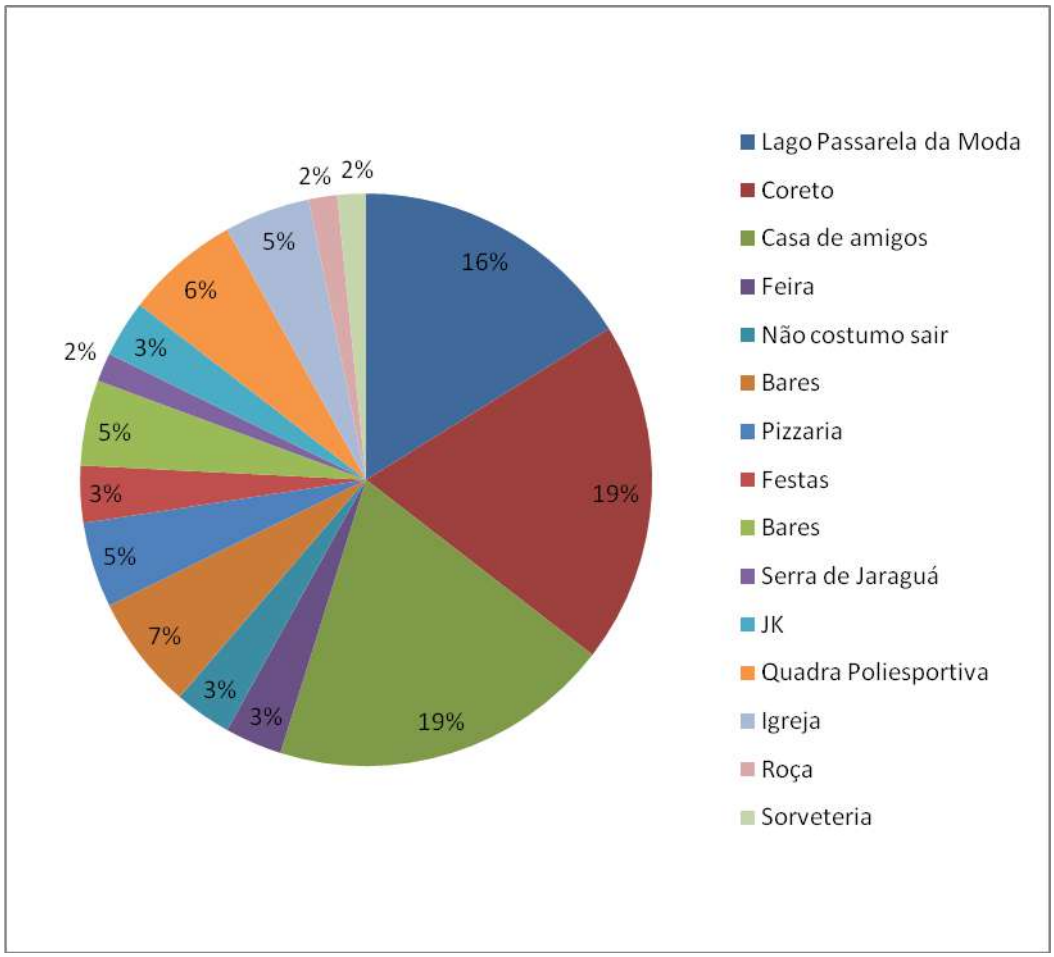
Fonte: SANTOS, C, 2022.

Pesquisas afirmam que os territórios vulneráveis apresentam resultados inferiores de avaliações externas, como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), mesmo os resultados não sendo diretamente ligados á moradia, acesso a serviços e às informações. Há evidências, também, que alunos de escolas em territórios vulneráveis possuem menor apoio e acompanhamento familiar nas atividades escolares. (RIBEIRO; VÓVIO; 2017).

Ao analisar a raça e a renda dos negros e pardos, verifica-se que há uma ligação entre a raça e falta de renda. Isso “Demonstra que a pobreza extrema no Brasil, além de ser uma questão de desigualdade na distribuição de renda, também é uma questão racial” (SIQUEIRA, 2019, p. 88).

Sobre os espaços de lazer que os jovens frequentam na cidade de Jaraguá, as respostas em geral foram: Praça do Coreto, Lago Passarela da Moda, bares, pizzaria, casa de amigos, Serra de Jaraguá, festas, entre outros.

Figura 18- Locais de lazer frequentados dentro da cidade



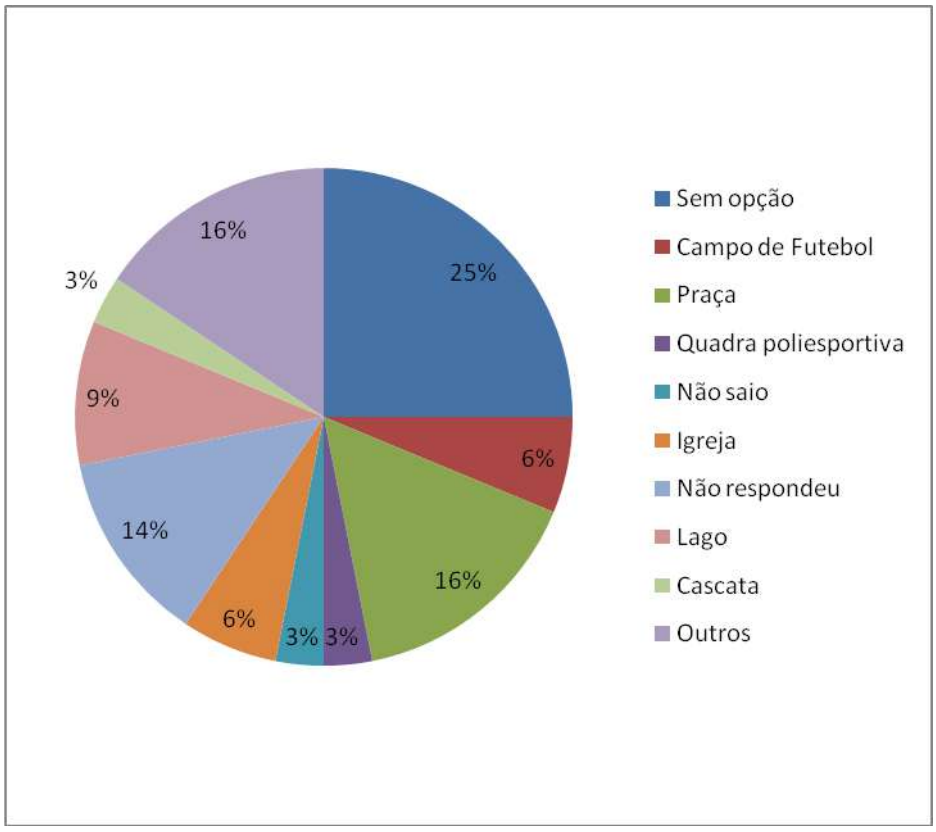
Fonte: SANTOS, C, 2022.

Nota-se que os espaços são seletivos e excludentes, pois a renda impede que vários jovens usufruam de espaços privados como bares, pizzaria, feira e festas. Os espaços públicos são: Lago Passarela da Moda, Praça do Coreto, Serra de Jaraguá e quadra poliesportiva.

Ademais, quando foi perguntado sobre os espaços que eles frequentam no próprio bairro a resposta foi a seguinte: 25% indicaram que não há opções no seu

bairro, ou seja, faltam investimentos públicos acerca de quadras e praças, diferentemente das áreas onde tem maior trafego populacional, central ou avenidas principais da cidade.

Figura 19- Locais de lazer que os jovens frequentam no seu próprio bairro

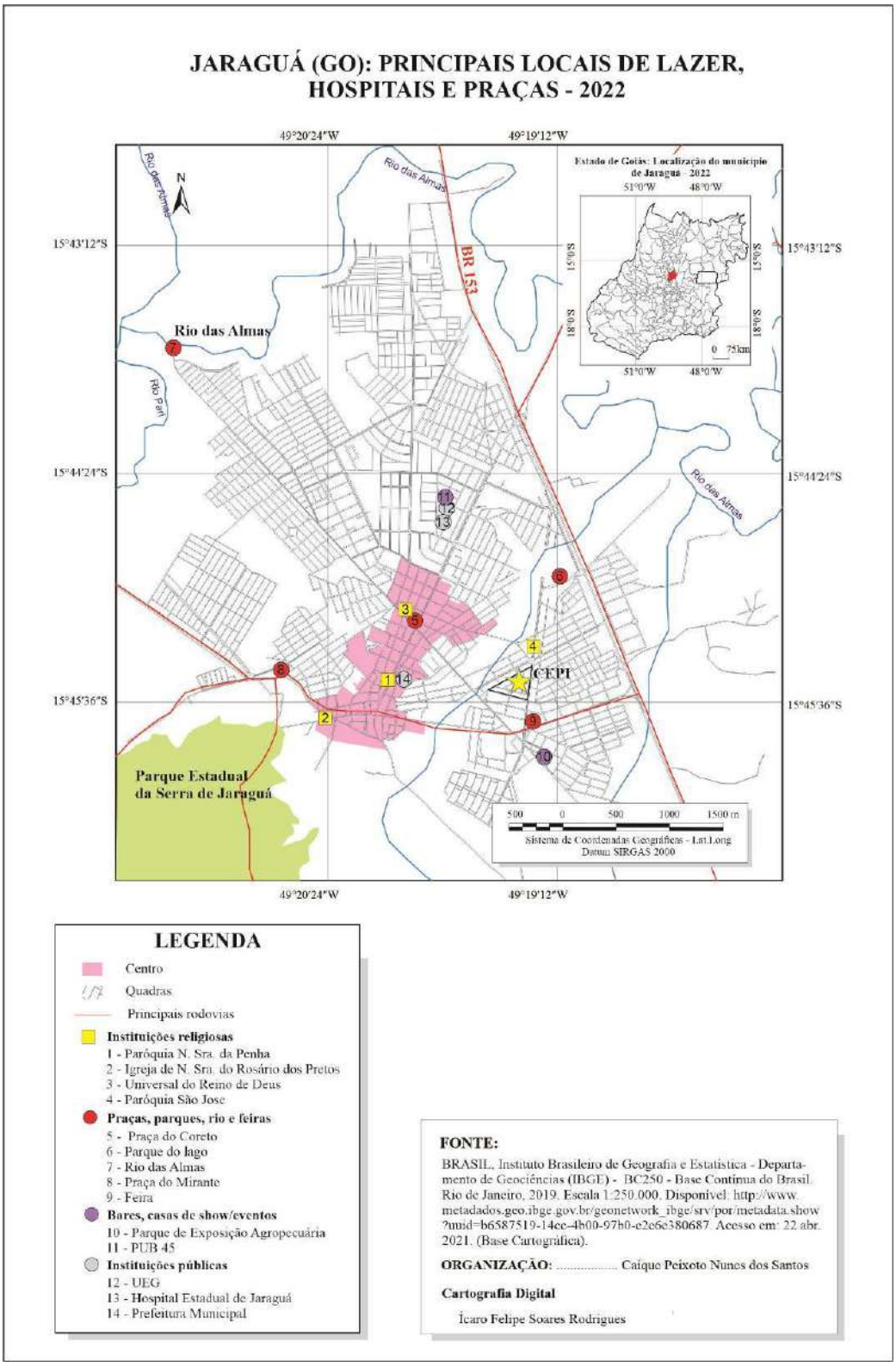


Fonte: SANTOS, C, 2022.

Sobre melhorias de infraestrutura e equipamentos públicos, as respostas foram às seguintes: nos bairros, construção de praças, parques, postos de saúde, iluminação, asfalto, esgoto, meio fio, segurança. A lógica do sistema capitalista consiste em valorizar as áreas onde são mais lucrativas, centralidades, e onde há um maior fluxo de pessoas, as áreas periféricas são esquecidas pelo poder público, quando se compara com áreas centrais onde o valor do solo urbano é maior.

No mapa abaixo, destacam-se alguns espaços de lazer da cidade de Jaraguá. Em seguida serão feitas algumas análises dos bairros em que os alunos residem.

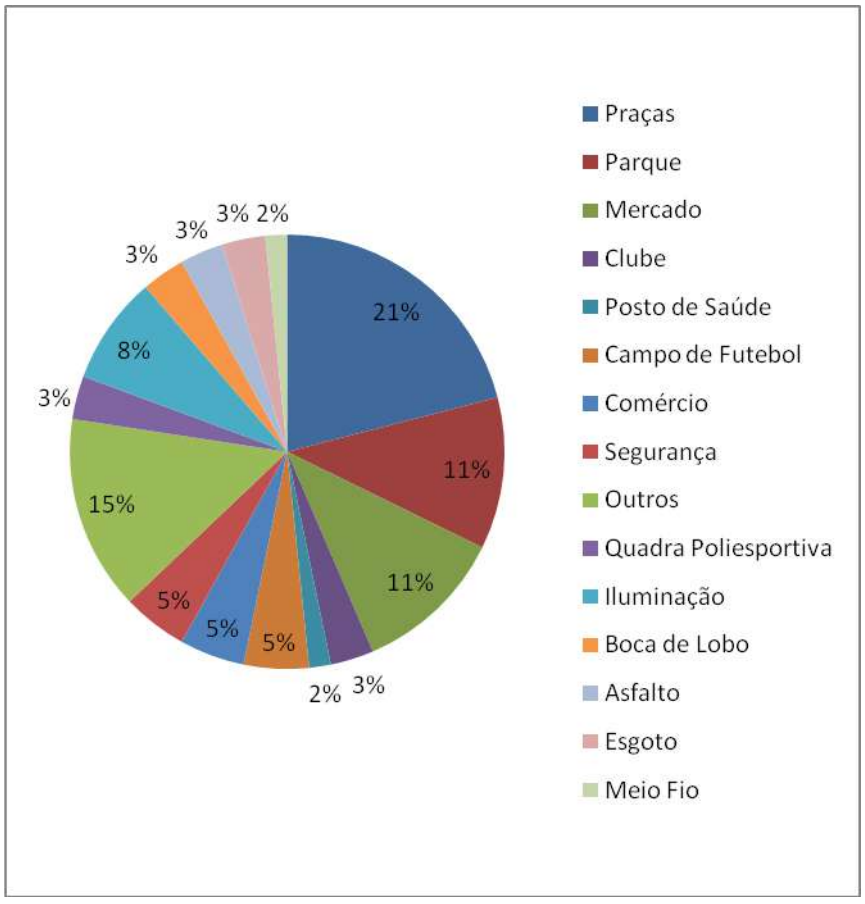
Figura 20- Principais locais de lazer, hospitais e praças.



Os jovens destacam déficits em seus bairros, equipamentos básicos como asfalto, esgoto, iluminação e meio fio. Isso demonstra uma maturidade ao se preocupar com o lugar de sua vivência.

A questão da violência também é evidenciada, pois no mundo hodierno não há tranquilidade como antigamente. Pode-se afirmar que nas cidades pequenas todos eram conhecidos. A violência é apontada pelos noticiários, assaltos, roubos de celulares. Cabe ao poder público investir os impostos para melhorar a infraestrutura dos bairros, como segurança.

Figura 21- Sobre opções de melhorias no bairro



Fonte: SANTOS, C, 2022.

Após a abordagem sobre os dados quantitativos, será analisada a paisagem dos bairros em que os alunos do CEPI São José estudam, destacando algumas partes dos bairros que representam a vulnerabilidade social, segregação residencial e a ausência de serviços e equipamentos públicos.

A distribuição dos equipamentos públicos na cidade de Jaraguá é distribuída de forma heterogênea, como será comprovado através das ilustrações abaixo:

Vivendas:

O bairro Jardim das Vivendas é um bairro com alto índice de violência, muitos barracões, onde há um esquecimento do poder público, principalmente no que tange à infraestrutura urbana. Não há escolas neste bairro, nem um posto de saúde. Há uma praça que recebe o nome de praça das mães.

É um bairro, marcado por estigmas e preconceito, 6,90% dos alunos que responderam o questionário vive nesse bairro, permeado pelas violências. Esses jovens relataram o que eles vivem no dia a dia. Como é demonstrado nas notícias acima.

Acerca dos espaços de lazer, a praça das mães é localizada neste bairro, inaugurada em 2013.

Figura 22- Praça das Mães no bairro Vivendas

Fonte: SANTOS, C, 2022.

Figura 23- Praça das Mães

Fonte: SANTOS, C, 2022.

Pode-se ampliar a discussão sobre esses espaços utilizando a metodologia. Nesse sentido, recorremos a Milton Santos com espaços opacos e espaços luminosos. De grosso modo, os espaços luminosos são dotados de tecnologia e informática, atraem empresas e indústrias e possuem mais investimentos dos agentes produtores do espaço urbano. Em oposição, os espaços opacos são dotados da ausência de tecnologias e com investimentos limitados por parte do poder público. (Santos, Silveira 2006)

Nota-se uma praça esquecida pelo poder público, sem reformas, com pichações e sem atratividade para os Jovens. Em oposição à praça das mães na área periférica, há uma praça central, a do Coreto, que é frequentada por vários jovens da pesquisa.

Figura 24 -Praça do Coreto: área central da cidade

:

Fonte: https://mapio.net/pic/p-24680496/

A Praça do Coreto é o lugar onde ocorrem atividades gratuitas dedicadas ao público de todas as idades, promovendo intercâmbio, formação de público, entretenimento e mapeamento de manifestações artísticas e culturais na cidade, se tornando uma opção de lazer para os jovens.

Assim, ressalta-se a necessidade da existência de mais locais públicos e de qualidade, voltados ao lazer e a cultura para que se garanta o direito à cidade para estes jovens.

Analisando as respostas, conclui-se que a juventude atual sente a falta e a necessidade de equipamentos públicos de lazer e cultura. Que realmente sejam criados para inserção de todas as classes sociais, essa juventude entrevistada valoriza aspectos importantíssimos da cidade de Jaraguá, já que essa cidade foi criada no período colonial. Possui lendas, culturas que perpassam de geração a geração. Segundo Cavalcanti (2013, p.80):

> Nos lugares, podem se materializar as ações planejadas globalmente, e neles se manifestam a identidade, o subjetivo. Sendo assim, é o espaço vivido e também uma categoria da análise geográfica, pois sintetiza de uma maneira específica o mundo, expressa relações mais gerais, mais globais, em sua complexidade e em suas contradições.

Nestes locais frequentados pelos jovens são manifestadas diversas identidades, que mudam de sujeito para sujeito, pois a ligação desses espaços é que tornam a cidade um lugar de lutas e contradições. Consequentemente, existe a formação de territórios, mesmo que sejam antagônicos, em detrimento da questão econômica, que separa indivíduos que frequentam locais particulares e outros apenas locais públicos.

Há pontos positivos que indiciam a existência de várias questões de sociabilidades em Jaraguá. Isso mostra o quanto o jovem é parte integrante dos espaços da cidade, criando vínculos, laços e diversos territórios.

Morar em casas inacabadas, auto construídas, sem planejamento mínimo, segurança, espaço adequado e ventilação é a única opção de quem vive com uma renda baixa. Segue-se um exemplo no bairro Vivendas.

Figura 25- Moradias no Bairro Vivendas

Fonte: SANTOS, C, 2022.

Vila Solidariedade: No Bairro Vila Solidariedade também se percebe uma precariedade no espaço de lazer analisado, no entanto, não se verifica apenas

a omissão do poder público, mas também, a falta de cuidados e zelo por parte dos moradores.

Figura 26- Quadra no bairro Solidariedade

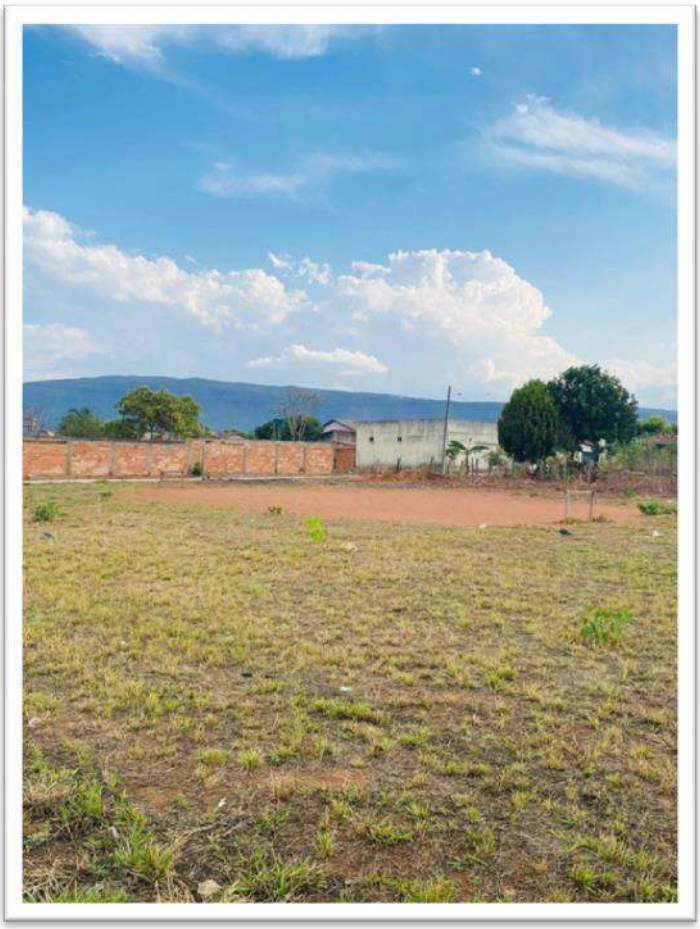
Fonte: SANTOS, C, 2022.

Figura 27- Quadra no bairro Solidariedade

Fonte: SANTOS, C, 2022.

Bairro Santa Fé: no Bairro Santa Fé improvisou-se um campo de futebol. É um bairro recente, sem praças, falta iluminação, é afastado da cidade, da Avenida JK e da Praça do Coreto. Jaraguá não possui transportes públicos, mesmo sendo uma distância fácil de ser percorrida. No período noturno, pode ser um bairro perigoso, pois é próximo da BR 153, que corta a cidade de Jaraguá.

Figura 28- Campo de futebol construído por moradores do Santa Fé



Fonte: SANTOS, C, 2022.

Esse bairro não possui infraestrutura adequada para os moradores, não possui iluminação adequada, rede de esgoto, rotatória e sinalização. Percebe-se a ausência de uma escola de e ensino gratuito próxima. Isso faz com que os alunos tenham que se deslocar para outros bairros.

Em oposição, na Avenida JK, área central onde se concentram grande quantidade de pessoas nos fins de semana, o preço do solo urbano é maior e tem maior destaque e visibilidade. A realidade é diferente.

Figura 29- Ginásio de Esporte Antônio Batista localizado na JK.

Fonte: https://www.folhadejaragua.com.br/post/parceria-com-estado-garante-reforma-dos-ginasio-jk-e-ciro-machado-em-jaragua

Figura 30- Bairro Santa Fé

Fonte: SANTOS, C, 2022.

O asfalto também não é de boa qualidade. Além disso, no Bairro Santa Fé é demonstrada a segregação residencial, onde existem diferentes tipos de moradias, umas com mais investimentos outras com pouco ou nenhum.

Figura 31- Segregação residencial no Bairro Santa Fé

Fonte: SANTOS, C, 2022.

Figura 32- Segregação residencial no Bairro Santa Fé

Fonte: SANTOS, C, 2022.

No Bairro Santa Fé também é perceptível a precariedade e a falta de espaços de lazer. A intencionalidade dos agentes produtores do espaço urbano trás a tona o esquecimento das áreas afastadas da cidade.

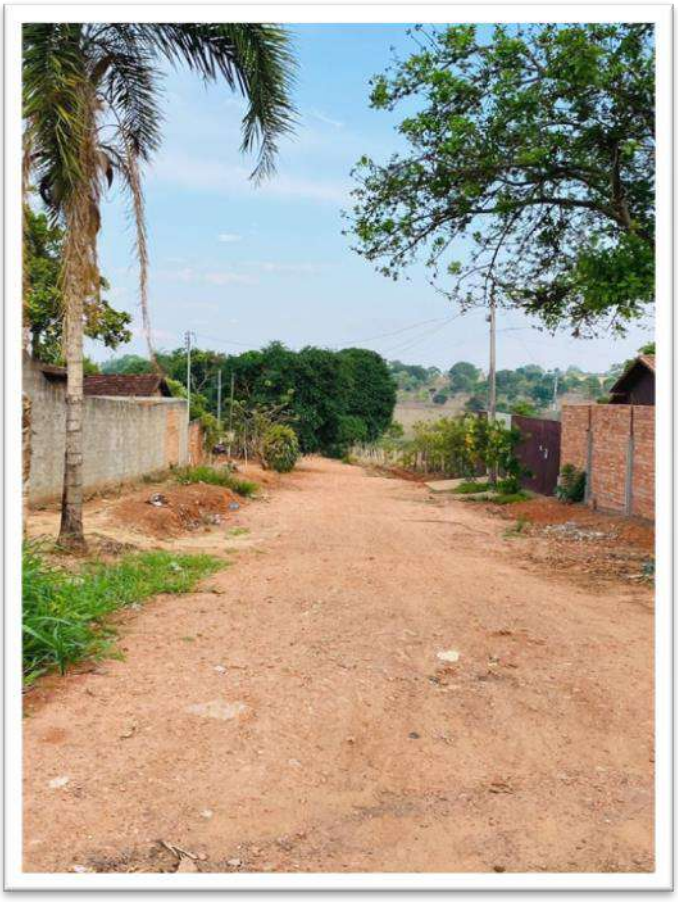
A segregação residencial é recorrente, pois, quem tem maior poder aquisitivo possui moradias com acabamento e arejadas. Na casa acima, no lugar da janela, foram colocados tijolos. Isso mostra que o fator renda influencia a forma de viver na cidade. As casas também são pequenas e inacabadas, proporcionando o mínimo de conforto aos seus moradores.

Jardim Atlântico

Figura 33- Campo de futebol no Jardim Atlântico

Fonte: SANTOS, C, 2022.

Figura 34 - Rua no Jardim Atlântico sem asfalto

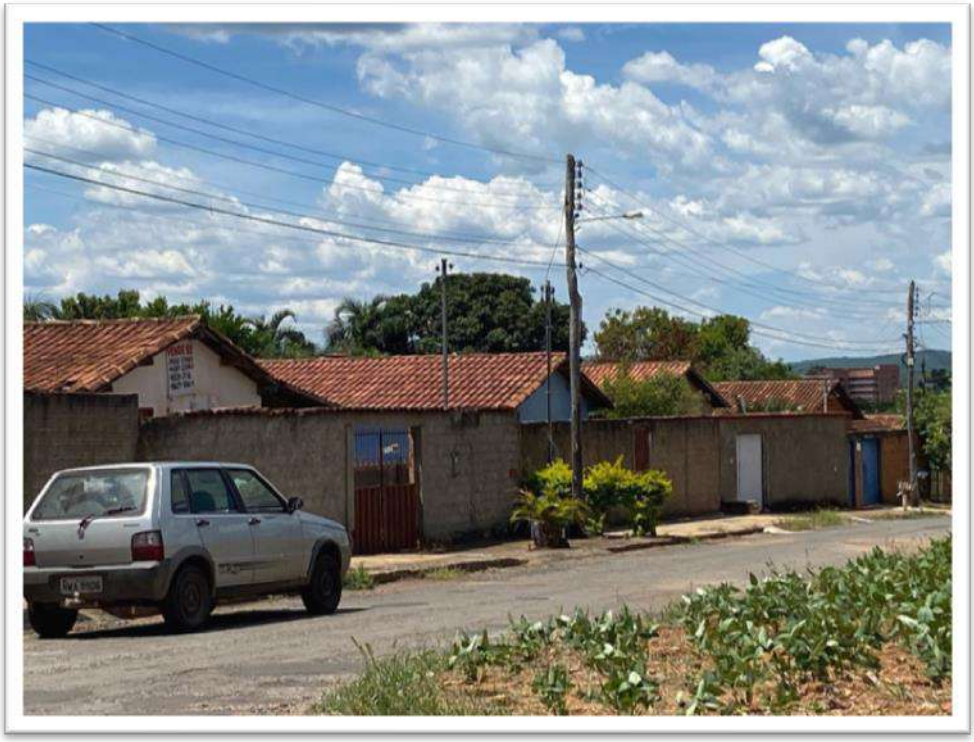


Fonte: SANTOS, C, 2022.

Essa área afastada, no Jardim Atlântico, mostra a ineficiência e a desigualdade de áreas. Essa parte do bairro não é asfaltada. A população sofre com poeira nos tempos de seca e lama na época chuvosa.

Vila São José: é um dos bairros mais antigos da cidade, possui duas escolas públicas: o Colégio Estadual São José e a Escola Municipal Pequeno príncipe. Ambas as instituições possuem alunos de famílias socialmente vulneráveis, onde muitos vão à escola, grande parte das vezes, pelo lanche ou para fugir da violência que existe dentro da casa. Geralmente, no primeiro dia de aula eles estão sem material, mochila, até mesmo desistem de estudar por conta de vários fatores.

Figura 35 – Bairro vila São José

F 

A imagem retrata uma parte da realidade das casas na Vila São José, que são casas pequenas, algumas estão por terminar, estão próximas a uma área vazia, nota se a ausência de lixeiras nas calçadas, o que pode se tornar um problema, pois o lixo pode ficar pelas calçadas nos dias de coleta.

Após a análise da paisagem dos bairros e da percepção dos jovens que estudam e residem nesses locais, nota-se que os sujeitos anseiam perspectivas melhores de vida onde eles moram. Percebe-se, também, que os déficits de iluminação, segurança, meio fio e locais para a prática de esporte só demonstram a perpetuação das vulnerabilidades produzidas, em detrimento do acumulo de capital, da falta de investimentos públicos em locais afastados e da ausência de políticas para a juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como foco a relação entre a segregação residencial e as vulnerabilidades sociais percebidas pelos jovens de Jaraguá, que vivenciam a realidade de morar em bairros afastados das áreas centrais e possuem carência de investimentos voltados para esse segmento.

Estes processos são produzidos pela acumulação do capital e pelos agentes produtores do espaço urbano, inclusive o Estado. Nessa análise percebeu-se que a realidade brasileira e no estado de Goiás são proporcionais, mesmo em cidades pequenas, como é o caso de Jaraguá, onde a economia não é expressiva como em médias e grandes cidades.

Nesse aspecto, as respostas dos jovens demonstram que os obstáculos, a falta de equipamentos públicos, a dificuldade de usufruir igualmente de todos os espaços como: lazer, hospitais, praças, campos de futebol e até a questão do poder de compra são limitados pelo fator renda.

O que os jovens querem é o direito de serem ouvidos, de participar das decisões, de ter um bairro com asfalto, segurança e iluminação, que corresponde aos direitos básicos de um cidadão. Nesse aspecto, a pesquisa teve como pressuposto a contribuição social de mostrar a realidade juvenil de uma cidade pequena do interior de Goiás, que possui problemas sociais e diferentes formas e condições de vida de seus residentes.

Contudo, é nítido um contraste entre alguns bairros e a segregação residencial, já que as áreas centrais possuem um maior cuidado por parte do poder público em detrimento dos outros, como por exemplo: a quadra de esporte, a praça do Coreto e a iluminação no centro da cidade e avenidas. A população juvenil sente-se excluída quando percebe o caráter intencional de valorização dessas áreas e o descaso com o seu bairro.

Através das leituras e bases teóricas interdisciplinares fundamentaram esse trabalho como: Ciências Humanas, Sociologia, Psicologia, Geografia, entre outras, pode-se concluir que os agentes do poder público e os agentes privados moldam a cidade conforme seus interesses. Contribuem para a produção de diversas vulnerabilidades sociais, que são realçadas pela discrepância de renda.

Um exemplo disso é a precariedade de algumas moradias, que não possuem uma ventilação adequada, muros e estão por terminar.

A percepção da segregação residencial e vulnerabilidades sociais são perceptíveis pela paisagem da cidade de Jaraguá, quando se percorre os bairros em estudo. Porém, as áreas valorizadas pelo poder público e quem detêm o capital, possuem os problemas citados pelos jovens da pesquisa, mas com menor intensidade.

Os fatos que ocorrem nesses locais, vistos nos jornais eletrônicos e sites de notícias da cidade e bairros, correspondem há um índice grande de mortes e violências. Isso aumenta ainda mais o preconceito por parte da sociedade jaraguense. Esse fator da violência prejudica inclusive a venda de casas ou lotes nesses bairros, gerando a estigmatização dos referidos.

Portanto, é necessária uma política abrangente de programas sociais, para que os jovens permaneçam na escola, como atividades culturais, práticas de esportes nas praças, aumentarem a quantidade de campos de futebol e quadras e a reforma das já existentes. Evitando, assim, a evasão escolar.

É necessário ainda a construção, por parte do poder público, de mais escolas, para evitar o deslocamento de alunos que não querem estudar em instituições de tempo integral. É importante o aumento do número de vaga de jovens aprendizes, para que os estudantes tenham mais condições de adquirir o conhecimento e ascensão social, pois só assim é possível transformar a realidade dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, W. H. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 1997. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_05_e_06.pdf. Acesso em 14.nov.2021.

ALMEIDA, Maria Aparecida. Uberlândia: **as periferias e o mito do oásis social.** 1996. Monografia (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1996.

ALVES, Lidiane Aparecida; SILVA, Adriano Reis de Paula. **DESAFIOS E POTENCIALIDADES DAS PEQUENAS CIDADES NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE URBANA: ALGUNS APONTAMENTOS COM BASE NA REALIDADE DE FRUTAL-MG E SÃO GOTARDO-MG**. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/38065. Online, 2015. Acesso em: 02 jul. 2022.

ALVARENGA, Daniela das Neves; RESCHILIAN, Paulo Romano; GUERRA, Roberta. **Moradia e vulnerabilidade social. Local de moradia e vulnerabilidade social na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e litoral norte e em São José dos Campos — SP**. Campinas. REVISTA - Páginas 149-169. Janeiro-Abril 2018.

AMARAL, Carmem Cristina Fernandes. **Direito à cidade: um estudo sobre o mercado imobiliário informal no bairro de Mãe Luiza (Natal/RN).** Cadernos Metrópoles, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 317-338, jul/dez 2012.

AMANAJÁS; KLUG**.Direito à Cidade, Cidades Para Todos E Estrutura Sociocultural Urbana.** In: COSTA, M. A.; MAGALHÃES, T. Q.; FAVARÃO, C. B. (orgs.). A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: Ipea, 2018, p.30-43

BALTRUSIS, Nelson Baltrusis; D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. **RICOS E POBRES, CADA QUAL EM SEU LUGAR: a desigualdade socioespacial na metrópole paulistana.** CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 135-149, janeiro /abril 2009. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/g7xmyBCJp3hWy9J7r47gpkx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mai. 2022.

BARBOSA, A.G.; GOMES, E. T. A. **Reflexão sobre o papel do imobiliário na acumulação urbana. Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 28, n. 3, 2016. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/33886. Acesso em: 22 ago. 2022.

DE BORTOLO, C. A. **DO ESPAÇO PRODUZIDO AO ESPAÇO CONSUMIDO: A PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ENTORNO DO LAGO IGAPÓ - LONDRINA - PR.** Geografia em Atos (Online), *[S. l.]*, v. 2, n. 10, p. 36–53, 2011. DOI: 10.35416/geoatos.v2i10.271. Disponível em:

https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/271. Acesso em: 22 out. 2022.

BRANDÃO, Carlos Antônio; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Escalas espaciais, reescalonamentos e estatalidades**: lições e desafios para América Latina. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018. 406 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social**. Disponível em:http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf. Online, 2014. Acesso em: 19 jun. 2022.

CARVALHO, C. S.; GALVÃO, T. (Org.). **Prevenção de riscos de deslizamento em encostas**: guia para elaboração de políticas municipais. Brasília: MCidades; Cities Alliance, 2006.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n.35, Volume Especial, p. 74-86, 2013.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA. **Caderno de Caracterização Estado de Goiás**". Brasília: Codevasp, 2021. 60 p. Disponível em:https://www.codevasf.gov.br/acesso-ainformacao/institucional/biblioteca-geraldo-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/caderno-de-caracterizacao-estado-de-goias.pdf/viewhttps://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geraldo-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/caderno-de-caracterizacao-estado-de-goias.pdf/view Acesso em: 10 ago. 2022.

CUNHA, Belinda Pereira; AUGUSTIN, Sérgio. **Sustentabilidade ambiental** [recurso eletrônico]: estudos jurídicos e sociais. Dados Eletrônicos Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

CARBONARI, S.R.A. **A função social da propriedade territorial urbana e a concretização do direito à moradia digna**: o novo papel do direito de superfície. Dissertação (mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2007.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação sócio-espacial. **Cidades**, Presidente Prudente, v.4, n.6, p.45-60, 2007.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 1ª reimpressão, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. Ed. São Paulo: Ática. 1989

_____. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, n. 24. p. 40-52, set.-dez. 2003.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação sociológica**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DEUS, João Batista de. **O sudeste goiano e a desconcentração industrial.** Brasília: Ministério da Integração nacional, 2003 (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).

DIAS, Tarlyson Guilherme Leite. **Reconhecendo a juventude como um sujeito social numa breve discussão com o seu território de ação.** Educte, Brasil, Maceió, v. 8, n. 1, p. 914-922, 2020.

DO CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social.** Disponível em:<https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt&format=pdf>. Cad. Saúde Pública 2018; 34(3):e00101417.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 13 - 31. Janeiro/Junho 2018.

FEITOSA, Maria Zelfa de Souza; SOUSA, Lígia Cristina Azevedo; PAZ, Antônio Fábio Coelho; BARRETO, Elcides Hellen Ferreira Landim; BONFIM, Zulmira Áurea Cruz. Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político**.. Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 196-203, maio-ago. 2018. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/fractal/a/FVQPHfrwtSSmZGwdxKwNCWD/?lang=pt&format=pdf>

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades**. Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 13 - 31. janeiro/junho 2018.

FOLHA de Jaraguá. **Homem é atingido por golpe de facão durante briga no Jardim das vivendas**. Folha de Jaraguá, Jaraguá, 2020. Disponível em: <https://www.folhadejaragua.com.br/post/homem-e-atingido-por-golpe-de-facao-durante-briga-no-jardim-das-vivendas> Acesso em 07de dezembro de 2020.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. O desenvolvimento do comércio e a produção do espaço urbano. GeoTextos, vol. 6, n. 2, dez. 2010. Ana Lucy O. Freire 11-32.

FREITAS, Eduardo de. **"Hierarquia das cidades no Brasil";** Brasil Escola. Disponível em:<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/hierarquia-das-cidades-no-brasil.htm>. Acesso em 05 de julho de 2022.

FREITAS, Hélber. **Direitos sociais: direito à moradia**. Disponível em:<https://helberfreitas.jusbrasil.com.br/artigos/145423551/direitos-sociais-direito-a-moradia#:~:text=Direito%20%C3%A0%20moradia%3A%20direitos%20fundamentais%20sociais,3.1.&text=O%20direito%20%C3%A0%20moradia%20encontra,14%20de%20fevereiro%20de%202000>. Online, 2014. Acesso em: 24 jun. 2022.

FREITAS, Tânia Maria; FERREIRA, Cleison Leite. **A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF.** Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo44.pdf>. Online, 2011. Acesso em: 18 jun. 2022.

GARCIA, Flávio; OLIVEIRA, Marcello Pinto; MICHELLI, Regina Silva. Insólito, mitos, lendas, crenças**. Anais** do VII Painel Reflexões sobre o Insólito na narrativa ficcional/ II Encontro Regional Insólito como Questão na Narrativa Ficcional – Simpósios 5 – Coletânea. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011.

GOMES, Maria Verônica de Azevedo; SILVA, Flávia Maria; TAVARES, Valéria Barbosa. **A pequena cidade como objeto de pesquisa geográfica:** método e categoria. Disponível em:<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Teoriaymetodo/Teoricos/02.pdf >. Artigo Online, 2012. Acesso em: 21 out. 2022.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Planejamento urbano e equipamentos socias nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte**. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. B. 21.741-98, Vol. XIV, núm. 331 (58), 1 de agosto de 2010.

HARVEY, D. **O Direito a Cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.**Regiões de influência das cidades de 2018**. Rio de Janeiro (RJ). IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Online, 2017. Acesso em: 05 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Cidades.** Disponível em http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521180&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas Acesso em 10 de setembro de 2019.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando; sposito, Eliseu Savério. **Discussão geográfica sobre cidades pequenas. Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 2, p. 203-217, mai./ago. 2009.

JUNIOR, Orlando Moreira. **Segregação urbana em cidades pequenas: algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana**. **Ra´e ga**, Curitiba, n. 20, p. 133-142, 2010. Editora UFPR.

JUNIOR, Luiz Claudio Gonçalves; BODNAR, Zenildo; BIANCHI, Patrícia. **O direito à cidade: entre a segregação socioespacial e a busca por cidades sustentáveis. Revista de Direito da Cidade**, vol. 13, nº 3. ISSN 2317-7721. pp.1269-1291, 2021.

LAREAU, Annette. **A desigualdade invisível: o papel da classe social na criação dos filhos em famílias negras e brancas. Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 13-82. dez. 2007. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/edur/a/THLGbD5ZPVpcJT3Y8BBXwDC/?format=pdf&lang=pt>.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo** / Giuliana Franco Leal. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

LEFEVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Espaço, cidades e escalas territoriais: novas implicações de políticas de desenvolvimento regional**. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 1 (50), p. 223-242, abr. 2014.

LUZ, J. S. **A (Re) Produção do Espaço de Anápolis-GO:** a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles. 2009. 354 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009. Disponível em: http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/172. Acesso em: 30 de mai. 2022.

MANFIO, Vanessa. **O contexto e a importância das pequenas cidades na dinâmica da rede urbana: uma abordagem acerca de Nova Palma, RS. Geoingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 11, n. 1, p. 24-45, 2019 ISSN 2175-862X (on-line).

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional**. Arq. bras. psicol**. vol.63. Rio de Janeiro de 2011.Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300006>.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011.

MEURER, Ane Carine; ZIMMERMANN, Angelita; ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira; FOLMER, Ivanio; SUZUKI, Júlio César; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima. **As categorias e as Geografias do século XXI** [recurso eletrônico] / Organização: Ane Carine Meurer ... [et al.]. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2021. 3.158 Kb ; PDF. ISBN 978-65-87621-88-3 DOI 10.11606/9786587621883.

MELO, Zélia Maria. **Os estigmas:** a deterioração da identidade social. PUC-MG. 2000. Disponível em:https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/199228/mod_resource/content/1/identidade%20social%20e%20estigmas.pdf, Acesso em 15 de junho de 2020.

MINGIONE, Enzo. Fragmentação **e Exclusão: A Questão Social na Fase Atual de Transição das Cidades nas Sociedades Industriais Avançadas**. Disponível em:<http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581998000400001&script=sci_arttext>. Dados vol. 41 n. 4 Rio de Janeiro -1998.

MUSIAL, Denis Cezar; MARCOLINO-GALLI, Juliana Ferreira. Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. **O Social em Questão** - Ano XXII - nº 44 - Mai a Ago/2019.Disponível em:<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_44_SL2%20(1).pdf>.

MORAES, Roberta. **Cidades pequenas são o futuro de quem pensa grande**. Disponível em:<https://www.mundodomarketing.com.br/ultimas-noticias/35635/cidades-pequenas-sao-o-futuro-de-quem-pensa-grande.html>. Online, 2016. Acesso em: 13 jun. 2022.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises.** COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. Cidades educadoras: **O espaço urbano no centro da aprendizagem.** Disponível em:<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/04/29/cidades-educadoras-o-espaco-urbano-no-centro-da-aprendizagem/>. Online, 2015. Acesso em: 01 jul. 2022

Observatório Geográfico de Goiás, IESA, UFG. Disponível em: Gehttps://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/estado_goias_mesorregi_es_2000.pdf

OLANDA, Elson Rodrigues. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela Geografia. **Ateliê Geográfico**.Goiânia(GO), v. 2, n. 2 agos/2008 p.183-191

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto. **A cidade média enquanto escala de análise dos conteúdos da urbanização contemporânea.** Artigo científico - Departamento de

Geografia. Universidade de Brasília, Brasil. 2022. Disponível em:<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/244.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ORSI, Rafael A. A reprodução capitalista no setor habitacional e as transformações no espaço urbano: o caso do Jardim Letícia (Leme-SP). **GeoTextos**, vol. 9, n. 1, jul. 2013. pp. 71-91.

OLIVEIRA, Ana Carolina Rodrigues. Agentes e efeitos da especulação imobiliária em Ponta Grossa – PR. **RA´E GA** 28 (2013), p. 106-133 / Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR ISSN: 2177-2738.

OLIVEIRA, Juliana; CECÍLIO, Mariana Silva; RIBEIRO, Guilherme Faria; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Percepções de adolescentes sobre seu território: olhar ecológico para riscos e vulnerabilidades.** Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100009>. Online, 2020. Acesso em: 21 jun. 2022.

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz; BORGES, Pedro Pereira. O direito à cidade e o desenvolvimento local como base para a humanização do espaço urbano. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 739-755, out./dez. 2018.Disponível em:<https://www.scielo.br/j/inter/a/6y6HCqgbdmTwnCMDCbyzDdv/?format=pdf&lang=pt>.

PAULA, F. M A. **Jovens Migrantes Na Metrópole de Goiânia:** práticas espaciais, (re) territorializações e redes de sociabilidade. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. UFG. 2013.

PAULA, Flávia Maria de Assis. Geografia, cidade e juventude(s): uma análise da espacialidade do lazer juvenil na metrópole de Goiânia**. Anais do** Simpósio Nacional de geografia urbana. 14 a 19 de novembro de 2019. v. 1 (2019): XVI SIMPURB

PAULA, Flávia Maria de Assis; PIRES, Lucineide Mendes. Os jovens e a cidade: práticas espaciais, redes de sociabilidade e constituição de territorialidades. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.35, Volume Especial, p. 87-106, 2013.

PEDROSO, D, M, R. **História e Memória:** Debate sobre a construção histórica da origem e fundação de Jaraguá GO.Goiânia ed. Habitus. 2008.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Barbosa. Desigualdades socioespaciais eáreas de vulnerabilidades nas cidades. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, dec. 2014. ISSN 1984-2201.Disponível emhttp://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1331>. Acesso em 03 mar. 2022.

PEREIRA, Agostinho OliKoppe; DEL RIO HORN, Luiz Fernando. **Relações de consumo: meio ambiente**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009. 232 p.: il. 21 cm.

PEREIRA, Gislaine Cristina; ZUFFO, Sílvia; MOURA, Eliana Gonçalves. Juventudes e qualidade de vida. **Pesquisa. prát. psicossociais** vol.14 no.2 São João del-Rei abr./jun. 2019. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000200009>. Online.

PIMENTA, Flavia. **Transporte público e toque de recolher: mobilidade urbana e inclusão social.** Disponível em:<https://jus.com.br/artigos/27537/transporte-publico-e-toque-de-recolher-mobilidade-urbana-e-inclusao-social>. Online, 2014. Acesso em: 21 jun. 2022.

PINHEIRO, Berta; GENIN, Carolina; FELTRAN-BARBIERI, Rafael; ROMEIRO, Viviane; BARROS, Ana Cristina; BASSI, Andrea; LUCENA, André F. P.; ANDRADE, André Luiz; SZKLO, Alexandre; CUNHA, Bruno; SILVA, Fábio; ANGELKORTE, Silva Gerd; FERES, José; GARRIDO, Leonardo; GARAFFA, Rafael; STUDART, Rogério; SCHAEFFER, Roberto; KENEALLY, Sebastian. **Uma Nova Economia para uma Nova Era:** Elementos para a Construção de uma Economia Mais Eficiente e Resiliente para o Brasil. Disponível em:<https://wribrasil.org.br/pt/publicacoes/nova-economia-brasil-eficiente-resiliente-retomada-verde?utm_source=NEB&utm_medium=google%20ads&utm_campaign=page_pub&gclid=EAIaIQobChMIl8W63anJ-AIVlkVIAB2h3Ah4EAAYASAAEgJLyPD_BwE>. Online, agosto 2020. Acesso em: 24 jun. 2022.

PIOVESAN, Josieli; OTTONELLI, Juliana Cerutti; BASSO, Jussania; PIOVESAN, Bordin Laís. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. 1. ed. Santa Maria(RS): UFSM, NTE, 2018.

PIRES, Anderson Clayton. Sistema de estruturação de crenças sociointerativo: Estruturação de crenças, lógicas de interação e processos de contingenciamento. **Psicol inf**. vol.17 no.17 São Paulo dez. 2013**.** Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092013000200010>..

PINTO, José Vandério Cirqueira. As diversas escalas de análise do espaço metropolitano: o espaço intraurbano e intra-metropolitano. **Boletim Goiano Geografia**. Goiânia, v. 29, n. 2, p. 57-70, jul./dez, 2009.

PIZZIO, Alex; SILVA, Márcia Michelle Carneiro. **Território Vulnerável e Desenvolvimento Humano Uma Análise à Luz da Política Pública de Assistência social.** Desenvolvimento em questão. Editora Unijuí • ano 14 • n. 35 • jul./set. • 2016. p. 177-206.

REIS, Jordana Margareth; KARNOPP, Erica; SILVEIRA, Cristina Espíndola. **Entre o urbano e o rural - uma reflexão sobre as dinâmicas na expansão da periferia urbana a partir do caso de Santa Cruz do Sul/ RS.** Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017. . Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16320/4352>.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, **A metrópole em questão**: desafios da transição urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2018.

RIBEIRO, V. M.; VÓVIO, C. L. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista**. Curitiba, n. Especial 2, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas**.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTANA, T. H. de A.; MARTINS DA SILVA, M. O.; OLIVEIRA, E. L**.** Cidades de pequeno porte: uma aproximação conceitual e comparativa da região metropolitana de Londrina/PR a partir das Regiões de Influência das Cidades (REGIC). **Geomae**, Campo Mourão, v.12, n. especialSinapeq, p.418-433, 2021.

SANTANA, V. **Aluna é esfaqueada por colega durante briga em escola, em Jaraguá (GO)**. G1 GO, Jaraguá, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/aluna-e-esfaqueada-por-colega-durante-briga-em-escola-em-jaragua-veja-video.ghtml>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Stúdio Nobel, 2000.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. 3 ed. São Paulo (SP): Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do Século XXI**.** Rio de Janeiro: Record, 2006. 9º edição

SANTOS, Matheus Henrique de Souza. Leitura das cidades brasileiras: segregação e espoliação urbanas. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**- REDD. 8 Vol.10 N.2, 2018.

SANTOS, Matheus Henrique de Souza; TOLEDO, Rodrigo Alberto. Cidades brasileiras e o capital: segregação e espoliação urbanas e vulnerabilidade. **REB. REVISTA DE ESTUDIOS BRASILEÑOS** i volumen 7 - número 14, pp. 93-107, 2020.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos. MILTON SANTOS. Concepções de geografia, espaço e território**. GeoUERJ**, ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42.

SCHREIBER, Dusan. **Inovação e desenvolvimento organizacional**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2012. 544 p.; il.

SCOTT, Juliano Beck; PROLA, Caroline de Abreu; SIQUEIRA, Aline Cardoso; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia revista.** (Belo Horizonte) vol.24 no.2 Belo Horizonte maio/ago. 2018. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000200013>. Acesso em 12 mai. 2022.

SILVA, Ariana Kelly Leandra. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Rev. NUFEN** vol.5 no.1 São Paulo 2013. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003>

SILVA, Andresa Lourenço. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. **Geoingá:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n. 1 , p. 58-76, 2013 ISSN 2175-862X (on-line).

SIQUEIRA, Eurípedes Bastos. O desenvolvimento do estado de Goiás sob a ótica do planejamento territorial. **Revista CEPPG** – Nº 20 – 1/2009– Páginas 103 a 114.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade: orientações de estudos projetos, artigos, relatórios, monografias e dissertações e tese**. 2.ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

NETO DA SILVA, M. M.; SOUSA JUNIOR, A. M. de; LIMA, D. de F.; CARVALHO, C. C. A. **Segregação socioespacial: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano.** Revista Monografias Ambientais, *[S. l.]*, v. 15, n. 1, p. 256–263, 2016. DOI: 10.5902/2236130821330. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/21330. Acesso em: 22 out. 2022.

SIQUEIRA, T. A.; MELLO, M. DE. Segregação e Hanseníase: a produção de umasubnormalidade no município de Anápolis (GO)**. Revista Cerrados**, v. 17, n. 02, p. 25-46, 17 jul. 2019.

SOUZA, Luma da Silva; CAETANO, Priscila Gonçalves. Notas conceituais acerca da cidade capitalista e do fenômeno da segregação socioespacial**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas/MS – nº 19 – Ano 11, maio 2014.

SOUZA, M.L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2010.

SOUZA, Dallys Dantas; CASTILHO, Denis. Os distritos em goiás: definições oficiais e apontamentos teóricos. Notas teóricas. **Boletim Goiano de Geografia**. (Online). Goiânia, v. 34, n. 3, p. 525-545, set./dez. 2014.

SOUZA, Maria Adélia A. **O II PND e a política urbana brasileira: Uma contradição evidente.** Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2078251/mod_resource/content/1/SOUZA%20o%20II%20PND%20e%20politica%20urbana.pdf>. Online, 2004. Acesso em: 01 jul. 2022.

VASCONCELOS, P.A; CORRÊA, R.L; PINTAUDI, S.M (Orgs). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto.2013.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Artigo; ponto-e-vírgula, 7: 32-48, 2010. **Cidade, vulnerabilidade e território.** Online, 2010. Disponível em:<https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_2010_Cidade_vulnerabilidade_terriorio.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

APÊNDICES

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES PELO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO SCRICTO SENSU INTERDISCIPLINAR EM TERRITÓRIOS e EXPRESSÕES CULTURAIS no CERRADO (PPG-TECCER)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS – NELSON DE ABREU JUNIOR

APÊNDICE A - **Formulário de Questionário aplicado aos alunos do Ensino Médio do CEPI SÃO JOSÉ de Jaraguá**

Nome da Escola:
Bairro de Localização:
Bairro onde você reside:

Identificação e caracterização socioeconômica
Nome:
Idade:
Sexo: ( ) masculino ( ) Feminino

Naturalidade: Município/ Estado _____

Qual a atividade profissional remunerada exercida pelos membros da sua família?
Pai: _____
Mãe: _____
Você: _____
Outros:

Se você trabalha, qual sua remuneração mensal?
( ) Até 1 salário mínimo (R$ 1212,00)
( ) De 1 até 2 salários (R$ 2.424, 00)
( ) De 2 a 3 salários (R$ 2.424,00 a 3.636,00)
( ) De 3 a 5 salários (R$ 3.636,00 a 6.060,00)
( ) Acima de 5 salários.

Qual a renda mensal da sua família?
( ) Até 1 salário mínimo (R$ 1212,00)
( ) De 1 até 2 salários (R$ 2.424, 00)
( ) De 2 a 3 salários (R$ 2.424,00 a 3.636,00)
( ) De 3 a 5 salários (R$ 3.636 a 6.060,00)
( ) Acima de 5 salários.

Em termos de cor/raça como você se considera?
( ) Branco(a)
( ) Pardo(a)
( ) Preto(a)
( ) Amarelo(a)
( )Indígena

Características do domicílio:

( ) Casa ( ) Apartamento ( ) Barracão ( ) Quitinete ( ) República

Sua residência é:

( ) Própria Quitada ( ) Própria Não Quitada ( ) Alugada ( ) Cedida

Que lugares você costuma frequentar nos finais de semana? Cite até três lugares por ordem do mais frequentado ao menos frequentado.

Cite três principais opções de lazer que você costuma frequentar no seu bairro? Se possível, justifique a mais importante.

Na sua opinião cite três opções de que faltam no seu bairro?

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES PELO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO SCRICTO SENSU INTERDISCIPLINAR EM TERRITÓRIOS e EXPRESSÕES CULTURAIS no CERRADO (PPG-TECCER)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS – NELSON DE ABREU JUNIOR

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Aos Maiores de 18 anos)

Caro aluno (a) do Centro de Ensino em Período Integral São José você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "A relação entre segregação residencial e vulnerabilidade social na população juvenil de Jaraguá". Meu nome é Caíque Peixoto Nunes dos Santos, sou mestrando no curso de Pós Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado/ Teccer nível mestrado da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e professor da rede estadual em Jaraguá (GO), pesquisador responsável por esta pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) responsável, via e-mail caiquepeixotonunes@gmail.com, endereço Rua Maria da Mata Rios, S/N Centro. 76330-000 Jaraguá - GO. e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62)9 85358212 Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual de Goiás (CEP-UEG), localizado no Prédio da Administração Central, BR 153, Km 99, Anápolis/GO, CEP: 75132-903, telefone: (62) 3328-1439, funcionamento: 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira. O contato também poderá ser feito pelo e-mail do CEP-UEG: cep@ueg.br.O Comitê de Ética em Pesquisa é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa com seres humanos, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Os pesquisadores que compõem essa equipe de pesquisa são Caíque Peixoto Nunes dos Santos Mestrando e a Orientadora Dra Janes Socorro da Luz.

A leitura desse TCLE deve levar aproximadamente de 5 a 10 minutos/ e a sua participação na pesquisa de 10 a 30minutos/horas.

Justificativa, objetivos e procedimentos:

O motivo que nos leva a propor esta pesquisa é compreender como as diferenças e desigualdades sociais estão presentes em todas as etapas da vida principalmente na juventude. Essas desigualdades tem relação com as vulnerabilidades sociais provocadas pelo acumulo do capital, falta de oportunidades, equipamentos públicos e ausência do Estado.

O objetivo desta pesquisa é compreender e analisar a realidade dos alunos do Centro de Ensino em Período Integral São José em Jaraguá (GO), sobre o aspecto da segregação residencial e as vulnerabilidades sociais existentes nos bairros onde estes residem.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são: aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, apenas para os alunos do Ensino Médio do Centro de Ensino em período Integral São José de 14 a 18 anos onde demandará um tempo de 10 a 30 minutos para responde-lo. Não será necessário a utilização de fotos, gravações apenas a opnião do questionário que será entregue.

( ) Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados e os dados da pesquisa

( )Não permito a publicação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Riscos e formas de minimizá-los: Riscos: Reconhecemos que existam possíveis riscos emocionais: como constrangimento, cansaço e alterações na autoestima, medo de não saber responder as perguntas e psíquicos como: vergonha, desconforto, quebra de anonimato e sigilo, e cansaço decorrentes da aplicação e do tempo de resposta ao questionário aos participantes que cursam o Ensino médio do Centro de Ensino em Período Integral São José.

Formas de minimizar: O participante terá escolha de participar ou não, caso aceite ao responder irá responder questões pessoais sobre renda, raça, tipo de moradia, locais que frequentam e espaços de lazer. Na busca por minorizar ou evitar os possíveis riscos e danos aos participantes os mesmos serão informados que a participação na pesquisa não gerará nenhum custo financeiro pois a aplicação acontecerá na própria instituição em um local adequado, longe dos demais colegas, será respeitado a questão de gênero e a faixa etária dos participantes. Será dada a garantia ao sigilo das informações, garantia do anonimato e sempre evitando que o participante sinta algum desconforto dentre os citados acima.

Lembrando que o participante pode desistir a qualquer momento e retomar em outro momento caso esteja de acordo. O participante poderá deixar de responder se considerar a questão constrangedora, e escolher poderá responder o questionário em um local separado e individual. Em função do sigilo do entrevistado expressa no TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), que será seguido à risca.

Assistência: Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza, decorrentes de sua participação na pesquisa.

Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a sua participação quando estiver respondendo o questionário a qualquer momento e esta decisão não produzirá penalização ou prejuízo.

Benefícios: Esta pesquisa tem como benefício a compreensão da visão dos jovens sobre o acesso aos serviços públicos, lazer e contribuir com dados e possivelmente que aconteça políticas públicas para amenizar esses déficits nestes determinados bairros onde os alunos da instituição de ensino residem.

Sigilo, privacidade e guarda do material coletado:Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em arquivo físico e digital,sob nossa guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e/ou reciclado.

Indenização: Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e nos riscos acima tem direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo,mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo(como por exemplo, transporte e alimentação)este será ressarcido por mim, pesquisador responsável.

Em qualquer etapa do estudo você poderá entrar em contato comigo, pesquisador responsável, para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Os resultados da sua participação poderão ser consultados por você a qualquer momento, para isso, nós disponibilizaremos a cópia dos resultados do produto final que é a dissertação, que podem ser solicitadas pelo meu email caiquepeixotonunes@gmail.com ou meu telefone (62) 985358212

Declaração do(a) Pesquisador(a) Responsável

Eu, Caíque Peixoto Nunes dos Santos pesquisador responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima e que o participante terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. O participante poderá sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Declaro também que a coleta de dados somente será iniciada após a aprovação do protocolo pelo sistema CEP/CONEP.

Declaração do(a) Participante

Eu, ..., abaixo assinado, discuti com o pesquisador Caíque Peixoto Nunes dos Santos sobre a minha decisão em participar como voluntário(a) do estudo “A relação entre segregação residencial e vulnerabilidade social na população juvenil de Jaraguá”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Jaraguá -GO, de de 2022.

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES PELO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO SCRICTO SENSU INTERDISCIPLINAR EM TERRITÓRIOS e EXPRESSÕES CULTURAIS no CERRADO (PPG-TECCER)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS – NELSON DE ABREU JUNIOR

APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Aos Responsáveis Legais dos Menores de 18 anos)

Caros pais ou responsáveis por alunos (as) do Centro de Ensino em Período Integral São José onde o aluno que cursa o ensino médio e possui de 14 a 18 anos está convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "A relação entre segregação residencial e vulnerabilidade social na população juvenil de Jaraguá". Meu nome é Caíque Peixoto Nunes dos Santos, sou mestrando no curso de Pós Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado/ Teccer nível mestrado da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e professor da rede estadual em Jaraguá (GO), pesquisador responsável por esta pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você autoriza seu filho (a) a fazer parte do estudo, rubrique todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de **recusa** na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) responsável, via e-mail caiquepeixotonunes@gmail.com, endereço Rua Maria da Mata Rios, S/N Centro. 76330-000 Jaraguá - GO. e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62)9 85358212 Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual de Goiás (CEP-UEG), localizado no Prédio da Administração Central, BR 153, Km 99, Anápolis/GO, CEP: 75132-903, telefone: (62) 3328-1439, funcionamento: 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira. O contato também poderá ser feito pelo e-mail do CEP-UEG: cep@ueg.br.O Comitê de Ética em Pesquisa é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa com seres humanos, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Os pesquisadores que compõem essa equipe de pesquisa são Caíque Peixoto Nunes dos Santos Mestrando e a Orientadora Dra Janes Socorro da Luz.

A leitura desse termo deve levar aproximadamente de 5 a 10 minutos/ e a participação do aluno (a) na pesquisa durará de 10 a 30minutos/horas e acontecerá na sede da escola.

Justificativa, objetivos e procedimentos:

O motivo que nos leva a propor esta pesquisa é compreender como as diferenças e desigualdades sociais estão presentes em todas as etapas da vida principalmente na juventude. Essas desigualdades tem relação com as

vulnerabilidades sociais provocadas pelo acumulo do capital, falta de oportunidades, equipamentos públicos e ausência do Estado.

O objetivo desta pesquisa é compreender e analisar a realidade dos alunos do Centro de Ensino em Período Integral São José em Jaraguá (GO), sobre o aspecto da segregação residencial e as vulnerabilidades sociais existentes nos bairros onde estes residem.

Os procedimentos da pesquisa são aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, apenas para os alunos do Ensino Médio do Centro de Ensino em período Integral São José de 14 a 18 anos onde demandará um tempo de 10 a 30 minutos para respondê-lo. Não será necessária a utilização de fotos, gravações apenas a opinião do questionário que será entregue

( ) Permito a participação do meu filho (a).
( )Não permito a participação do meu filho (a).

Riscos e formas de minimizá-los: Riscos: Reconhecemos que existam possíveis riscos emocionais: como constrangimento, cansaço e alterações na autoestima, medo do participante não saber responder as perguntas e psíquicos como: vergonha, desconforto, quebra de anonimato e sigilo, e cansaço decorrentes da aplicação e do tempo de resposta ao questionário aos participantes que cursam o Ensino médio do Centro de Ensino em Período Integral São José.
Formas de minimizar: O participante terá escolha de participar ou não, e os senhores responsáveis também de deixá-los participar ou não, caso autorizem o referido aluno (a) irá responder questões pessoais sobre renda, raça, tipo de moradia, locais que frequentam e espaços de lazer. Na busca por minorizar ou evitar os possíveis riscos e danos aos participantes os mesmos serão informados que a participação na pesquisa não gerará nenhum custo financeiro pois a aplicação acontecerá na própria instituição em um local adequado, longe dos demais colegas, será respeitado a questão de gênero e a faixa etária dos participantes. Será dada a garantia ao sigilo das informações, garantia do anonimato e sempre evitando que o participante sinta algum desconforto dentre os citados acima.
Lembrando que o participante pode desistir a qualquer momento e retomar em outro momento caso esteja de acordo. O participante poderá deixar de responder se considerar a questão constrangedora, e escolher poderá responder o questionário em um local separado e individual. Em função do sigilo do entrevistado expressa no TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), que será seguido à risca.

Assistência: Se o participante sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza, decorrentes de sua participação na pesquisa.

Caso o aluno (a)/e participante se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a sua participação quando estiver respondendo o questionário a qualquer momento e esta decisão não produzirá penalização ou prejuízo.

Benefícios: Esta pesquisa tem como benefício à compreensão da visão dos jovens sobre o acesso aos serviços públicos, lazer e contribuir com dados e possivelmente

que aconteçam políticas públicas para amenizar esses déficits nestes determinados bairros onde os alunos da instituição de ensino residem.

Sigilo, privacidade e guarda do material coletado: Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Você poderá solicitar a retirada dos dados coletados a qualquer momento, impedindo seu/sua filho (a) de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em arquivo físico e digital,sob nossa guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e/ou reciclado.

Indenização: Se o participante da pesquisa sentir qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e nos riscos acima terá direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

O participante não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela participação neste estudo,mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo(como por exemplo, transporte e alimentação)este será ressarcido por mim, pesquisador responsável.

Em qualquer etapa do estudo você poderá entrar em contato comigo, pesquisador responsável, para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Os resultados da sua participação poderão ser consultados por você a qualquer momento, para isso, nós disponibilizaremos a cópia dos resultados do produto final que é a dissertação, que podem ser solicitadas pelo meu email caiquepeixotonunes@gmail.com ou meu telefone (62) 985358212

APÊNDICE D- TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “A relação entre segregação residencial e vulnerabilidade social na população juvenil de Jaraguá”. Meu nome é Caíque Peixoto Nunes dos Santos, sou professor na rede estadual e estudante de Mestrado Seu responsável permitiu que você participe. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser e não terá nenhum problema se **desistir.** Em caso de dúvida, você poderá entrar em contato comigo, pesquisador responsável Caíque Peixoto Nunes dos Santos por e-mail caiquepeixotonunes@gmail.com ou telefone, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 985358212. Você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual de Goiás (CEP-UEG), por telefone: (62) 3328-1439 funcionamento: 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira ou por e-mail: cep@ueg.br.

Esta pesquisa possui como objetivo principal compreender e analisar a realidade em que vocês jovens alunos do CEPI – São José que cursam o ensino médio e possuem de 14 a 18 anos em relação aos bairros, espaços de lazer, equipamentos públicos, condições de moradia, renda entre outros aspectos. Se você quiser participar, iremos explicar os procedimentos que será feito com vocês, se aceitarem entregaremos um questionário que você conseguirá responder num tempo de 10 a 30 minutos será no próprio Colégio essa aplicação tomando todas as medidas do COVID -19 distanciamentos uso de máscaras e álcool em gel.
Riscos: Reconhecemos que existam possíveis riscos emocionais: como constrangimento, cansaço e alterações na autoestima, medo de não saber responder as perguntas e psíquicos como: vergonha, desconforto, quebra de anonimato e sigilo, e cansaço decorrente da aplicação e do tempo de resposta ao questionário aos participantes que cursam o Ensino médio do Centro de Ensino em Período Integral São José.

Formas de minimizar: Você tem a opção de escolha de participar ou não, caso aceite ao responder irá responder questões pessoais sobre renda, raça, tipo de moradia, locais que frequentam e espaços de lazer. Na busca por minorizar ou evitar os possíveis riscos e danos aos participantes os mesmos serão informados que a participação na pesquisa não gerará nenhum custo financeiro pois a aplicação acontecerá na própria instituição em um local adequado, longe dos demais colegas, será respeitado a questão de gênero e a faixa etária dos participantes. Será dada a garantia ao sigilo das informações, garantia do anonimato e sempre evitando que o participante sinta algum desconforto dentre os citados acima.

Os benefícios da pesquisa será entender como vocês percebem e vivenciam essa realidade contribuindo na produção final a dissertação e uma possível mudança de como os gestores públicos veem essa realidade vivenciadas por uma parcela grande da população. Os resultados da pesquisa serão divulgados, mas não daremos o seu nome aos outros.

Eu, _____ aceito participar da pesquisa. Entendi que posso desistir de participar a qualquer momento e que isto não terá nenhum problema.

ANEXOS

UEG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A relação entre segregação residencial e vulnerabilidade social na população juvenil de Jaraguá

Pesquisador: CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 55114722.5.0000.8113

Instituição Proponente: UEG CÂMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.392.568

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos arquivos Informações Básicas da Pesquisa ("PB_INFORMAÇOES_BÁSICAS_DO_PROJETO1880811", de 01/05/2022); Projeto de Pesquisa ("projetocep", de 01/05/2022); TCLE's ("TCLEaluno e TCLEpais" , ambos de 01/05/2022) e TALE ("TALE", de 01/05/2022).

IDENTIFICAÇÃO:

TÍTULO: A RELAÇÃO ENTRE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E VULNERABILIDADE SOCIAL NA POPULAÇÃO JUVENIL DE JARAGUÁ

PESQUISADOR: CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS

VERSÃO: 3

NÍVEL: MESTRADO (TECCER)

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903
UF: GO **Município:** ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1434 **E-mail:** cep@ueg.br

Resumo:

A pesquisa tem como objetivo principal analisar a realidade dos jovens do Centro de Ensino em Período Integral São José que atende uma população carente de Jaraguá GO, que é uma cidade considerada pequena. De acordo com o último censo a população de Jaraguá é de 41.870 habitantes. O IBGE (2000) define como sendo cidade pequena quando seus habitantes são inferiores a 100.000 habitantes. Nessa direção, por ser uma cidade pequena a mesma apresenta problemas, como ausência e insuficiência de serviços. Esses jovens moradores dos bairros Vivendas, São José e São Sebastião onde o público alvo da pesquisa residem são afastados da região central da cidade, que por diferentes agentes como Estado, especulação imobiliária impuseram a segregação residencial e socioespacial, em um contexto no qual a população de menor renda não têm a possibilidade de escolha do local de moradia e acabam residindo em bairros caracterizados pela ausência de serviços e equipamentos públicos básicos, o que contribui para uma condição de vulnerabilidade. Sobre a pesquisa será qualitativa, para análise da realidade dos bairros em que os jovens residem, pretende-se comparar quais são as reais necessidades dos jovens destes bairros, através aplicação de questionários, análise de dados como evasão escolar, renda, e a verificação da presença ou ausência de equipamentos públicos, praças entre outros.

Introdução:

Essa pesquisa tem como principal objetivo a análise de questões sociais como segregação residencial e vulnerabilidade social da população juvenil do Centro de Ensino em Período Integral São José que se localiza em Jaraguá (GO). Esta unidade escolar atende alunos oriundos, principalmente, dos bairros São José, São Sebastião e Vivendas, onde a segregação residencial é uma realidade.

A segregação não é um processo recente, ela perpassa diferentes épocas e se concretiza pela diferenciação entre as classes sociais em função da forma como ocupam o espaço, ou seja, a desigual distribuição da renda reflete na forma de morar e na localização das residências no espaço urbano, o que caracteriza a segregação residencial de modo mais amplo. Esse fenômeno colabora para a perpetuação das vulnerabilidades sociais que acontecem em decorrência do processo de acumulação do capital.

Os Estados nem sempre coincidem com a sociedade civil, mas ao contrário referiam-lhe os impulsos, e frequentemente desrespeitam os indivíduos, sob as justificativas e disfarces mais diversos." (SANTOS, 2000, p.20).

Para além, Lefebvre (1991) discute sobre o direito à cidade de usufruir igualmente dos meios públicos oferecidos, como moradias dignas, participações políticas, meios de transportes de qualidade, lazer e boas condições de sobrevivência. Essas discussões influenciam na presente pesquisa que destaca a relação entre a segregação residencial e a vulnerabilidade social da população juvenil na cidade de Jaraguá (GO), a partir de um recorte que considera uma unidade escolar em específico, localizada na parte periférica da cidade.

Em termos mais amplos, envolvendo a questão teórica e metodológica, a pesquisa utiliza as categorias do território e da paisagem, além dos conceitos de espaço urbano, segregação e a vulnerabilidade social. Em uma revisão que considera a leitura a partir de uma perspectiva

interdisciplinar. Outrossim, vê se a necessidade de construção uma análise acerca da falta de equipamentos públicos, das condições das moradias, asfalto, quadras, postos de saúde, iluminação entre outros. Ao considerar as questões que envolvem o direito a cidade, necessita-se compreender também o processo de segregação socioespacial. De acordo com Almeida: A organização espacial de uma cidade é o resultado da forma diferenciada com que os agentes apropriam-se do espaço urbano, o que a torna fragmentada tanto em função dos usos do solo como também em relação às classes sociais, pois segundo as regras do jogo capitalista, a terra constitui-se numa mercadoria, e, assim, sua apropriação esta condicionada ao poder aquisitivo dos diferentes agentes. (ALMEIDA, 1996, p.31).

Para além, Lefebvre (1991) discute sobre o direito à cidade de usufruir igualmente dos meios públicos oferecidos, como moradias dignas, participações políticas, meios de transportes de qualidade, lazer e boas condições de sobrevivência. Essas discussões influenciam na presente pesquisa que destaca a relação entre a segregação residencial e a vulnerabilidade social da população juvenil na cidade de Jaraguá (GO), a partir de um recorte que considera uma unidade escolar em específico, localizada na parte periférica da cidade. Em termos mais amplos, envolvendo a questão teórica e metodológica, a pesquisa utiliza as categorias do território e da paisagem, além dos conceitos de espaço urbano, segregação e a vulnerabilidade social. Em uma revisão que considera a leitura a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Outrossim, vê se a necessidade de construção uma análise acerca da falta de equipamentos públicos, das condições das moradias, asfalto, quadras, postos de saúde, iluminação entre outros. Ao considerar as

questões que envolvem o direito a cidade, necessita-se compreender também o processo de segregação socioespacial. De acordo com Almeida: A organização espacial de uma cidade é o resultado da forma diferenciada com que os agentes apropriam-se do espaço urbano, o que a torna fragmentada tanto em função dos usos do solo como também em relação às classes sociais, pois segundo as regras do jogo capitalista, a terra constitui-se numa mercadoria, e, assim, sua apropriação esta condicionada ao poder aquisitivo dos diferentes agentes. (ALMEIDA, 1996, p.31).

É o resultado da ação dos agentes produtores do espaço urbano que dará forma ao espaço da cidade como um espaço segregado e segregador. Para Castells (2000) o conceito de segregação é definido como:[...] a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. (CASTELLS, 2000, p. 250).

Essa discrepância social se reflete na condição de vida dos cidadãos, a segregação socioespacial é um processo que envolve espaço e tempo e se realiza em várias escalas, sendo que o valor de troca orienta a possibilidade de apropriação do espaço, no entanto essa apropriação se dá de forma
desigual.

Para Carlos (2007): [...] a prática social é especializada e a ação envolve espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis a partir do plano do lugar. Na cidade, revela-se como justaposição entre uma morfologia social (promovida pela diferenciação das classes na sociedade) e pela morfologia espacial (produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços da vida, através do uso). O desenvolvimento histórico da propriedade no seio do processo de reprodução aponta a reprodução do valor de troca – e o que dela se diferencia, o que ela subordina e como orienta o uso como possibilidade de apropriação realizando-se como diferença. (CARLOS, 2007, p. 49).

Outro aspecto que deve ser analisado, diretamente ligado à segregação socioespacial é o descrédito, onde bairros são mal vistos e estigmatizados em decorrência dos problemas que enfrentam, principalmente com relação à violência e a infraestrutura. "Na atualidade, a palavra 'estigma'
representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social." (MELO, 2000, p.1, grifo nosso).

Isso ocorre porque a sociedade estabelece um modelo e tenta catalogar as coisas, as pessoas, os lugares de acordo com os atributos considerados comuns ou naturais pelos seus membros. Dessa forma, cria-se um padrão que deve ser seguido e, caso isso não ocorra, tais pessoas, lugares e

coisas que não se encaixam neste padrão são mal vistos, mal falados e até perseguidos, o que dá origem assim, aos estigmas sociais.

Haja vista a temática abordada em decorrência da realidade presente em uma parcela da população juvenil da cidade de Jaraguá-GO, o recorte espacial da pesquisa tem por referência o Centro de Ensino em Período Integral São José, localizado em área periférica, marcado por estigmas e preconceitos. Bem como, os bairros em que reside grande parte dos alunos da escola, ou seja, os bairros: José, Vivendas e São Sebastião.

Esses locais são alvos de matérias nos jornais da cidade e de regiões circunvizinhas devido à violência, o tráfico e até mesmo a violência na escola como veremos em uma matéria de jornal que relatou o seguinte: "Aluna é esfaqueada por colega durante briga em escola, em Jaraguá (GO)". Fonte SANTANA (2018). Essa notícia evidencia apenas um dos problemas decorrentes das desigualdades sociais e da segregação socioespacial. Outra reportagem que chama atenção relata o seguinte: "Homem é atingido por golpe de facão durante briga no Jardim das Vivendas. Fonte: Folha de Jaraguá (2020). Por conseguinte, pergunta-se: Até que ponto os moradores e estudantes possuem segurança dentro da escola e seus lares? Essa indagação nos permite a reflexão de que os estereótipos criados trazem prejuízos para a própria população local.

As vulnerabilidades sociais e a segregação socioespacial existentes nesses bairros são o cerne deste estudo, pois estes são afastados do centro da cidade, considerados periféricos, esses bairros surgiram por meio da expansão física da cidade de Jaraguá (GO). Tal fato se deu de forma desorganizada e com a ausência de um planejamento na organização, dificultando a vida dos cidadãos que residem e usufruem desse espaço. Esses bairros são alvo de vários estereótipos e negação por parte de alguns dos moradores jaraguenses.

A pesquisa se dará por meio da análise do estado da paisagem, e da construção e produção de mapas de localização da escola, dos bairros, dos principais locais onde os jovens frequentam, a fim de delimitar as áreas em estudo, trabalho de campo para perceber a existência e ausência de equipamentos públicos como: hospitais, postos de saúde, creches, escolas, áreas de lazer entre outros, análise da média de renda, dados da violência juvenil entre outros.

Hipótese:

A segregação residencial e a vulnerabilidade social se caracteriza como aspecto que implica na exclusão social visível nos jovens de Jaraguá que frequentam o Centro de Ensino em período Integral São José.

Metodologia:

A abordagem metodológica desse projeto, no que diz respeito à natureza investigativa será pautada na pesquisa qualitativa, uma vez que [...] pode-se dizer que as investigações qualitativas se preocupam com o significado dos fenômenos e processo sociais, levando em consideração as movimentações, crenças, valores, representações sociais e econômicas, que permeiam a rede de relações sociais (SILVA, 2008 p.29). Para Richardson (1999, p.90), sobre a pesquisa qualitativa, destaca que ela "pode ser caracterizada como a tentativa detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar de produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos". Desse modo, pretende-se além da coleta de dados, também acompanhar de perto, por meio do contato direto e interativo com os jovens do ensino médio, o problema a ser analisado. Busca ativa de dados relacionados à quantidade de alunos matriculados no ensino médio do colégio, sua divisão por sexo e a taxa de evasão escolar; a fim de traçar o perfil socioeconômico, bem como a coleta de dados ligados violência juvenil junto ao Conselho Tutelar, Delegacia da cidade, dados do colégio e espaços de lazer frequentados.
Coleta de dados ligados ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), em que os jovens tem acesso a programas do governo, possuindo Cadúnico dentre outros, a fim de identificar quais são os principais bairros que revelam o processo de segregação juvenil. Registro e levantamento de imagens panorâmicas destes bairros com o objetivo de mapear as áreas segregadas por meio de representação cartográfica que destaque a quantidade de equipamentos públicos existentes nos bairros estudados e nos bairros centrais e mapeamento desses bairros e da escola, através do programa QGIS 3.8.
Bem como envio do trabalho para o Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) para autorização de aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas para o levantamento da análise socioeconômica dos estudantes (como renda, emprego, habitação própria ou alugada, e outros), a fim de analisar as condições de vulnerabilidade social ocasionada pelo processo segregador e identificar os sujeitos de baixa renda;
Após a aprovação do CEP a aplicação dos questionários será

Compreender e analisar a realidade dos alunos do Centro de Ensino em Período Integral São José GO, sobre o aspecto da segregação residencial e as vulnerabilidades sociaisexistentes nos bairros onde estes residem.

Objetivos secundários:

- Analisar o processo de segregação e como ele ocorre em cidades pequenas, lócus da pesquisa: Jaraguá (GO);
- Mapear e descrever os bairros São José, São Sebastião e Vivendas onde vivem os jovens de baixa renda do colégio.
- Identificar o perfil socioeconômico desses jovens em situação de segregação e vulnerabilidade social, e os impactos decorrentes dessas situações, apresentando propostas que possam minimizar tais condições.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Riscos: Reconhecemos que existam possíveis riscos emocionais: como constrangimento, cansaço e alterações na autoestima, medo de não saber responder as perguntas e psíquicos como: vergonha, desconforto, quebra de anonimato e sigilo, e cansaço decorrentes da aplicação e do tempo de resposta ao questionário aos participantes que cursam o Ensino médio do Centro de Ensino em Período Integral São José. Formas de minimizar: O participante terá escolha de participar ou não, caso aceite ao responder irá responder questões pessoais sobre renda, raça, tipo de moradia, locais que frequentam e espaços de lazer. Na busca por minorizar ou evitar os possíveis riscos e danos aos participantes os mesmos serão informados que a participação na pesquisa não gerará nenhum custo financeiro pois a aplicação acontecerá na própria instituição em um local adequado, longe dos demais colegas, será respeitado a questão de gênero e a faixa etária dos participantes. Será dada a garantia ao sigilo das informações, garantia do anonimato e sempre evitando que o participante sinta algum desconforto dentre os citados acima. Lembrando que o participante pode desistir a qualquer momento e retomar em outro momento caso esteja de acordo. O participante poderá deixar de responder se considerar a questão constrangedora, e escolher poderá responder

realizada de forma presencial, respeitando o distanciamento social, local arejado, proporcionando segurança e o cumprimento de protocolos vigentes durante a pandemia. A previsão é que para responder o questionário o tempo irá variar de 10 a 30 minutos. Os possíveis dados como renda, escolaridade que serão averiguados no questionário, as solicitações para acesso e publicação destes arquivos pessoais, com o único objetivo de subsidiar esta pesquisa, estarão expressos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), submetido ao CEP da UEG, serão apresentados ao participante e a sua decisão será plenamente respeitada. Com relação ao sigilo, privacidade e guarda haverá o respeito pela integridade, confidencialidade, sigilo e privacidade dos participantes que terão seus dados coletados e tratados por mim, assim como pela conduta ética científica no manejo das informações. Também serão assegurados todos os direitos ao participante titular dos dados. Quanto à assistência, esta será prestada de forma gratuita, imediata e integral, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza, decorrentes da participação na pesquisa. Se houver algum desconforto por qualquer motivo a pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento e esta decisão não produzirá penalização ou prejuízo para o participante. Se o participante sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no TCLE, ele terá direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Ressaltando que não existe a previsão de nenhum tipo de compensação financeira pela participação neste estudo.

Critério de Inclusão:
Para aspectos de inclusão no projeto, faz-se necessário que o participante possua vivência com a comunidade escolar, possuindo de 14 a 18 anos que cursam o ensino médio no CEPI- São José das 1ª ,2 ª e 3ª séries.

Critério de Exclusão:

Para aspectos de exclusão, o participante precisa ser menor de 14 anos e não cursar o ensino médio no Centro de Ensino em Período Integral São José, na 1ª, 2ª e 3ª série.

Tamanho da Amostra no Brasil: 120

Objetivo da Pesquisa:
Objetivo Primário:

Compreender e analisar a realidade dos alunos do Centro de Ensino em Período Integral São José GO, sobre o aspecto da segregação residencial e as vulnerabilidades sociaisexistentes nos bairros onde estes residem.

Objetivos secundários:

- Analisar o processo de segregação e como ele ocorre em cidades pequenas, lócus da pesquisa: Jaraguá (GO);
- Mapear e descrever os bairros São José, São Sebastião e Vivendas onde vivem os jovens de baixa renda do colégio.
- Identificar o perfil socioeconômico desses jovens em situação de segregação e vulnerabilidade social, e os impactos decorrentes dessas situações, apresentando propostas que possam minimizar tais condições.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Riscos: Reconhecemos que existam possíveis riscos emocionais: como constrangimento, cansaço e alterações na autoestima, medo de não saber responder as perguntas e psíquicos como: vergonha, desconforto, quebra de anonimato e sigilo, e cansaço decorrentes da aplicação e do tempo de resposta ao questionário aos participantes que cursam o Ensino médio do Centro de Ensino em Período Integral São José. Formas de minimizar: O participante terá escolha de participar ou não, caso aceite ao responder irá responder questões pessoais sobre renda, raça, tipo de moradia, locais que frequentam e espaços de lazer. Na busca por minorizar ou evitar os possíveis riscos e danos aos participantes os mesmos serão informados que a participação na pesquisa não gerará nenhum custo financeiro pois a aplicação acontecerá na própria instituição em um local adequado, longe dos demais colegas, será respeitado a questão de gênero e a faixa etária dos participantes. Será dada a garantia ao sigilo das informações, garantia do anonimato e sempre evitando que o participante sinta algum desconforto dentre os citados acima. Lembrando que o participante pode desistir a qualquer momento e retomar em outro momento caso esteja de acordo. O participante poderá deixar de responder se considerar a questão constrangedora, e escolher poderá responder

o questionário em um local separado e individual. Em função do sigilo do entrevistado expressa no TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), que será seguido à risca.

Benefícios:

A realização da pesquisa permitirá entender a visão da sociedade a respeito da questão dos jovens em situação de segregação residencial e vulnerabilidade social na cidade, o que pode contribuir com uma mudança na forma como todos os integrantes se relacionam no âmbito social e cultural.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:
Recomenda-se ao pesquisador:

1. Antes de proceder a coleta de dados e apresentar os TCLE's aos pais/responsável legal e aos jovens participantes da pesquisa, numerar corretamente tais documentos, conforme fez para o TALE.

2. No TCLE direcionado aos pais/responsável legal, é preciso corrigir a redação da Declaração do(s) Participantes (Trocar Participantes para Pais/Renponsável legal), de modo a deixar claro que o voluntário é o aluno pelo qual é responsável, e não os pais ou responsável legal.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Solicita-se ao pesquisador atentar às recomendações anteriormente listadas e deseja-se sucesso na execução da presente pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:
Aprovado.

UEG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Continuação do Parecer: 5.392.568

Prezado pesquisador,

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.° 510, de 2016, na Resolução CNS n.° 466, de 2012, e na Norma Operacional n.° 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado e lembramos que os relatórios de pesquisa devem ser enviados semestralmente, comunicando ao CEP a ocorrência de eventos adversos esperados ou não esperados, conforme disposto na Norma Operacional do CNS nº 001/2013. O prazo para a entrega do relatório final, via notificação na Plataforma Brasil, é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1880811.pdf	01/05/2022 21:32:12		Aceito
Outros	TALE.doc	01/05/2022 21:24:35	CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetocep.docx	01/05/2022 21:16:53	CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpais.docx	01/05/2022 21:13:40	CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEaluno.docx	01/05/2022 20:55:26	CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS	Aceito
Outros	TERMODEANUENCIA1.jpeg	17/03/2022 12:18:24	CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO1.jpeg	17/03/2022 12:15:59	CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS	Aceito
Outros	lattes.pdf	17/01/2022 22:28:57	CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS	Aceito

UEG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Continuação do Parecer: 5.392.568

Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	17/01/2022 21:15:31	CAIQUE PEIXOTO NUNES DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

ANAPOLIS, 06 de Maio de 2022

Assinado por:
MARIA IDELMA VIEIRA D ABADIA
(Coordenador(a))

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903
UF: GO **Município:** ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1434 **E-mail:** cep@ueg.br